



LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 10022340

CONTRATANTE (UASG): 373301

LICITAÇÃO ELETRÔNICA COMPRAS.GOV Nº 90775/2026

EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: SIGILOSO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

(X) LICITAÇÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO.

O item 2.1 alínea “b” das Condições Específicas do Edital não é aplicável.

() LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVAS QUE PREENCHAM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 34 DA LEI FEDERAL Nº 11.488, DE 15/06/2007.



PREÂMBULO

A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ torna público que se encontra aberta a licitação acima na modalidade LICITAÇÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações, denominado “ Portal de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada “LICITAÇÃO”, observados o critério de julgamento de **MENOR PREÇO** bem como o modo de disputa **ABERTO**, que serão regidos pelo REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, editado consoante a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, gerido pelo Governo Federal.

A sessão pública de processamento da LICITAÇÃO será conduzida pelo agente de contratação/comissão, designados nos autos do respectivo processo e indicados no sistema pela autoridade competente e será realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br, na data e horário indicado abaixo.

Dia 20/03/2026 às 10h00.

PRIMEIRA PARTE

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

1. DO EDITAL E OBJETO

1.1 Este Edital é referente à

LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 10022340

COMPRAS.GOV Nº 90775/2026.

EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.

1.2 O Edital estará disponível nos sítios www.doe.sp.gov.br ; www.metro.sp.gov.br , no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.compras.gov.br , a partir de 03/02/2026.

1.2.1 Os anexos do edital foram disponibilizados, na íntegra, no site www.metro.sp.gov.br .

1.2.2 A COMPANHIA DO METRÔ não se responsabiliza pelo texto e anexos de editais obtidos ou conhecidos de forma e local diversos do disposto no subitem 1.2 acima.

1.3 Esta Licitação observará o critério de julgamento **MENOR PREÇO**.

1.4 O objeto licitado será adjudicado a uma só PROPONENTE, pelo que não serão aceitas propostas com condições diferentes das estabelecidas neste Edital.

1.5 A cotação será feita por preço unitário

1.6 Os serviços serão executados sob regime de empreitada por preço unitário e global.

1.7 O prazo de execução do objeto desta licitação é o previsto na Minuta do Contrato.

1.8 O valor do orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ para esta licitação é sigiloso e preservado até a assinatura do contrato ou a confirmação do recebimento de documento equivalente, permitindo-se à comissão de licitação divulgá-lo, anteriormente, na fase de negociação, se assim entender conveniente. Os recursos utilizados na presente licitação possuem origem exclusivamente estadual.

1.9 Características técnicas dos serviços

1.9.1 Os serviços deverão estar de acordo com o descrito no Termo de Referência e nos Documentos Técnicos, integrantes deste Edital.

1.10 Se aplicável, a matriz de risco constará da Minuta do Contrato anexa a este edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 a) Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no SICAF e no Sistema de



Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e desde que sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento próprio.

- 2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5 Será permitida a participação de empresas na forma de consórcio.
- 2.5.1 Em se tratando de consórcio, ou sociedade de propósito específico - SPE, a participação fica condicionada, além das exigências contidas neste edital, ao atendimento dos requisitos a seguir:
 - 2.5.1.1 Não será permitida a participação de empresa consorciada ou empresa compromissária em constituir SPE, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.
 - 2.5.1.2 O Consórcio ou sociedade de propósito específico - SPE somente se extinguirá após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e mediante expressa anuência da COMPANHIA DO METRÔ.
 - 2.5.1.3 No caso de participação em Consórcio, ao menos a empresa líder do Consórcio deverá estar cadastrada no SICAF, conforme item 2.1. acima.
 - 2.5.1.4 A empresa líder, necessariamente, deverá estar cadastrada na classe do objeto desta licitação.
- 2.6 A PROPONENTE responde integralmente por todos os atos praticados na LICITAÇÃO, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 2.7 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma PROPONENTE em cada LICITAÇÃO.
- 2.8 O envio da proposta vinculará a PROPONENTE a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

- 2.9 Para o exercício dos direitos assegurados pela Lei Complementar 123/06 deverá constar do registro da PROPONENTE, junto ao SICAF, a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007.
- 2.9.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que participarem do certame, para que possam ser beneficiadas pelo tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar 123/2006, não poderão possuir nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações.
- 2.9.2 Caso seja permitida a participação de consórcios ou SPE e se estes forem formados exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488/2007 terão assegurados os benefícios previstos pela Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.9.3 Para ser beneficiada nesta licitação por qualquer das vantagens descritas nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte não pode ter celebrado, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.10 Serão impedidas de participar da presente licitação e contratar com a COMPANHIA DO METRÔ:
- 2.10.1 As empresas que não atenderem todas as exigências deste edital e seus anexos.
- 2.10.2 As empresas que estiverem impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo ou com qualquer de seus órgãos descentralizados em razão das condutas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou estiverem impedidas por condutas cometidas durante a vigência da legislação anterior.
- 2.10.3 As empresas que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado à pena de proibição de contratar com o Poder Público devido a prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 22 inciso III da Lei nº 9.605, de 12/02/1998.
- 2.10.4 As pessoas físicas que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido a prática de crimes ambientais, conforme disciplinado nos art. 8 inciso II e art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/1998.
- 2.11 Serão também impedidas de licitar e contratar com a COMPANHIA DO METRÔ, com base no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES e nos termos da Lei Federal nº 13.303/16:
- 2.11.1 As empresas cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COMPANHIA DO METRÔ.
- 2.11.2 As empresas que tenham sido suspensas pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 2.11.3 As empresas que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal ou enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 2.11.4 As empresas que sejam constituídas por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

- 2.11.5 As empresas cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.
- 2.11.6 As empresas constituídas por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- 2.11.7 As empresas cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- 2.11.8 As empresas que tenham nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, também nos seus quadros de diretoria, de empresa declarada inidônea.
- 2.11.9 Os próprios empregados ou dirigentes da COMPANHIA DO METRÔ.
- 2.11.10 Quaisquer parentes até o terceiro grau civil (pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios e sobrinhos), das pessoas listadas a seguir:
 - 2.11.10.1 De dirigente da COMPANHIA DO METRÔ, assim entendidos seus administradores;
 - 2.11.10.2 De empregado da COMPANHIA DO METRÔ cujas atribuições envolvam atuação na área responsável pela licitação ou contratação e as gerências envolvidas no processo.
 - 2.11.10.3 De autoridade do Governo do Estado de São Paulo a que a COMPANHIA DO METRÔ esteja vinculada.
- 2.11.11 A empresa cujo proprietário ou sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COMPANHIA DO METRÔ há menos de 6 (seis) meses.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal, intransferível para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.compras.gov.br.
- 3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da PROPONENTE ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a LICITAÇÃO.
- 3.3 O uso de senha de acesso pela PROPONENTE é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade provedora da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DAS PROPOSTAS

- 4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.2.1 valor unitário do item;

- 4.2.2 Quantidade cotada, sendo que não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de até a abertura da sessão pública.
- 4.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.6 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.7.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.7.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.8 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.8.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.8.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

- 4.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.12 Os preços deverão ser expressos em números, na moeda corrente nacional, ficando estabelecido que a data-base dos preços corresponde ao dia 1 (um) do mês estabelecido para a entrega das propostas, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e referir-se estritamente à(s) quantidade(s) e à(s) respectiva(s) unidade(s) fixadas para efeito de apresentação da proposta.
- 4.13 O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.14 Os preços ofertados deverão contemplar todos os tributos, taxas, encargos e demais custos de qualquer natureza inerentes ao atendimento das condições dispostas na Minuta do Contrato, sendo certo que qualquer divergência relativa à correta indicação da sua composição é de inteira responsabilidade da PROPONENTE, que arcará com os ônus daí decorrentes.
- 4.15 No caso da participação na forma de Consórcio é necessária especial atenção a parte fiscal e tributária na elaboração da proposta, notadamente no que diz respeito a segregação entre a entrega de materiais e a prestação de serviços. A responsabilidade fiscal e tributária continua sendo exclusivamente da contratada, devendo sempre seguir a legislação vigente.
- 4.16 Se aplicável, a matriz de risco deverá contemplar as situações definidas na cláusula "matriz de risco", bem como em seu anexo, constantes da Minuta do Contrato - anexa a este Edital.
- 4.17 DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA**
- 4.17.1. Na hipótese de oferta de produtos ou mercadorias oriundas de outros Estados, o preço ofertado deverá estar acrescido da parcela correspondente ao 'diferencial de alíquota', se houver, para efeito de comparação na fase de lances e também para apuração do valor total do dispêndio da COMPANHIA DO METRÔ, observando as disposições do art. 117 do RICMS do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 45.490/00.
- 4.17.2 Nestes casos, a PROPONENTE vencedora deverá apresentar a Planilha de Serviços e Preços conforme modelo constante do Anexo 5, que fará parte integrante do Instrumento Contratual.
- 4.17.3 Para realização dos cálculos a proponente deverá utilizar três casas decimais. No resultado obtido, ou seja, no valor encontrado para efeito de preços de contrato, será desprezada a terceira casa decimal.
- 4.17.4 A indicação do valor do 'diferencial de alíquota' será de integral responsabilidade da proponente e será vinculativo para a proponente.
- 4.17.5 Se o valor informado for insuficiente para o pagamento do 'diferencial de alíquota' pela COMPANHIA DO METRÔ, a diferença será integralmente descontada dos pagamentos devidos à empresa Contratada ou poderá ser cobrada judicialmente.

- 4.17.6 O valor indicado para o pagamento do 'diferencial de alíquota' será integralmente destinado ao pagamento desta obrigação tributária, não integrando em hipótese alguma o pagamento da contratada, mesmo se o valor do 'diferencial de alíquota' for, ao final do contrato, inferior ao estimado na proposta vencedora.
- 4.17.7 Quando da elaboração do contrato, o valor do 'diferencial de alíquota' indicado, se houver, será excluído do valor do contrato, com base na Planilha de Serviços e Preços apresentada pela PROPONENTE vencedora, conforme modelo Anexo 5, nos termos do item 6.25 "f", deste Edital.
- 4.18 A PROPONENTE, nos termos da declaração a ser firmada, consoante modelo que integra o Anexo 1 do edital, compromete-se a:
- a) elaborar proposta de maneira independente e a não informar ou discutir seu conteúdo, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
 - b) não informar ou discutir a intenção de apresentação de proposta com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
 - c) não tentar, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
 - d) não comunicar e não discutir, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
 - e) confirmar que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
 - f) responsabilizar-se que o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta cláusula e que detém plenos poderes e informações para aceitá-la.
- 4.18.1 Compromete-se, ainda, a conduzir seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/22, tais como:
- I prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

5. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

Documentos a serem apresentados somente pela melhor classificada ao final da fase de classificação comercial.

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Os documentos a seguir deverão ser apresentados no caso de participação na forma de Consórcio, se permitido:

5.1.1 Compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, onde conste com clareza e precisão, os compromissos dos mesmos entre si e em relação ao objeto da licitação, contendo as seguintes cláusulas:

- a) denominação do consórcio, a qual deverá ser composta, preferencialmente, pela aglutinação ordenada de vocábulos que representem as razões sociais das empresas que constituem o consórcio, iniciando pelo nome da empresa líder e, na sequência, pelos nomes dos demais membros, de tal forma que a denominação do consórcio contemple uma quantidade de vocábulos igual à quantidade de membros consorciados;
- b) composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c) indicação expressa das atividades que serão realizadas por cada consorciada;
- d) organização do consórcio;
- e) objetivo do consórcio;
- f) indicação da empresa líder que representará o consórcio perante a COMPANHIA DO METRÔ;
- g) declaração expressa de responsabilidade solidária das empresas compromissadas pelos atos praticados pelo consórcio que compuserem.
- h) procuração dos membros do Consórcio outorgando à empresa líder poderes para representá-los na presente Licitação.

5.1.1.1 Para Sociedade de Propósito Específico – SPE

Compromisso público ou particular de constituição de Sociedade de Propósito Específico – SPE segundo as leis brasileiras, contendo o percentual de participação de cada membro da sociedade, além da minuta dos documentos constitutivos da SPE que deverão refletir a estrutura da SPE a ser efetivamente constituída e com a finalidade exclusiva de prestar os serviços objeto da licitação.

Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela melhor classificada individualmente ou por cada um dos membros do Consórcio ou Sociedade de Propósito Específico – SPE, se permitido:

5.1.2 Registro Empresarial na Junta Comercial ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).

- 5.1.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, acompanhado de prova dos administradores em exercício, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro competente, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, com previsão de atividade econômica compatível com o objeto da licitação.
- 5.1.3.1 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatutos social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o certificado/declaração de regularidade na Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo ou em outra organização estadual de cooperativas, conforme previsto no art. 107 da Lei 5.764/71.
- 5.1.4 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativa;
- 5.1.5 Ato Constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova dos administradores em exercício;
- 5.1.6 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 5.1.7 Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas deverão apresentar também os seguintes documentos juntamente com a Proposta Comercial:
- 5.1.7.1 Deve ser apresentada documentação que comprove a condição de ME, EPP ou COOPERATIVA que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007:
- 5.1.7.2 Certidão expedida pela Junta Comercial para empresa na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme artigo 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103, de 30 de abril de 2007.
- 5.1.7.3 Declaração apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, afirmando ter auferido no ano calendário anterior:
- a) no caso das microempresas, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- b) no caso das empresas de pequeno porte, receita bruta igual ou superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- 5.1.7.4 Declaração apresentada pela Cooperativa, que preenche as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, afirmando ter auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados.

5.2 REGULARIDADE FISCAL

Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela melhor classificada individualmente ou por cada um dos membros do Consórcio ou Sociedade de Propósito Específico - SPE, se permitido:

- 5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 5.2.2 Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado.
- 5.2.3 As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, deverão apresentar toda documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, ainda que algum documento apresente restrição.
- 5.2.4 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas aquelas emitidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.
- 5.2.5 Para todas as certidões exigidas, serão aceitas, igualmente, certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débito.

5.3 DECLARAÇÕES

Declarações devidamente assinadas pelo representante legal da LICITANTE, conforme modelo Anexo 1.

5.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.1 Será exigida Qualificação Técnica, conforme detalhado nos itens abaixo:

Os documentos a seguir deverão ser apresentados pela PROPONENTE individual ou por membros do Consórcio ou Sociedade de Propósito Específico - SPE, se permitido:

- 5.4.1.1 Certidão atualizada de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA para efeito do disposto na Lei Federal nº 5.194 de 24/12/66.
- 5.4.1.2 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da PROPONENTE, individual ou de membros do Consórcio (se permitido), devidamente registrados na entidade profissional competente, que comprove(m) ter ela executado ou estar executando serviço pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.
 - 5.4.1.2.1 Entende-se por pertinente e compatível a execução de obra civil de acabamento de edificação de múltiplos pavimentos de uso não residencial, com área mínima de 18.000 m².
 - 5.4.1.2.1.1 Entende-se como edificação de uso não residencial, aquelas destinadas a atividades diversas do uso habitacional, tais como: terminais rodoviários, metro-ferroviários, aeroportuários, shoppings center, hospitais.
 - 5.4.1.2.1.2 Entende-se por acabamento elementos como: Alvenaria, Verniz, Pintura Acrílica, Pastilhas, Piso em Granito, concreto desempenado ou Revestimento Vinílico.
 - 5.4.1.3 A comprovação a que se refere o item 5.4.1.2.1 acima poderá ser feita mediante a apresentação de um ou mais atestados.
 - 5.4.1.3.1 As experiências requisitadas no item 5.4.1.2.1 contêm valores, que são características indivisíveis dos serviços. Portanto, devem ser comprovados integralmente em cada atestado, não sendo admitida a soma de valores de atestados diferentes para uma mesma experiência:

Execução de obra civil de acabamento de edificação de múltiplos pavimentos de uso não residencial, com área mínima de 18.000 m²

5.4.1.4 Os atestados deverão conter as seguintes informações:

- Caracterização do serviço realizado;
- Nome e identificação do signatário / data de emissão.

5.4.1.5 Quaisquer informações acima relacionadas, não constantes do atestado, deverão ser complementadas pelos seguintes documentos: cópias do Contrato a que se refere o atestado; ordens de serviços e/ou outros pertinentes, sendo que os mesmos em hipótese alguma substituirão o atestado.

5.4.1.6 Os atestados referentes a Contratos em andamento deverão conter as características dos serviços realizados, compatíveis com o subitem 5.4.1.2.1.

5.4.1.7 Os atestados que não estejam em nome da proponente somente serão aceitos nos casos de cisão, fusão, incorporação ou criação de subsidiária integral, da pessoa jurídica, em que esteja comprovada, inequívoca e documentalmente, a transferência definitiva, para si, do acervo técnico.

5.4.1.8 Os atestados de empresas que realizaram serviços constituídas em consórcio deverão destacar os serviços exatamente executados por cada empresa ou, no caso de impossibilidade, a proporcionalidade de participação no referido consórcio na atividade de cada um.

5.5 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
Será exigida Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais conforme detalhado abaixo:

5.5.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio da pessoa física (em São Paulo denominada certidão de distribuição cível), com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega à COMPANHIA DO METRÔ.

5.5.1.1 Caso a PROPONENTE seja filial, deverá apresentar a certidão da matriz.

5.5.1.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deve o Proponente apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

5.5.2 **Balanco Patrimonial**
Serão exigidos Balanco Patrimonial, Índice de Liquidez e Patrimônio Líquido, conforme detalhado abaixo

5.5.2.1 Será exigida a apresentação de Balanco Patrimonial, conforme detalhado nos itens abaixo:

5.5.2.1.1 Balanco Patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrativos contábeis do último exercício social, já exigíveis, observados o cumprimento das seguintes formalidades:

5.5.2.1.1.1 Assinatura do Contabilista e do administrador ou representante legal do PROPONENTE no Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

- 5.5.2.1.1.2 As sociedades de capital aberto, em cumprimento às formalidades indicadas, poderão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na imprensa oficial ou jornal de grande circulação.
- 5.5.2.1.1.3 A data de encerramento do exercício social e os poderes dos administradores para a assinatura das demonstrações contábeis deverão ser comprovados por meio da apresentação do contrato social, do estatuto social ou outro documento legal.
- 5.5.2.1.1.4 Quando encerrado há mais de 6 (seis) meses da data de apresentação da proposta, poderá ser apresentado, em conjunto com os documentos indicados acima, o balancete de verificação, que não poderá ser anterior a 3 (três) meses da data de apresentação dos documentos de habilitação, acompanhado da demonstração do resultado do período, devidamente assinado pelo contabilista e pelo administrador ou representante legal.
- 5.5.2.1.1.5 No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano e desde que não tenha levantado o balanço patrimonial e os demais demonstrativos contábeis do seu primeiro exercício social, exigível na data de apresentação dos documentos de habilitação, deverá ser apresentado o balanço patrimonial de abertura da empresa, devidamente assinado pelo contabilista e pelo administrador ou representante legal.
- 5.5.2.1.1.6 Caso a PROPONENTE seja filial/sucursal, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz.
- 5.5.2.1.1.7 Em substituição aos documentos exigidos acima, o PROPONENTE poderá apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, por meio de Escrituração Contábil Digital (ECD), na forma do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), acompanhado do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, constando a Identificação da Escrituração (HASH) e as assinaturas digitais dos administradores e do contabilista legalmente habilitado.

5.5.3 Índice de Liquidez

- 5.5.3.1 Será exigida a comprovação de Índice de Liquidez Corrente, conforme detalhado no item abaixo:
- 5.5.3.1.1 A comprovação da boa situação financeira da PROPONENTE será feita de forma objetiva, com base em cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), conforme fórmula e critérios a seguir descritos.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

O quociente deve ser maior ou igual a 1,00 (um inteiro).

O Índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade da empresa em honrar seus compromissos de curto prazo com os seus direitos realizáveis, também de curto prazo.

Para a apuração do índice de cada PROPONENTE serão consideradas 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

No caso de consórcio ou compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, as empresas consorciadas serão avaliadas individualmente.

5.5.4 Patrimônio Líquido

- 5.5.4.1 As PROPONENTES deverão comprovar Patrimônio Líquido referente ao último exercício social de, no mínimo, 10% do valor da proposta final vencedora.
- 5.5.4.1.1 No caso de Consórcio ou compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, o valor do Patrimônio Líquido, a ser comprovado pela soma dos Patrimônios Líquidos das empresas que o compõem, na proporção de suas respectivas participações, deverá corresponder ao montante de, no mínimo, 13% do valor da proposta final vencedora.
- 5.5.4.1.1.1 Entende-se por proporção de suas respectivas participações o percentual definido no Compromisso de Constituição do Consórcio ou compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE.
- 5.5.4.1.1.2 Considera-se atendido o requisito, quando o patrimônio líquido mínimo, indicado no item 5.5.4.1.1, for atingido pelo somatório dos produtos da multiplicação do patrimônio líquido de cada consorciada pela participação percentual que detiver no Consórcio ou compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE.
- 5.5.4.1.1.3 O valor do patrimônio líquido individual de cada empresa consorciada ou compromissada de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, comprovado por meio dos documentos indicados no item 5.5.2.1 e seus subitens, não poderá ser negativo.

6. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação/comissão e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.360.000,00 (um milhão, trezentos e sessenta mil reais).
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.

- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances na Licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação/comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o agente de contratação/comissão, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação/comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação/comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da

primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- a) disputa final, em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base no cadastro de histórico de execução de contratos da COMPANHIA DO METRÔ;
- c) os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
- 6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação/comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observando-se que não serão aceitas propostas com valores superiores ao orçamento total estimado pela COMPANHIA DO METRÔ atualizado para a data-base das propostas por meio da aplicação da fórmula constante na Cláusula Reajuste integrante da Minuta do Contrato anexa a este Edital.
- 6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21 Após a negociação do preço, o agente de contratação/comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.22 Finda a negociação, a PROPONENTE deverá encaminhar por meio eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A Planilha de Serviços e Preços deve conter os preços unitários e total para o serviço, a partir do **valor unitário ou total final (conforme determinado no item 1.5 destas Condições)** obtido no certame, a qual poderá ser apresentada com base no Anexo 4-A - Planilha Referencial para a Composição dos Preços Unitários, meramente orientativa, para a composição dos preços unitários, com indicação dos quantitativos e dos preços unitários, acompanhada

do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), da Planilha de Sobressalentes, quando exigida.

- 6.22.1 É facultado ao agente de contratação/comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22.1.1 Quando a aquisição for realizada por agrupamento de itens, e caso se verifique que algum preço unitário constante da Planilha de Preços preliminar permaneça superior ao orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ, será lícito ao Pregoeiro negociar esse valor unitário do item, bem como de outros itens da Planilha, conforme o item 6.22.3 e sem prejuízo do disposto no item 6.22.
- 6.22.2 Recebidas as Planilhas de Preços mencionada no item anterior, a análise poderá ocorrer: i) no curso da sessão, onde será imediatamente divulgado o resultado e iniciada a fase de habilitação ou ii) em outra data – quando se tratar de análises mais complexas –, neste caso a sessão será suspensa e a retomada será divulgada por meio de Aviso Publicado no sistema Compras.GOV.
- 6.22.3 Durante a negociação, será lícita a adequação dos valores unitários da Planilha.
- 6.22.4 Finalizada a adequação dos valores unitários descrita no item 6.22.2, a PROPONENTE deverá encaminhar a Planilha de Serviços e Preços definitiva.
- 6.23 O agente de contratação/comissão examinará a aceitabilidade do **MENOR PREÇO**, com base nos preços de mercado, apurados mediante pesquisa de preços realizada pela COMPANHIA DO METRÔ, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.23.1 Sempre que entender necessário, o agente de contratação/comissão poderá exigir da PROPONENTE melhor classificada documentação que comprove que os custos dos insumos e, quando aplicável, que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, considerando sempre o critério do preço.
- 6.23.1.1 Caso a melhor oferta se enquadre no critério de presunção de inexecuibilidade abaixo, será facultado à proponente, a demonstração de sua exequibilidade através de suas composições e respectivas justificativas técnicas que comprovem que os preços dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto ora licitado, sob pena de desclassificação da proposta.
- 6.23.1.2 Entende-se por inexecuíveis as propostas cujos valores globais sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a) média aritmética das propostas no intervalo entre 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ; ou;
- b) valor do orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ.
- Nota: Para o cálculo acima o orçamento estimado pela COMPANHIA DO METRÔ será atualizado para a data base das propostas por meio da aplicação da fórmula constante na Cláusula Reajuste integrante da Minuta do Contrato – anexa a este Edital.
- 6.23.1.3 Dos licitantes classificados cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os subitens “a” e “b” acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual a



diferença entre o valor a que se referem os subitens “a” e “b” acima e o valor da correspondente proposta.

- 6.23.2 Poderá ainda o agente de contratação/comissão, caso entenda necessário, realizar diligências adicionais para aferir o acima.
- 6.23.3 Oportunizada a comprovação do item 6.23.1 e analisados os documentos e informações fornecidas em conjunto com as diligências do item 6.23.2 (quando realizadas), poderão ser desclassificadas propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis.
- 6.23.4 Consideram-se manifestamente inexequíveis os preços que não tenham sua viabilidade efetivamente demonstrada, quando exigida essa comprovação, conforme subitens acima.
- 6.24 O agente de contratação/comissão consultará por meio do “chat” a PROPONENTE que ofertou o menor preço, que deverá declarar nesse momento se está participando individual ou em Consórcio, se permitido.
- 6.24.1 Em caso de participação em consórcio, se permitido, deverá ser encaminhado neste momento o documento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, de acordo com as disposições das cláusulas 5.1.1. e 5.1.1.1.
- 6.24.1.1 Será desclassificado o consórcio que tenha sido beneficiado pelo tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar 123/2006 e que não seja constituído exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas nos termos do item 2.8.2.
- 6.24.1.2 Será desclassificado o consórcio cuja empresa líder não esteja registrada no SICAF em atividade econômica compatível com o objeto da licitação nos termos do item 2.1
- 6.25 Considerada aceitável a oferta de **MENOR PREÇO** é aberto automaticamente prazo de 10 minutos para intenção de recurso. O registro de intenção de recurso contra o julgamento da proposta não impede a continuidade da sessão com análise da habilitação. O agente de contratação/comissão passará à análise dos requisitos de habilitação, apresentados pela PROponente individual ou por cada um dos membros do Consórcio, se permitido, observando as seguintes diretrizes:
- a) Verificação dos dados e informações constantes do SICAF, e-Sanções, CEIS, e dos documentos indicados no item 5 deste Edital;
 - b) Verificação da possibilidade de serem supridas ou saneadas eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios hábeis de informações, caso os dados e informações constantes no SICAF não atendam ao(s) requisito(s) estabelecido(s) no item 5 deste Edital;
 - c) Deverão ser anexados aos autos da licitação, os documentos passíveis de obtenção mediante consultas efetuadas por meio hábil de informação distintos do SICAF, salvo impossibilidade certificada e devidamente justificada pelo agente de contratação/comissão.
 - d) A PROPONENTE, provocada pelo agente de contratação/comissão, poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, inerentes aos documentos de habilitação, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do LICITAÇÃO e até a decisão sobre a habilitação, por meio do Sistema Compras.gov.br ou meio eletrônico (e-mail).

- e) A COMPANHIA DO METRÔ não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos descritos na alínea “c”, ambas deste subitem. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a PROPONENTE será inabilitada, mediante decisão motivada;
 - f) Os originais e/ou cópias autenticadas, nos termos do artigo 17, do REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES, dos documentos enviados na forma constante da alínea “d”, a Planilha de Serviços e Preços conforme modelo constante do Anexo 5 observando-se o item 4.19 e seus subitens, deverão ser apresentados na Gerência de Contratações e Compras, situada na Rua Boa Vista, nº 175 – Bloco B – 6º andar, Centro, São Paulo – SP, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;
 - g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a PROPONENTE será habilitada e declarada vencedora do certame
 - h) É prerrogativa da Comissão de Licitação nomeada nos autos do respectivo processo licitatório a decisão de classificar, desclassificar, habilitar, inabilitar e selecionar os proponentes, cabendo ao agente de contratação designado no sistema Compras.Gov a função de tornar pública a referida decisão do órgão colegiado.
- 6.26 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, porém durante a fase de habilitação deverão ser apresentados os documentos indicados no item 5.2, ainda que apresentem alguma restrição.
- 6.26.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da COMPANHIA DO METRÔ, para a regularização da documentação, com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;
- 6.26.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.26.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- 6.26.3 Conforme descrito em 2.9.3, a obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.27 Por ocasião da retomada da sessão, o agente de contratação/comissão decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal.

6.28 Se a oferta não for aceitável, se a PROPONENTE desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, o agente de contratação/comissão, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de **MENOR PREÇO**, negociará com o seu autor, decidirá sobre a aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6.29 Observadas as condições, dos artigos 82 e 83, do REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES o agente de contratação/comissão, a seu critério, poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos e/ou comprovação dos documentos apresentados, destinados a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1 O procedimento licitatório terá fase recursal única.

7.2 Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação/seleção e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do julgamento e da verificação da efetividade das propostas.

7.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

7.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8 As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio www.compras.gov.br. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

7.9 A ausência de manifestação imediata da PROPONENTE importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto da licitação à PROPONENTE vencedora e homologação pela autoridade competente.

7.10 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à PROPONENTE vencedora e homologará o procedimento.

- 7.11 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1 À PROPONENTE caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

- 8.2 A desconexão do sistema eletrônico com o agente de contratação/comissão, durante a sessão pública, implicará:

- a) Fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, desde o ponto em que foi suspensa;
- b) Se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às PROPONENTES, de nova data e horário para a sua continuidade;
- c) Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas PROPONENTES, até o término do período estabelecido no edital, caso o sistema eletrônico permaneça acessível para as PROPONENTES.
- d) No caso acima, o agente de contratação/comissão retomará, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados até então.

- 8.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer PROPONENTE não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

9. VISITA TÉCNICA

- 9.1 **A visita técnica é facultativa, conforme detalhado no item abaixo:**

- 9.1.1 A Visita Técnica é facultativa, porém é altamente recomendável a participação dos possíveis proponentes, visto que tais empresas poderão conhecer as complexidade e especificidades dos locais e das instalações onde serão realizados os serviços. **Será de responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de prestação dos serviços.** O licitante interessado em participar deste certame poderá, com o acompanhamento de um representante da COMPANHIA DO METRÔ, visitar o(s) local(is) relacionado(s) com o objeto da licitação, durante todo o período de publicidade deste edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente(s), mediante prévio agendamento de horário pelos seguintes e-mails: thalita.silva@metrosp.com.br e ryfpereira@metrosp.com.br, com a identificação: Licitação Eletrônica nº 10022340 - EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

10. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 Nos termos da minuta integrante e da Planilha de Serviços e Preços apresentada pela PROPONENTE e respeitando-se o prazo de validade de sua proposta, a contratação do objeto da Licitação com a PROPONENTE vencedora será formalizada por meio do seguinte instrumento contratual:

Contrato, com exigência de garantia de execução contratual.

- 10.2 Após a homologação, a PROPONENTE vencedora terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento de comunicação neste sentido, para:

- a) Devolver o Contrato assinado pelos representantes legais em 1 (uma) via;
- b) No caso de o objeto da licitação ser adjudicado a um consórcio, este deverá apresentar o Instrumento de Constituição do Consórcio, elaborado nos termos do Compromisso de Constituição de Consórcio, devidamente registrado na Junta Comercial de São Paulo;
- c) No caso de o objeto da licitação ser adjudicado à licitante que tenha optado por constituir Sociedade de Propósito Específico – SPE, deverá ser promovida a constituição da SPE no prazo acima assinalado, observando as mesmas proporções constantes do termo de compromisso de constituição de SPE, caso esta seja constituída por mais de uma empresa
- d) Assinar o Termo de Ciência e de Notificação, conforme consta do Anexo 3 integrante deste Edital em cumprimento ao disposto na Resolução nº 10/2024 e Instrução nº 01/24 do Tribunal de Contas do Estado;
- e) Informar, por escrito, o número da conta que mantém junto ao BANCO DO BRASIL S.A., indicando a agência e conta em que serão depositados os valores relativos aos pagamentos resultantes do Contrato, bem como a indicação do e-mail para o recebimento do Instrumento Contratual assinado e digitalizado, conforme Anexo 2, integrante deste Edital.
- f) Apresentar Garantia de Execução Contratual no montante correspondente a de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com prazo de validade que abrange todo o período de vigência do instrumento.

- 10.3 O prazo estabelecido no item **10.2** poderá ser prorrogado por período igual, se solicitada a prorrogação pela PROPONENTE selecionada, desde que ocorra motivo justificado para tanto, aceito a critério da COMPANHIA DO METRÔ.
- 10.4 Na hipótese de a COMPANHIA DO METRÔ optar pela prorrogação referida no item acima e, ainda assim, a PROPONENTE, por sua culpa, apresentar com atraso em relação ao prazo final quaisquer dos documentos referidos acima, será aplicada multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total atualizado mencionado na Cláusula Preços do instrumento contratual, que será descontada do 1º (primeiro) pagamento devido à CONTRATADA, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- 10.5 Em atendimento ao artigo 6º e §1º da Lei estadual 12.799/08, a assinatura do Instrumento Contratual, fica vinculada à inexistência de qualquer dívida perante qualquer ente da Administração Direta e Indireta, salvo se suspensa, após a prévia consulta ao CADIN ESTADUAL.
- 10.5.1 Será também necessária a comprovação da regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, mediante a apresentação de certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.
- 10.6 A garantia, **se estipulada no item 10.2**, será prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à PROPONENTE optar por uma dessas modalidades, estando, entretanto, os termos do seguro-garantia e os da fiança bancária sujeitos à prévia aprovação pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 10.6.1 A garantia prestada na modalidade de fiança bancária deve estar acompanhada, obrigatoriamente, de original ou cópia autenticada do instrumento que dá poderes para os signatários do documento de garantia. Sendo os signatários diretores da instituição garantidora, apresentar original ou cópia autenticada da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária ou do Conselho de Administração. Sendo procuradores, original ou cópia autenticada da Procuração Pública. A(s) assinatura(s) deve(m) estar com firma reconhecida, exceto quando emitidas com certificação digital.

- 10.6.1.1 A modalidade de seguro garantia está dispensada da apresentação de comprovação dos poderes dos signatários, desde que seja possível a verificação do registro da apólice junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A apólice deve estar com firmas reconhecidas das assinaturas, exceto se emitida por meio de certificação digital.
- 10.6.2 A Fiança Bancária, se esta vier a ser a modalidade de garantia ajustada, deverá ser apresentada na forma e conteúdo do modelo anexo deste Edital.
- 10.6.2.1 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ser emitida por uma instituição bancária devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, ter seu valor expresso em REAL e, se aplicável, com atualização automática de seu valor, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na Cláusula Reajuste da Minuta do Contrato – Anexo deste Edital, devendo ser apresentada conforme modelo anexo do Edital vinculado.
- 10.6.3 A documentação e valores que caracterizam a prestação inicial de garantia deverão ser apresentados na Gerência de Contratações e Compras - GCP, situada na Rua Boa Vista, 175 – 6º Andar - São Paulo, Capital.
- 10.7 A PROPONENTE vencedora fica obrigada a manter a sua condição de habilitação, desde a data da homologação e durante todo o prazo de vigência do Instrumento Contratual, sob pena de rescisão contratual.
- 10.8 As eventuais alterações de razão social do fornecedor deverão ser comunicadas à COMPANHIA DO METRÔ devidamente documentadas em tempo hábil, pois as divergências nesse sentido acarretarão o não recebimento dos materiais, a não aceitação dos serviços ou a suspensão do pagamento até que a situação seja regularizada.
- 10.9 Será permitida a subcontratação de empresa para prestação dos serviços objetivados nesta licitação, mediante anuência prévia da COMPANHIA DO METRÔ e segundo os critérios estabelecidos na Cláusula Subcontratação da Minuta do Contrato- Segunda Parte deste Edital, observando-se, ainda, o disposto no subitem 10.9.1 a seguir:
- 10.9.1 Em nenhuma hipótese poderá ser subcontratada para o objeto da presente licitação qualquer licitante que tenha participado deste mesmo certame, classificada ou não.
- 10.10 Na hipótese de a PROPONENTE vencedora ser uma sociedade cooperativa, deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a COMPANHIA DO METRÔ, conforme dispõe o artigo 1º, § 2º, item 2, do Decreto estadual nº 55.938/10, alterado pelo Decreto estadual nº 57.159/11.
- 10.11 No caso de o edital ter exigido a apresentação de certidão negativa de falência, a PROPONENTE vencedora deverá atender os subitens 10.11.1 e 10.11.2**
- 10.11.1 No caso de empresa em situação de recuperação judicial deverá ser apresentada cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;

- 10.11.2 No caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial deverá ser apresentada comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 10.12 No caso de o edital ter exigido a apresentação de Balanço Patrimonial, a PROPONENTE vencedora deverá atender os subitens 10.12.1 ou 10.12.2.**
- 10.12.1 Deverá ser apresentada no prazo previsto no item 10.2 a prova de registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial) e o Termo de Abertura e o Termo de Encerramento do Livro Diário nos quais constam a indicação do número das páginas e número do livro, onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, como condição para a celebração da contratação.
- 10.12.2 Caso a PROPONENTE tenha apresentado os demonstrativos contábeis, de acordo com o previsto no item 5.5.2.1.1.7, não haverá a necessidade do atendimento ao item 10.12.1.
- 10.13 A PROPONENTE que apresentou Certidão expedida por CREA de outro Estado fica obrigada, no momento da assinatura do Contrato, a apresentar o visto do CREA de São Paulo, válido, pelo menos, por 180 (cento e oitenta dias).
- 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA FASE LICITATÓRIA**
- 11.1 A PROPONENTE que ensejar o retardamento da execução do certame, praticando condutas como: a) não apresentar documento(s) exigido(s) para a assinatura do contrato; b) não cumprir com as condições relativas à garantia de contrato; c) não comparecer para a assinatura do contrato; d) praticar qualquer ato que inviabilize a contratação; e) não apresentar o visto do CREA de São Paulo, se exigido; f) não manter a Proposta durante o período de sua validade; g) fizer declaração falsa, inclusive apresentando documentação falsa garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, será excluída do certame, sujeitando-se, ainda, à sanção de suspensão para contratar com a COMPANHIA DO METRÔ pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 11.2 A PROPONENTE que recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela COMPANHIA DO METRÔ, bem como tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a COMPANHIA DO METRÔ em virtude de atos ilícitos praticados, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Regulamento de Contratações da Companhia do Metropolitano - METRÔ.
- 11.3 A prática das condutas descritas nos itens 11.1. e 11.2, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa, poderá ensejar a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 11.4 Aplicada a multa referida no subitem anterior, a PROPONENTE deverá pagá-la em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, na Gerência de Execução Financeira da COMPANHIA DO METRÔ, situado na Rua Boa Vista, 175 – 5º andar –, São Paulo, Capital, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN ESTADUAL

- 11.5 Nesse caso, a COMPANHIA DO METRÔ poderá, ainda, convocar as PROPONENTES remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o Contrato em igual prazo e nas mesmas condições da proposta vencedora ou revogar a licitação.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as PROPONENTES e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.2 Das sessões públicas de processamento da LICITAÇÃO serão lavradas atas circunstanciadas.
- 12.3 O sistema manterá sigilo quanto à identidade das PROPONENTES, para o agente de contratação/comissão até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta.
- 12.4 A COMPANHIA DO METRÔ poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.
- 12.5 No caso de divergências entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o disposto neste Edital.
- 12.6 No interesse da COMPANHIA DO METRÔ, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura desta licitação, ou alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.
- 12.7 Tanto a impugnação ao Edital como os pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados e enviados por e-mail para todos os seguintes endereços: kelly.cristina@metropsp.com.br e ifsouza@metropsp.com.br, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data da sessão, sendo que à impugnação poderá ser dado efeito suspensivo ou respondida até 1 (um) dia útil antes da sessão da LICITAÇÃO. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos igualmente até 1 (um) dia útil antes da sessão da LICITAÇÃO.
- 12.7.1 No campo “assunto” do e-mail deverá estar identificado se trata-se de Pedido de Esclarecimento ou Impugnação, contendo o nº e objeto desta Licitação. Exemplo: “Pedido de Esclarecimento - LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 10022340 – 90775/2026 – EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.
- 12.8 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da sessão pública.
- 12.9 Os casos omissos da presente LICITAÇÃO serão solucionados pelo agente de contratação/comissão e as questões relativas ao sistema pelo Governo Federal.
- 12.10 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo.
- 12.11 O resultado da presente licitação e demais atos pertinentes, passíveis de divulgação, serão publicados no sítio www.compras.gov.br, opção “COMPRAS ELETRÔNICAS”.

17. ANEXOS

ANEXO 1	MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO 2	INFORMAÇÕES DE DADOS BANCÁRIOS E E-MAIL
ANEXO 3	TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
ANEXO 4	MODELO DE PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS
ANEXO 4-A	PLANILHA REFERENCIAL PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS
ANEXO 5	MODELO DE PLANILHA SERVIÇOS E PREÇOS QUE INTEGRARÃO O INSTRUMENTO CONTRATUAL NO CASO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL COM DIFERENÇA DA ALÍQUOTA
ANEXO 6	MODELO DE PLANO DE FATURAMENTO
ANEXO 7	DOCUMENTO(S) TÉCNICO(S)
ANEXO 8	MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA
ANEXO 8-A	MODELO DE GARANTIA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO (NÃO APLICÁVEL)
ANEXO 9	MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SEUS ANEXOS
ANEXO 10	MATRIZ DE RISCOS
ANEXO 11	REGULAMENTO MATRIZ DE RISCOS REV. 00
ANEXO 12	INFORMAÇÕES DA PROPONENTE.
ANEXO 13	MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
ANEXO 14	MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO 15	MODELO DE TERMO DE ADESÃO DE SUBCONTRATADA
ANEXO 16	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL
ANEXO 17	MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO DE LONGO PRAZO
ANEXO 18	DATAS MARCO
ANEXO 19	ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (NÃO APLICÁVEL)
ANEXO 20	INSTRUÇÃO PARA MEDIÇÃO
ANEXO 21	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO 22	ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE – ASGI
ANEXO 23	MODELO DE PLANO DE AÇÃO
ANEXO 24	CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

São Paulo,

LUIS ALBERTO FERREIRA DIAZ
Gerente de Contratações e Compras

**ANEXO 1****MODELO DE DECLARAÇÕES**

(EM CASO DE CONSÓRCIO, SE PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO, ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO POR CADA UMA DAS EMPRESAS CONSTITUINTES DO CONSÓRCIO)

Local: _____

Data: ____/____/____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ da Proponente: _____

À COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ - São Paulo - SP

Número da Licitação: 10022340

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

Eu, na condição de representante legal da empresa acima identificada, interessada em participar da Licitação em referência, da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ, declaro, sob as penas da lei:

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 117 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

(I) sob as penas da lei, que observa as Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

DECLARAÇÃO REFERENTE À LEI ESTADUAL Nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL

(II) ter ciência de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL, exceto se suspenso, impede a contratação com a Companhia do Metrô de São Paulo – Metrô, de acordo com a Lei estadual nº 12.799/08, sem prejuízo das demais cominações legais.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA COMPANHIA DO METRÔ

(III) a) estar ciente do inteiro teor e submeter-se às disposições do Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô – disponível no site oficial do Metrô, inclusive no que concernem às sanções previstas, abstendo-se da prática de qualquer ato de corrupção, imoral, antiético, desleal ou de má-fé. b) estar ciente que caso a empresa tenha seu próprio Código de Conduta e Integridade, este deverá ser encaminhado à Companhia do Metrô no momento da assinatura do contrato, para que seja avaliado e assegurado que o referido código é compatível com o Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô. Atentamos que caso o mesmo não seja compatível a empresa ganhadora se submeterá integralmente ao Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS IMPEDIMENTOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A COMPANHIA DO METRÔ

(IV) que não se encontra impedido de licitar e contratar com a COMPANHIA DO METRÔ, em razão das hipóteses previstas, nos termos dos itens 2.10 e 2.11 das Condições Específicas deste Edital, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metrô e do artigo 38, da Lei Federal nº 13.303/16.

DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

[No caso de o edital exigir a apresentação de certidão negativa de falência, as empresas em recuperação judicial devem incluir a declaração abaixo]

(V) estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou



documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

DECLARAÇÃO PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

[No caso de o edital exigir a apresentação de certidão negativa de falência, as empresas em recuperação extrajudicial devem incluir a declaração abaixo]

(V) estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

DECLARAÇÃO CADMADEIRA

[No caso de se tratar da aquisição direta de produtos e subprodutos de madeira nativa listados no Artigo 1º do Decreto estadual nº 53.047/08 as empresas em devem incluir a declaração abaixo]

(VI) que serão utilizados na execução dos serviços licitados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto estadual 53.047/08, adquiridos de pessoa jurídica devidamente cadastrada do CADMADEIRA.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

[Microempresas ou empresas de pequeno porte devem incluir a declaração abaixo]

(VII) a empresa não se enquadra nos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, aplicáveis a beneficiadas de qualquer forma pela Lei Complementar 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA

(VIII) especialmente para fins do disposto nas respectivas alíneas do item 4.18 do edital, declaro que: (a) a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela (licitante/Consórcio), e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de participar ou em qualquer outra decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; (d) o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do seu objeto; (e) o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE

Nome completo e legível: _____

CPF: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

**A PROPONENTE DEVERÁ ENCAMINHAR ESTE ANEXO DEVIDAMENTE
PREENCHIDO E ASSINADO, CONFORME MODELO, NA ETAPA DE
HABILITAÇÃO**

**ANEXO 2****INFORMAÇÕES DE DADOS BANCÁRIOS E E-MAIL**

(EM CASO DE CONSÓRCIO, SE PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO, ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO POR CADA UMA DAS EMPRESAS CONSTITUINTES DO CONSÓRCIO)

Local: _____

Data: ____/____/____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ da Proponente: _____

À COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ - São Paulo - SP

Número da Licitação: 10022340

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

Eu, na condição de representante da Empresa acima identificada, vencedora do certame em referência, da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ, informo, sob as penas da Lei, as informações a seguir, em atendimento às Normas da Companhia e, também, às Instruções do TCE-SP:

Dados da conta que mantém junto ao BANCO DO BRASIL S.A:

Agência nº: _____ Conta Corrente nº: _____

. Nome completo e legível: _____

. CPF: _____

. Email Pessoal: _____

. Email Profissional: _____

Assinatura: _____

. Nome completo e legível: _____

. CPF: _____

. Email Pessoal: _____

. Email Profissional: _____

Assinatura: _____

NOTA: Estar ciente de que o Instrumento Contratual (digital e/ou digitalizado) será encaminhado via e-mail, ao endereço eletrônico informado acima, e no momento do recebimento a Contratada manifestará a recepção dele, bem como o encaminhamento de informações e/ou documentos de caráter sigiloso, como informe de rendimentos e outras informações fiscais. Caso a Contratada deixe de manifestar-se quanto ao recebimento do Instrumento Contratual (digital e/ou digitalizado), no prazo de 02 (dois) dias do envio, a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ considerará esta última data como a do recebimento. Nos casos em que for exigida assinatura por parte da Contratada no instrumento contratual, as informações acima deverão ser preenchidas com os dados do(s) signatário(s).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): Os dados pessoais coletados por meio do presente Anexo, serão tratados de acordo com a LGPD e com a Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais da COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.



ANEXO 3

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
E-mail pessoal: _____
E-mail institucional: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____



(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

ASSINATURAS – Referentes ao Contrato Metrô nº 1002234001



ANEXO 4
MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS
(EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

(apartado)



ANEXO 4-A
PLANILHA REFERENCIAL PARA A COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS
(apartado)

Nos termos do item 6.22 das Condições Específicas do edital, finda a negociação, a PROPONENTE melhor classificada deverá encaminhar Planilha de Serviços e Preços de acordo com a negociação realizada, a qual poderá ser apresentada com base no Anexo 4-A - Planilha Referencial para a Composição dos Preços Unitários, meramente orientativa, para a composição dos preços unitários.



ANEXO 5
MODELO DE PLANILHA SERVIÇOS E PREÇOS QUE INTEGRARÃO O INSTRUMENTO
CONTRATUAL NO CASO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL COM DIFERENÇA DE
ALÍQUOTA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CÓD. NCM	QUANT.	UNID	PREÇO EM R\$			
					Unitário	Valor unitário da diferença de alíquota de ICMS, se houver	Unitário para contrato	Total para Contrato
			A	B	C	D	E = C – D	F = A x E
1								
VALOR TOTAL DA DIFERENÇA DE ALIQUOTA ICMS								
TOTAL GERAL PARA CONTRATAÇÃO								
OBJETO:								
DATABASE:								



ANEXO 6 MODELO DE PLANO DE FATURAMENTO

PLANO DE FATURAMENTO PARA CONTRATOS COM O METRO

DADOS COMERCIAIS: _____
 RAZÃO SOCIAL / NOME: _____
 CNPJ/ CPF: _____
 CONTRATO Nº: _____
 OBJETO DO CONTRATO: _____
 OPTANTE DO SIMPLES: ☐ SIM ☐ NÃO

ITEM PSP	DESCRIÇÃO:	TRIBUTOS INCIDENTES ALÍQUOTAS								Carga total de tributos (%)	NCM TIPI	CÓDIGO LEI 116/03	Tipo de doc. de cobrança	Empresa responsável pelo faturamento
		ICMS	IPI	PIS	COFINS	CSLL	IR	INSS	ISS					

Nota: Havendo regime especial, isenção ou outro benefício fiscal, apresentar o ato de concessão e, se se referir a um ou mais itens do contrato, inserir coluna ao lado do item e detalhar o benefício (redução da alíquota, redução da base de cálculo etc.).

***Obs.: O objetivo desse plano é auxiliar no cadastramento dos tributos do contrato no Sistema "ERP/SAP". Portanto, as informações tributárias fornecidas são de inteira e exclusiva responsabilidade do contratado, que deverá observar o pleno atendimento à legislação vigente.**



ANEXO 7

DOCUMENTOS TÉCNICOS (apartados)

(A lista de Documentos Técnicos também segue apartada)

Os arquivos dos documentos técnicos podem ser obtidos no link abaixo:

<https://aplic.metrosp.com.br/as0001/frontend/index.php/processo/index>



ANEXO 8
MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

Local: _____

Data: ____/____/____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ da Proponente: _____

À COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ - São Paulo - SP

Número da Licitação: _____

Objeto: _____

Número do Contrato: _____

Valor da Fiança: R\$ _____

Por extenso: _____

Prazo da Fiança: _____ Meses ou Dias: _____

Por extenso: _____

Recomendado o prazo de vigência contratual acrescido de 30 (trinta) dias.

DADOS DO BANCO FIADOR

Nome do Banco: _____

Endereço (Rua, Avenida, etc.): _____

Número: _____ Complemento: _____ CEP: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ País: _____

CNPJ nº: _____

DADOS DA PROPONENTE

Endereço (Rua, Avenida, etc.): _____

Número: _____ Complemento: _____ CEP: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ País: _____

CNPJ nº: _____

Prezados senhores,

Ref.: FIANÇA BANCÁRIA

1. Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o BANCO acima identificado, por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador, até o limite informado, da empresa também já indicada, em garantia à fiel, completa, cabal e perfeita execução pela Contratada dos termos do Contrato supracitado, celebrado entre a empresa afiançada e essa Companhia, cujo objeto segue sobrescrito.

1.1 O valor limite acima estabelecido será automaticamente atualizado na mesma época, forma e periodicidade determinadas na Cláusula Reajuste do Contrato afiançado.

2. A fiança ora concedida visa assegurar o cumprimento, por parte da afiançada, de toda e qualquer cláusula e/ou condição relativa ao Contrato supra indicado, podendo o valor de tal fiança ser recebido por essa Companhia, a qualquer tempo, independentemente de autorização ou mera concordância da afiançada, ou ainda de ordem judicial, bem como de qualquer prévia justificação.

3. Este Banco, neste ato, renuncia expressamente aos benefícios do artigo 827, do Código Civil Brasileiro, e declara, sob as penas da Lei que:

3.1 Está legal e estatutariamente autorizado a emitir a presente carta de fiança;

3.2 Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária e regulamentações do Banco Central aplicáveis;



3.3 O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquela instituição federal.

4. A presente Fiança Bancária vigorará pelo constante acima, contado a partir da data do Contrato ora afiançado, estando sua liberação, em qualquer caso, condicionada a comunicação, por escrito, dessa Companhia.

Nome do representante legal: _____

Assinatura do representante legal: _____



ANEXO 8-A
MODELO DE GARANTIA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO
(NÃO APLICÁVEL)

ANEXO 9**SEGUNDA PARTE****MINUTA DO CONTRATO E SEUS ANEXOS****ÍNDICE**

1. OBJETO	43
2. VIGÊNCIA/PRAZOS.....	44
3. PREÇOS.....	45
4. ADIANTAMENTO	45
5. FORMA DE PAGAMENTO.....	45
6. MEDIÇÃO	45
7. COBRANÇA	46
8. PAGAMENTO.....	48
9. REAJUSTE	49
10. TRIBUTOS.....	51
11. INCENTIVOS FISCAIS.....	52
12. MATRIZ DE RISCOS.....	53
13. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	53
14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COMPANHIA DO METRÔ.....	54
15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	55
16. FISCALIZAÇÃO.....	75
17. INSPEÇÃO	77
18. SUBCONTRATAÇÃO.....	79
19. GARANTIAS	80
20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	83
21. RESCISÃO	86
22. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	89
23. ENTREGA E APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	90
24. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS.....	93
25. ACEITAÇÃO	93
26. GARANTIA TÉCNICA.....	94
27. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	95
28. DISPOSIÇÕES GERAIS	96
29. DOCUMENTOS INTEGRANTES.....	97



CONTRATO Nº 1002234001

CÓDIGO FORNECEDOR _____

Pelo presente Instrumento feito em 1 (uma) via de um lado a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO METRÔ, CNPJ nº 62.070.362/0001-06, com sede em São Paulo, situada na Rua Boa Vista, 175, doravante denominada simplesmente COMPANHIA DO METRÔ, e de outro:

EMPRESA:

CNPJ:

doravante denominada simplesmente CONTRATADA, legalmente representadas e ao final assinadas, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metrô de São Paulo – Metrô (REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES), disponível para acesso em seu sítio eletrônico, e pelas disposições da Lei federal nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, assim como da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, mediante as cláusulas que se seguem:

1. OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS REMANESCENTES, CONTEMPLANDO ACABAMENTO, NO TRECHO ENTRE AS ESTAÇÕES ORFANATO E SANTA CLARA E TÚNEL NATM ENTRE O PROLONGAMENTO EXISTENTE APÓS A ESTAÇÃO VILA PRUDENTE E O VSE FALCHI GIANINI - TRECHO VILA PRUDENTE - DUTRA DA LINHA 2 - VERDE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.

1.1.1 Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados observando-se toda a documentação técnica integrante do Contrato e em conformidade com o disposto nos documentos integrantes do Edital que precedeu o presente instrumento.

1.2 ORDENS DE SERVIÇO

1.2.1 Serão emitidas a critério da COMPANHIA DO METRÔ, e tantas quanto forem necessárias, as Ordens de Serviço, que serão dadas por escrito e farão parte integrante deste contrato, observadas as disposições contidas na Cláusula de Comunicações deste instrumento.

1.2.2 As Ordens de Serviço serão emitidas conforme necessário e em atendimento ao Anexo de Datas Marco.

1.2.3 Para cada Ordem de Serviço emitida poderá, a critério da COMPANHIA DO METRÔ, ser emitido um Termo de Aceitação Provisória (TAP).

1.3. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.3.1 Os serviços devem ser executados de acordo com o descrito no Termo de Referência e nos Documentos Técnicos, integrantes deste instrumento.

1.4 Os serviços serão executados sob o seguinte regime de empreitada por preço unitário e global.

- 1.4.1 O projeto executivo emitido e aprovado na revisão 0, conforme definido na MAN-10-202, deverá ser entregue para o início de cada etapa da obra ou do serviço correspondente.
- 1.5 O custeio dos serviços objeto do presente Contrato será coberto com recursos da(o): Governo do Estado de São Paulo - GESP.

2. VIGÊNCIA/PRAZOS

2.1 VIGÊNCIA

- 2.1.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 25 (vinte e cinco) meses, contados da data deste instrumento contratual.

2.2 EXECUÇÃO

- 2.2.1 O prazo de execução dos serviços objeto do presente Contrato, contado a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço (OS), é de 18 (dezoito) meses.

2.3 ORDEM DE SERVIÇOS E RECEBIMENTO

- 2.3.1 O prazo máximo para a emissão da primeira Ordem de Serviço, contado da data do Contrato, é de 30 (trinta) dias.

- 2.3.2 O prazo para a COMPANHIA DO METRÔ inspecionar, aprovar e emitir o Termo de Aceitação Provisória (TAP), contado da comunicação por escrito pela CONTRATADA da conclusão das obras e serviços, é de 60 (sessenta) dias.

- 2.3.3 O prazo para a CONTRATADA desativar o canteiro de obra da etapa correspondente, contado da comunicação por escrito pela COMPANHIA DO METRÔ, é de 30 (trinta) dias.

- 2.3.4 O prazo para a COMPANHIA DO METRÔ efetuar a inspeção e aprovação final das obras civis e serviços e emitir o último Termo de Aceitação Definitiva (TAD), contado da emissão do último Termo de Aceitação Provisória (TAP), desde que não haja nenhuma pendência de ordem técnica e que tenha sido entregue e aprovada toda a documentação de "as built" ou "conforme realizado", é de 90 (noventa) dias.

- 2.3.5 Após a aceitação definitiva, a COMPANHIA DO METRÔ emitirá o Termo de Encerramento Contratual (TEC), desde que não haja pendências administrativas, fiscais, trabalhistas, tributárias e financeiras.

2.4 Possibilidade de prorrogação do Contrato:

- 2.4.1 O contrato somente poderá ser prorrogado nas hipóteses estabelecidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia do Metrô de São Paulo – METRÔ.

- 2.4.2 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do Contrato exigirá a correspondente adequação, por parte da CONTRATADA e aprovação pela COMPANHIA DO METRÔ, dos Cronogramas Físico de Longo Prazo e Financeiro de Longo Prazo vigentes.

- 2.5 A inobservância dos prazos estipulados neste Contrato somente será admitida pela COMPANHIA DO METRÔ quando fundamentada nos motivos de força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, ou por motivos imputáveis à COMPANHIA DO METRÔ, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste Contrato.



3. PREÇOS

3.1 O valor total deste Contrato, conforme Planilha de Serviços e Preços negociada, anexa deste contrato, é de _____ (extenso).

3.1.1 A data base deste Contrato é 01/___/_____.

3.2 Os preços deste Contrato contemplam toda mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos, acessórios, tributos, encargos de natureza previdenciária, fiscal e trabalhista, incluindo benefícios sociais e os demais custos inerentes ao objeto contratual.

4. ADIANTAMENTO

4.1 Este Contrato não prevê pagamento antecipado.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1 Os valores deste Contrato serão pagos conforme disposto no Anexo – Instrução de Medição: MAN-09-200 e Instrução de Medição Complementar.

6. MEDIÇÃO

6.1 Os serviços objeto deste Contrato realizados no mês da apuração serão apontados por medições mensais únicas apresentadas pela CONTRATADA, e seu pagamento é condicionado à aprovação da COMPANHIA DO METRÔ.

6.2 As medições serão feitas diretamente pela CONTRATADA, através do aplicativo SIMMED – Sistema de Medição, ou outro sistema específico, a ser fornecido pela COMPANHIA DO METRÔ, devendo ser numeradas sequencialmente, discriminando o número deste Contrato, o objeto, os serviços realizados e as respectivas quantidades, bem como, os locais de sua realização.

6.3 As medições deverão ser encaminhadas preferencialmente por meio do portal eletrônico RECMED no endereço: <https://aplic.metrosp.com.br/recmed> ou outro endereço específico a ser fornecido pela COMPANHIA DO METRÔ.

6.4 Caso solicitado pelo Gestor, as medições deverão ser encaminhadas em 2 (duas) vias, juntamente com a cópia em mídia magnética gerada pelo aplicativo SIMMED, diretamente ao gestor do Contrato, nos termos da Cláusula Comunicações adiante.

6.5 As medições deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA à COMPANHIA DO METRÔ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês apurado, para exame e aprovação ou rejeição, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da medição.

6.5.1 Caso no dia 5 (cinco) do mês subsequente não haja expediente na COMPANHIA DO METRÔ a entrega deverá ser realizada no último dia em que houver expediente antes desta data.

6.5.2 Para análise da medição, as memórias de cálculo referentes aos serviços realizados deverão ser assinadas e encaminhadas pela CONTRATADA à COMPANHIA DO METRÔ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês apurado ou conforme estabelecido no item 6.5.1.

6.6 Os serviços executados que, porventura, não foram incluídos na medição do mês de apuração pela CONTRATADA, deverão ser incluídos e apresentados em medição de período posterior, pelo valor da época de sua realização, obedecidas as demais condições contratuais.

6.7 No caso de rejeição de parte da medição deverá ser observado o seguinte:

- 6.7.1 A parcela correspondente aos itens aprovados pela COMPANHIA DO METRÔ seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta Cláusula.
- 6.7.2 A COMPANHIA DO METRÔ relacionará e informará a CONTRATADA os itens não aprovados correspondentes à parcela da medição rejeitada, para reapresentação em medição de período posterior, pelo valor da época de sua realização, obedecidas as demais condições contratuais.
- 6.7.3 A rejeição total ou parcial das medições ou a devolução dos documentos de cobrança não aprovados, bem como os prazos para a reapresentação e reexame de tais documentos, em hipótese alguma será motivo para suspensão da execução dos serviços contratados.
- 6.7.4 A rejeição parcial da medição não implica em uma nova emissão e envio com os itens aprovados.
- 7. COBRANÇA**
- 7.1 Os documentos de cobrança deverão ser entregues em 2 (duas) vias, diretamente a/c do Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de seus vencimentos e deverão estar em conformidade com a legislação vigente e, caso contrário, serão devolvidos.
- 7.2 Nesses documentos deverão ser indicadas, obrigatoriamente, sob pena de rejeição, ou no corpo do documento fiscal ou em documento apartado, as seguintes informações:
- a) Número do Contrato.
 - b) Número da Ordem de Serviço (quando aplicável).
 - c) Número da medição (quando aplicável).
 - d) Identificação do item ou itens da Ordem de Serviço correspondente ao faturamento apresentado (na hipótese de faturamento de valor do total de um item planilhado ou mais de um item).
 - e) Identificação do item ou itens Ordem de Serviço correspondente ao faturamento apresentado (na hipótese de faturamento de valores parciais do valor total de um item planilhado ou mais de um item) acompanhada de memória de cálculo que demonstre a apuração do valor faturado com base nas quantidades ou percentuais medidos em conformidade com o quanto pactuado no Contrato.
 - f) Número do CNO da obra.
- 7.3 Os valores de reajuste deverão ser indicados, separadamente do valor do principal, no corpo do documento de cobrança que deverá estar acompanhado da respectiva memória de cálculo.
- 7.4 No caso de a CONTRATADA apresentar documentos de cobrança com erros, se recebidos, a COMPANHIA DO METRÔ os devolverá por documento protocolado, solicitando o envio de nova documentação e, neste caso, os prazos para pagamento serão contados a partir de reapresentação desta.
- 7.5 Caso a CONTRATADA incorra em atraso na entrega de qualquer documento de cobrança e/ou de medição e/ou memórias de cálculo, a COMPANHIA DO METRÔ postergará a respectiva data de vencimento pelo mesmo número de dias correspondente ao período de tal atraso.

- 7.5.1 Ocorrendo atraso na apresentação de qualquer um dos documentos referidos acima, a respectiva data de vencimento será postergada em função do documento que apresentar maior período de atraso.
- 7.6 A Nota Fiscal/Fatura/Recibo de Prestação de Serviços deverá ser emitido de acordo com as exigências estabelecidas no artigo 219 e §§ do Decreto Federal nº 3.048, de 06/05/99, e suas regulamentações, devendo ainda a CONTRATADA, nos termos do mesmo Decreto e de Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, em especial à Instrução Normativa nº 971 da Receita Federal do Brasil de 13/11/2009, ou outra em vigor à época da prestação do serviço/faturamento, fornecer, juntamente com tal documento, cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, correspondente ao mês da prestação de serviços, se aplicável. Para empresas que já estão obrigadas ao eSocial e DCTFWeb, fornecer instrumentos de confissão de dívida e de constituição do crédito previdenciário substituto.
- 7.6.1 Nos casos de inobservância, discrepância ou incorreção na indicação de valores, conforme estabelecido no referido Decreto, ou em casos de glosas aplicadas, a COMPANHIA DO METRÔ efetuará o ajuste necessário, comunicando tal fato à CONTRATADA.
- 7.7 Caso o objeto contratado envolva fornecimento de material, para a entrega deverá ser emitida Nota Fiscal Eletrônica da CONTRATADA. Do mesmo modo, sempre que possível, deverão ser extraídas Fatura e Duplicata. Na Nota Fiscal deverá constar materiais correspondentes a um único Contrato.
- Para a compra destes materiais, a Contratada deverá apresentar ao Metrô o cronograma/planejamento que contemple a cronologia de execução dos serviços inerentes onde serão utilizados estes materiais.
- Neste cronograma deverá constar: 1) Tempo de pesquisa para compra dos materiais; 2) Prazo de entrega dos materiais pelo fornecedor; 3) Tempo para preparação de área de estocagem; 4) Data e prazo de execução dos serviços inerentes.
- 7.7.1 Antes da saída da mercadoria para entrega, a CONTRATADA deverá enviar o arquivo XML da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e correspondente, ou equivalente que a legislação substitua, para o e-mail nf@metrosp.com.br ou nf-e@metrosp.com.br ou nef@metrosp.com.br, sob pena de não recebimento da mercadoria, bem como aplicação das sanções cabíveis, caso em que a CONTRATADA arcará com todos os ônus decorrentes da medida.
- Preliminarmente à entrega dos materiais, deverá ter sido atendido os requisitos acima, quais sejam:
- Para a compra destes materiais, a Contratada deverá apresentar ao Metrô o cronograma/planejamento que contemple a cronologia de execução dos serviços inerentes onde serão utilizados estes materiais.
- Neste cronograma deverá constar: 1) Tempo de pesquisa para compra dos materiais; 2) Prazo de entrega dos materiais pelo fornecedor; 3) Tempo para preparação de área de estocagem; 4) Data e prazo de execução dos serviços inerentes.
- 7.8 A liberação do pagamento das medições estará sempre condicionada à prévia apresentação dos documentos referidos a seguir:



- a) Certidões Negativa de débitos Trabalhistas - CNDT;
- b) Relação dos empregados que prestam serviços à COMPANHIA DO METRÔ, no período relativo à medição em vias de ser atestada;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP 's dos empregados, relativa ao mês precedente;
- e) Comprovantes de pagamento da Guia da Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do FGTS – GRF.

8. PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento à CONTRATADA se fará no 30º (trigésimo) dia subsequente ao mês da realização dos eventos ou serviços que constem de medições mensais, desde que estas tenham sido aprovadas pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 8.1.1 Os pagamentos à CONTRATADA somente serão efetivados caso não existam pendências relativas ao INSS, FGTS e CADIN.
- 8.2 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente que a CONTRATADA deve manter junto ao BANCO DO BRASIL S.A.
- 8.3 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a COMPANHIA DO METRÔ, pela simples efetivação do crédito correspondente em sua conta corrente.
- 8.4 Caso ocorram atrasos nos pagamentos, por motivos imputáveis à COMPANHIA DO METRÔ, os valores devidos serão atualizados com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado “pro-rata-tempore” desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo. Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 1}{IPC - FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 2}{IPC - FIPE\ 1} \right) \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 3}{IPC - FIPE\ 2} \right)^{(y/z)}$$

Em que:

VDA = Valor atualizado do pagamento em atraso;

VDO = Valor em atraso;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês de vencimento da obrigação;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês de vencimento da obrigação;

IPC-FIPE 2 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês de pagamento da obrigação;

IPC-FIPE 3 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês de pagamento da obrigação;

n = número de dias contados da data do vencimento da obrigação, exclusive, até o último dia do mês do vencimento da obrigação, inclusive;

m = número de dias do mês do vencimento da obrigação;

y = número de dias contados do primeiro dia do mês do pagamento da obrigação, até o dia do pagamento da obrigação;

z = número de dias do mês do pagamento da obrigação.

- 8.4.1 No caso de o pagamento ocorrer no mesmo mês do vencimento, a fórmula a ser aplicada é:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC - FIPE\ 1}{IPC - FIPE\ 0} \right)^{(n/m)}$$

Em que:

VDA = Valor atualizado do pagamento em atraso;

VDO = Valor e atraso;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação;

n = número de dias contados da data do vencimento da obrigação, exclusive, até a data do efetivo pagamento da obrigação, inclusive;

m = número de dias do mês do vencimento da obrigação/pagamento da obrigação.

- 8.5 Fica expressamente estabelecido que a COMPANHIA DO METRÔ não aporá aceite em duplicatas, triplicatas e/ou letras de câmbio, e que somente liquidará os títulos que portem, no verso, a condição "Vinculado à Verificação e ao Cumprimento de Cláusulas Contratuais - Contrato nº 1002234001", firmadas pelo emitente e eventuais endossatários.
- 8.6 Caso a CONTRATADA opte por fazer a cessão de crédito, responderá perante a Cessionária, em relação ao crédito ora cedido, pela solvência da COMPANHIA DO METRÔ, independentemente de qualquer meio de cobrança administrativa do crédito pela Cessionária.
- 8.6.1 Não será admitida a cessão de créditos da CONTRATADA em favor de subcontratadas.
- 8.7 A COMPANHIA DO METRÔ poderá realizar compensações de crédito e débito, independentemente de sua origem, entre contratos distintos, ainda que a devedora constitua consórcio ou SPE, no limite da participação da empresa devedora.

9. REAJUSTE

- 9.1 Os preços constantes do presente Contrato poderão ter seus valores reajustados a partir de 1 (um) ano da data-base, com periodicidade de 12 meses, em conformidade com a legislação que dispõe sobre o Plano Real e o Sistema Monetário Nacional, e observados os termos do Decreto estadual 48.326, de 12/12/03, aplicando-se a fórmula de reajuste:

- a) Obras Civis (Planilha de Serviços e Preços – itens 1.1 a 9.53; 10.6; 10.8; 11.1 a 11.55; 12.1 a 16.10.1)

$$Pr = Po \times (A^1 / A0)$$

Onde:

Pr = Preço reajustado

Po = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços

1 = índice referente ao segundo mês anterior ao mês da aplicação do reajuste

0 = índice referente ao segundo mês anterior ao mês da data-base contratual

A = ICC - São Paulo - DI - Todos os itens – 1472180

- b) Obras Cíveis (Planilha de Serviços e Preços – 10.1 a 10.5, 10.7; 11.56; 17.1 a 18.4)

$$Pr = Po \times (A^1 / A0)$$

Onde:

Pr = Preço reajustado

Po = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços

1 = índice referente ao segundo mês anterior ao mês da aplicação do reajuste

0 = índice referente ao segundo mês anterior ao mês da data-base contratual

A = Índice de Preços para Serviços Gerais com Predominância de Mão-de-obra - FIPE, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo

- 9.2 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta Cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 9.2.1 O reajuste de preços de que trata esta Cláusula incidirá somente sobre eventos que estejam fixados contratualmente para cumprimento posterior à data de sua aplicação.
- 9.3 Caso até a emissão do documento de cobrança não seja conhecido o índice de reajuste correspondente, e a fim de permitir que o cálculo do mesmo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, projetada pelo número de meses faltantes, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste previsto nesta Cláusula.
- 9.3.1 Quando da publicação dos índices definitivos, far-se-á a apuração e a realização do correspondente ajuste financeiro da diferença a maior ou a menor, considerada a mesma data do vencimento do documento de cobrança que tenha dado origem à ocorrência e sujeito à mesma regra prevista na Cláusula - Pagamentos deste Contrato.
- 9.4 Na eventualidade de qualquer dos indicadores referidos nesta Cláusula deixar de existir, sem prejuízo do previsto no item 9.3, a aplicação dos indicadores substitutivos definitivos somente se dará por meio de Aditivo Contratual.

- 9.4.1 Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a COMPANHIA DO METRÔ e a CONTRATADA definirão, de comum acordo, o novo indicador, se assim permitir a legislação.
- 9.4.1.1 Enquanto não houver acordo entre as partes ou não tiver sido oficializado por meio de aditivo o novo fator de reajuste, o reajuste dos preços deste contrato será aplicado com base no último fator de reajuste apurado.
- 9.4.2 Após a emissão do aditivo contratual, formalizando o novo índice aplicável ao contrato, deverão ser apresentados demonstrativos de cálculo das eventuais diferenças devidas, para aprovação da COMPANHIA DO METRÔ que, após apresentação do documento fiscal pela CONTRATADA, efetuará o pagamento nos termos contratuais.
- 9.5 Em caso de antecipação ou atraso na realização da atividade o reajuste obedecerá às seguintes condições:
- 9.5.1 Havendo atraso atribuível à CONTRATADA, se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para realização da atividade. Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a atividade for executada ou concluída.
- 9.5.2 Ocorrendo o atraso por razões não imputáveis à CONTRATADA ou que não poderia ser evitado por sua atuação diligente, circunstância devidamente apurada pela COMPANHIA DO METRÔ, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que a atividade foi executada ou concluída, sendo efetuado o pagamento da complementação do reajuste, desde que autorizado expressamente pela COMPANHIA DO METRÔ e limitado ao prazo de execução contratual.
- 9.5.3 Quando houver antecipação prevalecerão os valores da Planilha de Preços ou os valores reajustados pelos índices do período em que os serviços foram realmente executados.
- 9.6 Os dispositivos de reajuste previstos nesta cláusula não se aplicam aos valores referidos na Cláusula 4.
- 10. TRIBUTOS**
- 10.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência direta ou indireta da execução do objeto deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá sem direito a reembolso. A COMPANHIA DO METRÔ, quando ela for a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos de lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela CONTRATADA, segundo a legislação vigente.
- 10.1.1 O 'diferencial de alíquota' do ICMS de que trata o art. 117 do RICMS do Estado de São Paulo, quando houver, será recolhido pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 10.1.2 Caso a CONTRATADA não tenha informado a existência de 'diferencial de alíquota' em sua proposta ou se o valor informado for insuficiente, a diferença será descontada dos pagamentos devidos à empresa, da garantia de execução contratual ou poderá ser cobrada judicialmente.
- 10.2 Havendo, após a data-base dos preços, alteração, isenção, extinção de tributos ou encargos legais, ou instituição de outros que, direta e comprovadamente, repercutam sobre os preços contratados, a COMPANHIA DO METRÔ procederá conforme abaixo:

- 10.2.1 Caso haja diferença a maior, a COMPANHIA DO METRÔ somente procederá ao pagamento após a aceitação da comprovação, feita pela CONTRATADA, dos ônus daí decorrentes.
- 10.2.2 Na hipótese de a CONTRATADA, ou a COMPANHIA DO METRÔ, vir a beneficiar-se de isenções ou reduções junto ao Fisco, proceder-se-á à revisão dos custos do Contrato, cujas alterações fiscais reflitam diretamente na composição dos preços.
- 10.2.3 Não serão consideradas para os fins desta Cláusula, as alterações de tributos ou encargos legais que incidam sobre os insumos que compõem os serviços objeto deste Contrato.
- 10.3 A CONTRATADA deverá comprovar o recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste Instrumento, sempre que solicitado pela COMPANHIA DO METRÔ, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Sanções deste Instrumento.
- 10.4 Quando por disposição legal, a COMPANHIA DO METRÔ for a responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste Contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimo e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento ou do não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados, serão descontados de quaisquer créditos da CONTRATADA perante a COMPANHIA DO METRÔ, ou por cobrança pela emissão de Nota de Débito.
- 10.5 A COMPANHIA DO METRÔ, em cumprimento a Lei federal 9.711/98, regulamentada pelo Decreto federal nº 3.048, de 06/05/99, e instruções em vigor à época da prestação do serviço/faturamento, efetuará a retenção e o recolhimento ao INSS da contribuição à Seguridade Social sobre os valores devidos por conta do presente Contrato, na forma e prazos no mesmo estabelecidos, se aplicável.
- 11. INCENTIVOS FISCAIS**
- 11.1 Caso a COMPANHIA DO METRÔ obtenha, das autoridades governamentais, benefícios fiscais ou isenções, os preços serão reformulados com base nos atos concessivos, de modo que a CONTRATADA transfira à COMPANHIA DO METRÔ, os incentivos expressamente concedidos, segundo sua regulamentação e tempestividade de utilização, na medida em que comprovadamente possam ser utilizados.
- 11.2 A aplicação dos referidos incentivos fica condicionada à prévia comprovação, pela COMPANHIA DO METRÔ das respectivas concessões e do cumprimento de todas as condições e termos estipulados nos atos concessivos das autoridades fazendárias.
- 11.3 Se, por qualquer razão, os incentivos, vierem a ser revogados com efeito retroativo, total ou parcialmente, pelas autoridades, a COMPANHIA DO METRÔ reembolsará a CONTRATADA de todos os abatimentos concedidos a esse título, assim como de todos os tributos e demais acréscimos exigidos legalmente, em virtude da referida revogação.

12. MATRIZ DE RISCOS

- 12.1 Quando houver, a matriz de riscos define o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e é vinculante para pedidos de repactuação e revisão.
- 12.2 A matriz de risco caracteriza o equilíbrio econômico inicial do contrato, distribuindo os riscos e ônus, inclusive os financeiros, entre as partes. Sempre que forem atendidas as condições do contrato e da matriz de riscos, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pleitos de reequilíbrio relacionados aos riscos assumidos.
- 12.3 A CONTRATADA deve apresentar o Plano de Ação e/ou de Contingência no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato, detalhando as ações necessárias para mitigar os riscos sob sua responsabilidade identificados na MATRIZ DE RISCOS. Disponibilizamos em anexo Modelo de Plano de Ação que poderá ser adotado.
- 12.3.1. As ações da CONTRATADA em relação a Matriz de Riscos deverão atender as diretrizes do ANEXO - REGULAMENTO MATRIZ DE RISCOS PARA CONTRATOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA.
- 12.3.2. A CONTRATADA deverá revisar os Planos de ações preventivas necessárias à boa gestão de todos os riscos constantes na Matriz de Risco do Contrato, em até 30 (trinta) dias corridos, sempre que solicitado pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 12.4 Os gestores do METRÔ e da CONTRATADA devem realizar o acompanhamento do Plano de Ação e/ou de Contingência em conformidade com o escopo do contrato, em periodicidade a ser definida pelo Gestor do Metrô, considerando a frequência mínima estabelecida na tabela abaixo:

Criticidade	Frequência de atualização mínima
Extrema	Mensal
Alta	
Média	Bimestral
Baixa	Trimestral

- 12.5 Não haverá remuneração específica pela entrega dos documentos previstos nesta Cláusula.

13. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 13.1 Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato quando qualquer das partes sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que sejam impeditivos à continuidade da execução de suas obrigações contratuais ou retardem seu cumprimento, de forma prejudicial à finalidade do contrato.
- 13.2 Nenhuma das partes fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato nas hipóteses em que riscos a ela alocados vierem a se materializar
- 13.3 A CONTRATADA, para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, deverá apresentar à COMPANHIA DO METRÔ requerimento fundamentado, demonstrando e justificando a ocorrência de qualquer fato que possa caracterizar o desequilíbrio, nos 30 (trinta) dias seguintes ao da ocorrência, devendo o pedido estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

- 13.3.1 Identificação precisa do evento que dá ensejo ao pedido de reequilíbrio, acompanhado de evidência de que o risco estava alocado à COMPANHIA DO METRÔ, nos termos deste;
- 13.3.2 Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONTRATADA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito;
- 13.3.3 A COMPANHIA DO METRÔ poderá, de acordo com a complexidade do pleito, devidamente justificada pela CONTRATADA, deferir prazo adicional para apresentação da documentação mencionada no item 13.3.
- 13.4 A COMPANHIA DO METRÔ terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONTRATADA ou de terceiros por ela contratados para aferir, diretamente ou por meio de terceiros contratados, o quanto alegado pela CONTRATADA.
- 13.4.1 A CONTRATADA arcará com eventuais custos decorrentes da verificação de suas alegações pela COMPANHIA DO METRÔ, sendo ressarcida dos mesmos, em caso de mérito do pleito.
- 13.5 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato pela via administrativa não poderá importar efeito retroativo superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação do pleito ou da comunicação.
- 13.6 Caracterizando-se a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, previsto nesta cláusula, este deverá ser formalizado por meio de aditivo contratual.
- 13.7 Igual direito a reequilíbrio do Contrato, detém a COMPANHIA DO METRÔ, a qual pleiteará e comunicará à CONTRATADA, na forma e no que couber, conforme disposto nesta cláusula.
- 14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COMPANHIA DO METRÔ**
- 14.1 A COMPANHIA DO METRÔ garantirá ao pessoal da CONTRATADA o acesso aos locais e às informações necessárias da execução dos serviços.
- 14.2 A COMPANHIA DO METRÔ disponibilizará à CONTRATADA e eventuais SUBCONTRATADAS, em seu site oficial, material de divulgação sobre o seu CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE, cabendo às mesmas a divulgação do material e orientação sobre o seu cumprimento a todos os empregados que prestarão serviços à COMPANHIA DO METRÔ, em atendimento ao código de conduta vigente e futuras atualizações disponíveis no site oficial do Metrô.
- 14.3 A COMPANHIA DO METRÔ é responsável ainda, por:
- Obter as Licenças Ambientais mediante apresentação de subsídios pela Contratada em prazo hábil e aderente à estratégia de implantação. Excluem-se desta obrigação apenas as Licenças que o Contrato tenha expressado e determinadamente atribuído à Contratada;
 - Liberar as áreas necessárias para a implantação das obras, conforme previsto no Cronograma aprovado.
- 14.4 A COMPANHIA DO METRÔ é responsável por realizar a compensação ambiental relacionada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, conforme Artigo 36 da Lei Federal nº 9985/2000.
- 14.5 A COMPANHIA DO METRÔ ou o preposto designado, será responsável pela análise e a devida aprovação dos projetos executivos e vinculação ao Projeto Básico.

- 14.6 A COMPANHIA DO METRÔ poderá apresentar mensalmente à CONTRATADA, informações referentes aos Controles de Não Conformidades e Cálculos do Índice de Desempenho da Qualidade da CONTRATADA.
- 14.7 A COMPANHIA DO METRÔ ou o preposto designado, será responsável pela validação da documentação técnica, tais como procedimentos, planos de ensaio e planos de inspeção e testes, projetos de fabricação, a serem apresentados pela CONTRATADA antes do início das atividades.
- 14.8 A COMPANHIA DO METRÔ é responsável pelo fornecimento do Projeto Executivo das Obras Cíveis.
- 14.8.1 O fornecimento do Projeto Executivo pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA das obrigações e responsabilidades objeto deste contrato.
- 14.9 A COMPANHIA DO METRÔ contratará sob suas expensas o Seguro de Responsabilidade Civil - Obras Cíveis, para a cobertura de danos pessoais e / ou materiais que possam involuntariamente ser causados a terceiros, concessionários de serviços públicos, pessoas e/ou imóveis lindeiros à obra, bem como nos casos que possam demandar sanções indenizatórias, em razão do objeto deste contrato.
- 15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**
- 15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS**
- 15.1.1 A CONTRATADA obriga-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem ao presente Instrumento, comunicando imediatamente qualquer fato ou circunstância superveniente que altere tais condições.
- 15.1.2 A CONTRATADA deverá manter seu endereço atualizado junto ao SICAF, obrigando-se a informar imediatamente qualquer alteração que ocorra durante a execução do Contrato.
- 15.1.3 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os requisitos de segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais, os aspectos legais, os diversos tipos de acessos a sistemas e a dados, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe aplicadas as sanções previstas neste Instrumento contratual, independentemente de sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis e eventuais ressarcimento de danos.
- 15.1.4 A CONTRATADA obriga-se a responder pelo pagamento de todos e quaisquer ônus, tributos e multas oriundas deste Contrato, inclusive os de origem fiscal, previdenciária e/ou trabalhista.
- 15.1.5 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais resultantes da execução do Contrato, salvo disposição em contrário neste Contrato.
- 15.1.6 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais não transfere à COMPANHIA DO METRÔ a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

- 15.1.7 A CONTRATADA será responsável pelo estudo de todos os documentos integrantes do Contrato bem como por todos os elementos fornecidos pela COMPANHIA DO METRÔ, para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
- 15.1.8 Se, nos estudos realizados no âmbito de suas atividades específicas, como responsável pela execução deste Contrato, a CONTRATADA vier a constatar quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, e de imediato, à COMPANHIA DO METRÔ, para que os mesmos sejam sanados em tempo hábil.
- 15.1.9 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, e sem implicar alterações do prazo contratual, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à COMPANHIA DO METRÔ, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela COMPANHIA DO METRÔ e sem prejuízo do disposto na Cláusula Sanções Administrativas deste Instrumento.
- 15.1.10 As disposições estabelecidas na cláusula 15.1.9 deverão ser observadas mesmo após a extinção deste instrumento contratual, observados os prazos prescricionais previstos na legislação aplicável, bem como o prazo de garantia técnica ou do produto.
- 15.1.11 A CONTRATADA será a responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões dos desenhos ou outras informações que vier a fornecer, quer tenham sido ou não estes desenhos ou informações, aprovados pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.1.11.1 Não se aplica a responsabilidade prevista no item anterior, caso tais diferenças, erros ou omissões sejam devidos a dados ou informações fornecidas, por escrito, pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.1.12 A CONTRATADA deverá providenciar, junto aos Poderes Públicos e empresas Concessionárias de Serviços Públicos, com a antecedência que se fizer necessária, e em conformidade com as regulamentações, portarias, legislação e normas técnicas vigentes e em completa consonância com os órgãos competentes, as medidas, licenças, alvarás, outorgas, autorizações, termos de permissão, cartas de aceite, certidões, anuências de qualquer natureza e aprovações para viabilizar a implantação do objeto contratual, bem como o pagamento das respectivas taxas e emolumentos.
- 15.1.12.1 A CONTRATADA é responsável por submeter os projetos e obter a aprovação das Concessionárias e/ou Órgãos Competentes (SABESP, CET, ENEL, ISA- CTEEP, PETROBRÁS, COMGÁS, CONVIAS, entre outros), sendo que todas as tratativas são de responsabilidade da CONTRATADA. A liberação destes projetos pela COMPANHIA DO METRÔ está condicionada a apresentação da aprovação formal das Concessionárias e Órgãos competentes.
- 15.1.12.1.1 A CONTRATADA deverá considerar os prazos usuais para obtenção dessas licenças dentro do prazo de execução dos serviços.

- 15.1.12.2 A obrigação prevista nesta cláusula compreende ainda o “habite-se” ou autorização equivalente para uso e ocupação da edificação, que deverá ser providenciado pela CONTRATADA antes da sua operação e pleno uso comercial.
- 15.1.13 A CONTRATADA deverá conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas adequadas, em estreita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicável.
- 15.1.14 A CONTRATADA confirma ter celebrado o Contrato com base em um adequado exame dos dados relativos ao objeto deste Contrato, fornecidos pela COMPANHIA DO METRÔ, e baseada nas informações que a CONTRATADA possa ter obtido por meio de uma inspeção visual do local das obras e de outros disponibilizados. A CONTRATADA reconhece que qualquer falha na tomada de conhecimento de todos esses dados e informações não deverá aliviar sua responsabilidade de estimar adequadamente a dificuldade ou o custo de executar com sucesso o objeto deste Contrato.
- 15.1.15 A CONTRATADA obriga-se a proceder o descarte de todo e qualquer material referente ao Contrato, na forma fragmentada de modo a garantir a total descaracterização do mesmo. Esta obrigação é válida tanto para os descartes que possam ocorrer durante o desenvolvimento dos trabalhos como para os descartes que possam ocorrer a qualquer tempo, após o encerramento dos trabalhos, de materiais mantidos em seu poder.
- 15.1.16 A CONTRATADA deverá estabelecer uma equipe com pessoal capacitado e experiente em gerenciamento de projetos para promover as ações de planejamento, acompanhamento e controle estabelecidas, visando à conclusão do escopo objeto do Contrato com sucesso, considerando os prazos a qualidade e o orçamento estabelecidos.
- 15.1.16.1 A composição da equipe deverá ser submetida à aprovação da COMPANHIA DO METRÔ e deverá ser formada por profissionais que atendam aos critérios de enquadramento anexo CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS deste instrumento.
- 15.1.16.2 No caso de substituição de algum profissional durante a vigência do contrato, esta deverá ser submetida à aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, e deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da ausência do profissional substituído.
- 15.1.17 Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações, relacionadas com a execução do objeto deste contrato, e feitas pela COMPANHIA DO METRÔ à CONTRATADA, ou nas hipóteses em que couber, pela CONTRATADA à COMPANHIA DO METRÔ, somente produzirão efeitos vinculatórios se processadas por escrito, na forma e condições que vierem a ser determinadas pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.1.17.1 As referidas solicitações deverão ser entregues conforme disposto na Cláusula de Comunicação deste ajuste.
- 15.1.18 A CONTRATADA deverá cooperar e compartilhar o local das obras com outros contratados, autoridades públicas, empresas de serviços e utilidade pública, durante toda a execução dos serviços.
- 15.1.19 É de responsabilidade da CONTRATADA comunicar à COMPANHIA DO METRÔ eventuais alterações em seu Código de Conduta e Integridade ou que implantou um

Código de Conduta e Integridade, que até o momento da assinatura do contrato ainda não o tinha implantado

- 15.1.19.1 As alterações no Código de Conduta e Integridade da CONTRATADA bem como o Código recém implantado deverão ser encaminhados à COMPANHIA DO METRÔ para avaliação, a fim de que seja assegurado que as referidas alterações ou que o novo Código recém implantado são compatíveis com o Código de Conduta e Integridade da COMPANHIA DO METRÔ. Se não mantida a compatibilidade, a empresa deverá submeter-se integralmente ao Código de Conduta e Integridade da COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.1.20 A CONTRATADA é a responsável pelos danos causados diretamente à COMPANHIA DO METRÔ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.1.21 A CONTRATADA obriga-se a executar os reparos, emergenciais ou não, decorrentes de danos causados aos imóveis lindeiros em função do desenvolvimento da obra, independentemente de culpa, exceto aqueles indenizados diretamente pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.1.21.1 A CONTRATADA obriga-se a manter os pagamentos de aluguéis de moradores de imóveis lindeiros removidos em função da obra.
- 15.1.21.2 A CONTRATADA manterá uma equipe capacitada e suficiente para elaboração da documentação necessária para a elaboração de relatório de avaliação de danos de imóveis a serem reparados.
- 15.1.21.3 A equipe para elaboração do relatório de avaliação de danos de imóveis a serem reparados deve conter, no mínimo, um Engenheiro Civil e um técnico de edificações, devidamente habilitados.
- 15.1.22 A CONTRATADA é responsável pela execução deste Contrato em plena conformidade com as especificações e normas técnicas pertinentes, obrigando-se no prazo que lhe for fixado pela COMPANHIA DO METRÔ a reparar, refazer ou repor qualquer parte da execução do serviço, que venha a apresentar defeitos ou incorreções, sem ônus adicionais e sem prejuízo do disposto na Cláusula Sanções Administrativas deste instrumento, resultantes de vícios na execução ou nos materiais empregados.
- 15.1.22.1 Os serviços executados considerados “não conformes” não serão remunerados até que sejam atendidas as condições de conformidade, inclusive aqueles preliminares/anteriores, ao efetivo serviço, também necessários e não conformes que impliquem em riscos aos colaboradores.
- 15.1.23 Caso sejam constatadas situações que possam caracterizar transgressão a normas técnicas, ou a regulamentos, ou a leis em vigor, caberá à CONTRATADA comunicar imediatamente à COMPANHIA DO METRÔ, por escrito, sobre tais possibilidades, a fim de que as eventuais irregularidades possam ser sanadas em tempo hábil.
- 15.1.24 A CONTRATADA deverá prestar à COMPANHIA DO METRÔ toda e qualquer informação ou esclarecimento solicitado sobre os serviços em execução, garantindo o acesso da fiscalização a todas as áreas, detalhes ou documentos relativos ao objeto deste contrato,
- 15.1.25 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela coleta de lixo doméstico, nas áreas em que a mesma não possa ser normalmente feita pela Prefeitura Municipal de São Paulo, devido às obras objeto do contrato.

- 15.1.26 Ao fazer descarte de materiais, a CONTRATADA, deverá dar destinação adequada, evitando estocagem indevida que possam oferecer riscos e comprometer caminhos seguros, no âmbito das obras, aos seus colaboradores.
- 15.1.27 Caso a CONTRATADA seja constituída na forma de consórcio, deverá apresentar à COMPANHIA DO METRÔ no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, nos moldes da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011.
- 15.1.28 A CONTRATADA obriga-se a tomar as providências para a instalação e manutenção, durante a vigência do contrato, de elemento de identidade visual em consonância com o disposto no Manual de Identidade Visual do Governo do Estado de São Paulo em vigor.
- 15.1.29 A CONTRATADA deverá manter permanentemente limpas e lavadas as ruas e calçadas da região, diretamente atingidas pela obra.
- 15.1.30 Durante as atividades estão previstas convivências com outras empresas responsáveis pela obra bruta, bem como implantação de Via Permanente, Sistemas Auxiliares (tais como bandejamento, Portas Plataforma, Escadas Rolantes e elevadores etc.), elétrico/eletrônico, de iluminação, de ventilação e de sinalização. Para tanto, a CONTRATADA deverá ajustar com a devida antecedência as necessidades mútuas, de forma a assegurar as atividades e datas estabelecidas no cronograma e a boa convivência técnica e operacional entre os seus colaboradores.

15.2 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

- 15.2.1 A CONTRATADA zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos de cobrança e demais documentos relativos a este Contrato, inclusive certificando-se da identificação do destinatário e do número do contrato tratado, de forma a evitarem-se extravios que possam implicar morosidade ou até a suspensão na liquidação de compromissos e obrigações por parte da COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.2.2 A Contratada deverá entregar, à COMPANHIA DO METRÔ, em até 15 (quinze) dias após a emissão da primeira Ordem de Serviço, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Obras – CNO, para possibilitar correta retenção tributária quando do recebimento de documento fiscal da Contratada.
- 15.2.3 A CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS – CND, referente à obra, para a COMPANHIA DO METRÔ, em até 30 (trinta) dias contados da data de conclusão da obra/serviços.
- 15.2.4 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela COMPANHIA DO METRÔ e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.2.5 A CONTRATADA deverá apresentar cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em conformidade com a Lei federal nº 6.496 de 07/12/77, devidamente expedida pelo CREA, referentes ao presente Contrato, em até 20 (vinte) dias da data do Contrato ou da emissão do aditivo contratual ou da formalização da substituição de qualquer profissional.
- 15.2.6 Se a CONTRATADA for uma empresa estrangeira, ela deverá antes de iniciar as obras ou serviços, providenciar seus respectivos registros junto ao CREA de São

Paulo, procedendo a indicação de profissionais legalmente habilitados para responsabilizarem-se tecnicamente por suas atividades.

15.2.7 A Contratada deverá apresentar os documentos legais de seus subcontratados e fornecedores, sempre que solicitado pela COMPANHIA DO METRÔ.

15.3 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS CRONOGRAMAS E DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO

15.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes cronogramas e documentos de acompanhamento do contrato:

- Cronograma Físico de Longo Prazo;
- Cronograma Financeiro de Longo Prazo;
- Planejamento Físico de Médio Prazo e Lista de Restrições;
- Planejamento Financeiro de Médio Prazo;
- Planejamento de Curto Prazo;
- Diário de Obra
- Relatório de Progresso Mensal - RPM;
- Índice de Documentos - ID
- Plano de Ação e/ou Plano de Contingência

15.3.1.1 A CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos e procedimentos constantes da cláusula ENTREGA E APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - CRONOGRAMAS E DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO e nas Especificações Contratuais - Instrumentos de Planejamento, Acompanhamento e Controle, anexos deste contrato.

15.3.2 A CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Progresso Mensal – RPM e apresentação contendo informações sobre a evolução dos trabalhos frente ao programado, CONTRATADA deverá propor modelo que será analisado e aprovado pela COMPANHIA DO METRÔ.

15.3.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o Relatório de Progresso Mensal – RPM com as atividades realizadas no período em conjunto com as medições mensais. A falta de medição mensal não exime a CONTRATADA de apresentação do RPM atualizado, que deve ser entregue conforme os prazos contratuais estabelecidos para as medições.

15.3.3 A CONTRATADA deverá participar, junto da COMPANHIA DO METRÔ, de reuniões de curto, médio e longo prazo, onde será discutido o progresso das atividades em curso, bem como o planejamento de atividades futuras, visando ao melhor andamento dos trabalhos, bem como ao atendimento das metas estabelecidas e prazos contratuais.

15.3.4 A CONTRATADA deverá apresentar, 180 (cento e oitenta) dias após a emissão da primeira Ordem de Serviço - OS de execução da obra civil, a versão inicial do Manual de Uso, Operação e Manutenção referente à execução das obras civis, conforme MAN-10-201, com exceção da lista dos fornecedores, especificações técnicas dos produtos, procedimentos e outras informações que não estiverem disponíveis, para a análise da COMPANHIA DO METRÔ.

- 15.3.5. A CONTRATADA deverá apresentar o Manual de Manutenção Uso e Operação, 30 dias após a emissão do Termo de Aceitação Provisória – TAP.
- 15.3.6 A CONTRATADA deverá efetuar a entrega à COMPANHIA DO METRÔ dos documentos previstos nos Instrumentos Normativos, especificações e Legislações citadas, além da maneira prevista na Cláusula Comunicações, através de arquivos digitalizados em formato PDF gravados em mídia eletrônica e em arquivo editável. A digitalização deverá ser providenciada com resolução suficiente para a correta leitura das informações contidas nos documentos.
- 15.3.7 A CONTRATADA deverá apresentar, após finalização de cada serviço constante da planilha de serviços e preços, a composição do serviço executado considerando a mão-de-obra, materiais e equipamentos utilizados, bem como os coeficientes de cada item da composição. Deverão ser apresentados os coeficientes médios de produtividade e utilização, considerando todos os locais de aplicação.
- 15.4 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS EMPREGADOS DA CONTRATADA**
- 15.4.1 A CONTRATADA se responsabiliza pela conduta que seus empregados deverão ter durante as horas de trabalho em recinto da COMPANHIA DO METRÔ, assegurando, igualmente, que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia no relacionamento com os empregados da COMPANHIA DO METRÔ, bem como no sentido de que sejam observadas, rigorosamente, as exigências emanadas da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e sobretudo as contidas na legislação em vigor.
- 15.4.2 Com relação às Redes Sociais, a CONTRATADA se obriga a orientar seus empregados e das eventuais subcontratadas para que:
- se abstenham de publicar em suas páginas pessoais em redes sociais comentários que de qualquer forma permitam ou facilitem a identificação por terceiros de informações relevantes sobre o andamento das obras ou quaisquer ocorrências que tenham tomado conhecimento no exercício de suas funções.
 - evitem publicar em suas páginas pessoais em redes sociais conteúdos que possam ser interpretados como atos de preconceito em razão de origem, raça, sexo, cor, idade ou de discriminação de qualquer outra natureza, contrastando com a política da COMPANHIA DO METRÔ.
 - ao manifestarem opiniões pessoais em suas páginas nas redes sociais se abstenham de as vincular à COMPANHIA DO METRÔ ou a sua atuação funcional.
 - utilizarem e-mail institucional exclusivamente para fins relacionados à atividade funcional e que mantenham o respeito e a urbanidade no trato com os destinatários das mensagens.
 - não publiquem fotos de áreas técnicas ou de equipamentos do Metrô.
- 15.4.3 A CONTRATADA deverá fornecer e manter atualizada lista contendo os nomes de seus empregados que prestarão serviços nas dependências da COMPANHIA DO METRÔ. Estes, quando em serviço, deverão obedecer às normas internas de segurança e portar crachá de identificação em lugar visível, bem como estar uniformizados.
- 15.4.4 Os funcionários alocados ao serviço deverão ter vínculo profissional com a CONTRATADA, o qual poderá ser mediante contrato social, registro na carteira

profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, inclusive autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente pela execução dos serviços.

- 15.4.5 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar todas as medidas necessárias no atendimento ou remoção de seus funcionários para hospitais em caso de acidente ou mal súbito.
- 15.4.5.1 Nos casos em que a COMPANHIA DO METRÔ tenha que providenciar a remoção, as despesas correspondentes serão ressarcidas quando da liberação do(s) pagamento(s) posterior(es).
- 15.4.6 A CONTRATADA obriga-se a observar as normas aplicáveis, tanto federais, estaduais, municipais e de segurança e saúde do trabalho, constantes da CLT, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho, como, especialmente, as previstas nas Especificações Contratuais Ambiental e Especificações Contratuais de Segurança e Saúde Ocupacional emitidas pela COMPANHIA DO METRÔ, sob pena de, além de incorrer nas penalidades legais e contratuais estabelecidas, ter anotação em seu cadastro pelo descumprimento de quaisquer normas de segurança e meio ambiente, bem como ensejar a rescisão do Contrato..
- 15.4.6.1 Cabe à CONTRATADA reportar, por escrito, via correspondência, conforme cláusula 28.3, à equipe de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ, em prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verificarem no local dos serviços, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata.
- 15.4.7 A CONTRATADA, nos termos dos Decretos estaduais nº 55.125/09 e nº 55.126/09 que instituem o Programa de Inserção de Jovens Egressos em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Mercado de Trabalho e o Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO e com base nas disposições contidas no Decreto nº 56.290, de 15.10.2010, no que diz respeito ao cumprimento do Programa Pró-egressos, deverá disponibilizar, na execução do Contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas e adolescentes em conflito com a Lei, com o auxílio dos cadastros mantidos pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho e da Secretaria da Administração Penitenciária ao menos na seguinte proporção:
- a) 5% (cinco por cento) das vagas para um contingente mínimo de 20 (vinte) trabalhadores;
- b) 01 (uma) vaga quando da contratação de 06 (seis) a dezenove trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga para as contratações de até 5 (cinco) trabalhadores;
- 15.4.7.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do Contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada.
- 15.4.7.2 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução Contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos beneficiários do Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho – PRÓ-EGRESSO e aquelas necessárias ao

adimplemento do Contrato, de acordo com o previsto nos Decretos 55.125/09, 55.126/09 e 56.290/10, sob pena de multa.

15.4.8. A CONTRATADA deverá fornecer, após a assinatura do contrato, relação da equipe responsável pela elaboração do Projeto contendo os nomes de seus empregados e respectivos currículos, sujeito a aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, segundo CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, anexo do contrato, para os profissionais de nível superior que prestarão serviços à COMPANHIA DO METRÔ

15.4.8.1 Os responsáveis técnicos que assinarão os documentos técnicos deverão estar enquadrados nas respectivas especialidades com tempo de experiência mínimo compatível com Engenheiro ou Arquiteto Sênior, sujeito à aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, segundo CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, anexo do contrato.

15.4.9 Deverão ser acatadas todas as orientações de segurança e acesso às áreas operacionais recomendadas pela COMPANHIA DO METRÔ, sendo considerado o não atendimento dessas recomendações como falta grave sob pena da imediata retirada do indivíduo infrator das dependências do empreendimento.

15.5 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO INTEGRADA

15.5.1 A CONTRATADA assume toda responsabilidade pelos ônus decorrentes da legislação ambiental vigente e suas atualizações e por evitar, mitigar ou reparar os danos e impactos ambientais negativos que podem ser causados em decorrência da execução do objeto do Contrato, estando todos os custos decorrentes do cumprimento desta obrigação incluídos no valor total do Contrato.

15.5.1.1 Excluem-se da obrigação acima apenas os ônus que o Contrato tenha expressa e determinadamente atribuído à COMPANHIA DO METRÔ, se houver, mantendo-se a responsabilidade da CONTRATADA sobre todos os demais ônus decorrentes da legislação ambiental.

15.5.1.2 Caso a CONTRATADA deixe de cumprir a obrigação acima, a COMPANHIA DO METRÔ poderá cumpri-la em seu lugar e descontar o respectivo custo de quaisquer créditos da CONTRATADA perante a COMPANHIA DO METRÔ, ou cobrá-los pela emissão de Nota de Débito, ou execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula de Sanções Administrativas deste Instrumento e das medidas judiciais cabíveis.

15.5.2 Para efeito de atendimento ao Decreto Estadual nº 66.819, de 06/06/2022, e suas atualizações, a CONTRATADA obriga-se:

a) a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenham procedência legal.

b) quando utilizar produtos ou subprodutos referidos no artigo 1º deste decreto, a obtê-los junto de pessoa jurídica com inscrição validada no Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira – CADMADEIRA;

c) à apresentar, em cada medição, como condição para recebimento das obras ou serviços de engenharia executados, quando o caso, das guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de

aquisição dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º deste decreto, e o registro de sua destinação final.

- 15.5.2.1 No caso de descumprimento do item acima, alíneas a, b e c, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos que rege o presente instrumento e sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública Estadual pelo período de até 3 (três) anos, consoante artigo 72, § 8º, inciso V da Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.
- 15.5.3 A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a COMPANHIA DO METRÔ sobre qualquer ocorrência de anormalidade ambiental e tomar as medidas adequadas de correção;
- 15.5.4 A CONTRATADA obriga-se a observar a legislação e as normas aplicáveis, tanto federais, estaduais e municipais, a IC-9.00.00.00/1Y2-001 Rev. B – Diretrizes para o Monitoramento dos Níveis de Pressão Sonora e Vibração – Implantação de metrô; IC-9.00.00.00/1Y0-001 – Controle e Mitigação de Impactos Ambientais; IC-9.00.00.00/2Y5-003 Rev. A – Diretrizes para elaboração de Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRSCC – para obras de Metrô; IC-9.00.00.00/2Y5-001 Rev. D – Diretrizes para o Gerenciamento de obra em áreas contaminadas; IC-9.EA.00.00-0CG-001 Rev. 0 – Diretrizes para o gerenciamento ambiental das atividades de investigações geológico-geotécnicas; e MAN-09-201 – Manejo Arbóreo e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente emitidos pela COMPANHIA DO METRÔ, sob pena de, além de incorrer nas penalidades legais e contratuais estabelecidas, ter anotação em seu cadastro pelo descumprimento de quaisquer normas de meio ambiente, bem como ensejar a rescisão do Contrato. Devem ser consideradas sempre as revisões ou versões mais atuais da Norma, Decisão de Diretoria CETESB e IC. Caso haja versões mais recentes da Norma ou da Decisão de Diretoria CETESB em relação à IC do Metrô, estas devem se sobrepor ao conteúdo da IC.
- 15.5.5 A CONTRATADA deverá apresentar à Companhia do Metrô os documentos comprobatórios da regularidade ambiental das áreas previstas para a destinação final do material excedente, dos resíduos sólidos e dos efluentes. Deverá também classificar os resíduos gerados, apresentar os Certificados de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI's e garantir o encaminhamento dos resíduos perigosos - Classe I a locais de tratamento e destinação final licenciados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.
- 15.5.6 A CONTRATADA somente poderá destinar solo impactado para tratamento ou disposição final em aterros sanitários licenciados após análise e aprovação da COMPANHIA DO METRO.
- 15.5.7 A CONTRATADA deverá implementar medidas preventivas para a redução de ruído e vibração das suas atividades.
- 15.5.8 A CONTRATADA deverá executar o monitoramento dos níveis de pressão sonora e vibração das suas atividades, além de medições pontuais no caso de reclamação de lindeiros, e implementar as devidas medidas corretivas em conformidade com os requisitos normativos e legais vigentes.
- 15.5.9 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 dias corridos a contar da data de emissão da OS, os documentos necessários para atendimento da Licença de Instalação, como:

- Plano de Gestão Ambiental do empreendimento suficiente para atendimento às exigências das licenças ambientais, contemplando os controles que serão implantados para mitigar os possíveis impactos relacionados as suas atividades com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
 - Plano de ataque das obras com cronograma;
 - Layout do canteiro de obras e demais áreas de apoio.
- 15.5.10 A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente as exigências da Licença de Instalação nº 2352/2015.
- 15.5.11 A CONTRATADA deverá apresentar relatórios periódicos, comprovando a implantação do controle, monitoramento e mitigação ambiental, do atendimento às exigências da Licença de Instalação e da legislação ambiental, acompanhados da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 15.5.12 A CONTRATADA obriga-se a apresentar toda a documentação solicitada pelo órgão ambiental pertinente, com o respectivo pagamento de taxas.
- 15.5.13 É de responsabilidade da CONTRATADA obter autorização para interferências em praças, áreas verdes públicas, alvarás e demais autorizações necessárias para a execução do objeto do contrato.
- 15.5.14 É de responsabilidade da CONTRATADA obter as licenças ambientais específicas para fontes de poluição decorrente das suas atividades, conforme decreto 8.468 de 08/09/1976 que regulamenta a Lei nº 997 de 31/05/1976.
- 15.5.15 A CONTRATADA se responsabiliza, sob as penas da lei, a não utilizar, na execução dos serviços, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em cumprimento à Lei estadual nº 12.684 de 26 de julho de 2007.
- 15.5.16 Caso a execução do objeto deste contrato envolva demolição ou substituição de materiais que contenham amianto em sua composição, deverão ser atendidas as normas técnicas de proteção e preservação da saúde do trabalhador e da comunidade.
- 15.5.17 A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias da data do Contrato, o seu Plano de Gestão de Implementação das Obras levando em consideração todos os aspectos do gerenciamento, apresentando, no mínimo, sem a eles se limitar os seguintes planos/programas referentes à:
- (i) Plano de Garantia da Qualidade (PGQ);
 - (ii) Plano de Inspeção e Ensaios (PIE)
 - (iii) Plano de Gestão Ambiental do Empreendimento.
- 15.5.17.1 O Plano de Garantia da Qualidade deverá ser elaborado segundo orientações da Norma NBR ISO 10.005 e IC-9.00.00.00-3A0-002 e estar em conformidade com o disposto na família de Normas ISO 9.000, descrevendo de forma precisa o atendimento aos requisitos da Norma NBR 9.001 e deverá ser aprovado pelo Metrô, contendo no mínimo:

- O detalhamento da aplicação dos princípios de gestão da qualidade no empreendimento (foco no cliente, liderança, envolvimento das pessoas, abordagem do processo, melhoria contínua, tomada de decisão baseada em evidência e gestão de relacionamento);
- A descrição da estrutura organizacional da contratada e suas responsabilidades;
- O detalhamento do controle dos serviços até a entrega final, incluindo os procedimentos para execução e para recebimento, com as respectivas fichas de verificação, Data book e Manual de uso operação e manutenção, de acordo com o MAN-10-201;
- O Plano de Controle Tecnológico, relacionando as frequências, as responsabilidades, os critérios de aceitação e as formas de envio para os ensaios e verificações;

Contendo ainda, o detalhamento:

- Da gestão de riscos e oportunidades;
 - Do controle de mudanças;
 - Do plano de comunicações;
 - Do controle de identificação, acompanhamento e eliminação de não-conformidades, ações corretivas, preventivas e da melhoria contínua dos processos;
 - Da qualificação e acompanhamento das empresas subcontratadas;
 - Do controle de documentos, documentos técnicos e projetos;
 - Do controle da identificação e rastreabilidade de informações, documentos, materiais e serviços;
 - Do monitoramento do atendimento aos objetivos e metas da qualidade.
 - As revisões e atualizações do Plano de Gestão da Qualidade, por alterações nas características da obra ou quaisquer outras necessidades;
 - A apresentação do documento de responsabilidade técnica emitido pelo conselho de classe.
- 15.5.17.2 O Plano de Inspeção e Ensaios (PIE), deverá ser elaborado, de forma a especificar quais procedimentos de inspeção e recursos associados devem ser aplicados no âmbito da fabricação de materiais, componentes, equipamentos ou sistemas, bem como os responsáveis pela sua aplicação e em que momento devem ocorrer e deverá ser aprovado pelo Metrô.
- 15.5.17.3 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à COMPANHIA DO METRÔ o Relatório de Controle Tecnológico e o Relatório Mensal de Garantia da Qualidade, elaborado em conformidade com as Especificações Contratuais e com o Plano de Garantia da Qualidade. Estes relatórios serão avaliados pela COMPANHIA DO METRÔ e, caso solicitado, deverão ser revisados nos relatórios do mês seguinte.
- 15.5.17.3.1 Os custos envolvidos na realização dos ensaios de controle tecnológico, no controle de qualidade e para a elaboração do Relatório Mensal de Garantia da Qualidade devem ser considerados na composição dos preços dos serviços relacionados.
- 15.5.17.3.2 O Relatório Mensal da Garantia da Qualidade deverá conter no mínimo:
- A descrição dos Serviços Executados no mês;

- O controle do Acompanhamento dos Serviços (Fichas de Verificações de Serviços e dos Materiais, com a análise do Controle da Qualidade dos Serviços);
- O Controle dos Materiais (relatórios de visitas técnicas de inspeções em fábrica, fichas de recebimento de materiais, certificados de qualidade dos materiais e tabela de rastreabilidade dos materiais)
- Controle Tecnológico (ensaios do controle tecnológico, conforme PIE, tabela resumo com todos os resultados e conclusão);
- Controle de equipamentos de inspeção, medição e ensaios (Tabela);
- Controle de não conformidades e desvio (Tabela);
- Descrições das ações de melhoria contínua;
- Controle de riscos e oportunidades (Tabela);
- Controle de mudanças;
- Acompanhamento das metas da qualidade;
- Conclusão;

- 15.5.17.3.3 O Relatório Mensal de controle tecnológico deverá conter no mínimo: Ensaios do controle tecnológico, conforme PIE, tabela resumo com todos os resultados, ensaios dos fornecedores, atendimento total das especificações técnicas, quanto a periodicidade de apresentação e realização dos ensaios e conclusão, com análise de conformidade de todos os resultados apresentados.
- 15.5.17.4 A CONTRATADA deverá manter bons índices de desempenho da qualidade, implementando as ações previstas no seu Plano de Garantia da Qualidade (PGQ) aprovado. A demonstração das ações implementadas deverá constar no Relatório Mensal de Garantia da Qualidade a ser entregue pela CONTRATADA.
- 15.5.17.5 O desempenho da Gestão da Garantia da Qualidade será avaliado mensalmente pelo Metrô com base no atendimento ao Plano de Garantia da Qualidade (PGQ) aprovado.
- 15.5.18 A CONTRATADA deverá, durante todo o desenvolvimento do escopo do Contrato:
- 15.5.18.1 Realizar a gestão dos Plano de Ação e/ou Plano de Contingência, estabelecidos para mitigar os riscos da Matriz, avaliando constantemente o seu comportamento ao longo da vigência do contrato, as providências elencadas que devem ser empregadas para mitigar tais riscos e reportando tempestivamente à Companhia do METRÔ eventuais necessidades de alterações.
- 15.5.18.2 Sempre que houver a necessidade de revisão das ações do Plano de Ação inicial, a CONTRATADA deverá estabelecer as novas ações e submeter a Companhia do Metrô para avaliação e aprovação.
- 15.5.19 A CONTRATADA deverá encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ antes do início das atividades, a avaliação prévia dos riscos presentes no ambiente de trabalho através de documento específico (Análise Preliminar de Risco – APR). mantendo nas frentes de trabalho e atualizando sempre que necessário.
- 15.5.20 Toda a documentação relativa a máquinas e equipamentos e os Planos de Movimentação de Cargas (Plano de Rigging) devem ser submetidos à COMPANHIA DO METRÔ, para análise e aprovação, devendo ser apresentados no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do início da respectiva atividade. Os planos devem ser elaborados por profissional legalmente habilitado e com recolhimento de ART.

- 15.5.21 As estruturas provisórias (tais como: andaimes, cimbramentos, escoramentos, entre outras) executadas pela CONTRATADA, devem ser implantadas conforme projeto elaborado por profissional legalmente habilitado e com recolhimento de ART, sendo que a montagem e a desmontagem também devem ser supervisionadas por profissional legalmente habilitado e este ter elaborado e assinado a declaração de responsabilidade técnica para liberação de uso, além da colocação das placas de liberação de uso no local da estrutura.
- 15.5.22 Para a prestação dos serviços deste contrato, a CONTRATADA deverá incluir em seus procedimentos executivos, o controle e o monitoramento da propagação de ruído e de poeira, em conformidade com as normas técnicas e a legislação vigente.
- 15.5.23 A CONTRATADA deve se enquadrar no grau de risco 4, quanto ao dimensionamento da CIPA e do SESMT.
- 15.5.24 A CONTRATADA obriga-se a observar e a atender prontamente às recomendações efetuadas pelos agentes de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ ou de prepostos por ela designados, para a regularização de atos e condições inseguras de trabalho, visando à preservação de condições adequadas de segurança nos canteiros e frentes de obra.
- 15.5.25 Em até 20 (vinte) dias contados a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço do Contrato, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, para análise e aprovação da COMPANHIA DO METRÔ os documentos de Segurança e Saúde Ocupacional previstos na Especificação Contratual de Segurança e Saúde e necessários ao atendimento à legislação e para o início das atividades.
- 15.5.26 A CONTRATADA obriga-se a, antes do início da operação de equipamentos de médio e grande porte (tais como escavadeiras, caminhões Munck, guindastes, Plataformas de Trabalho em Altura – PTA e outros equipamentos de movimentação de material e pessoas), fazer uma vistoria do equipamento, com emissão de laudo, feito por profissional legalmente habilitado, com respectiva ART.
- 15.5.26.1 Além da vistoria, a CONTRATADA obriga-se a manter os equipamentos citados no item 15.5.26 em condições plenas de operação, conforme os planos de manutenção das fabricantes ou do plano de manutenção do equipamento.

15.6 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A SEGUROS

- 15.6.1 A CONTRATADA obriga-se a contratar e manter vigente o Seguro de Riscos de Engenharia (RE) em garantia de indenização ao(s) Segurado(s) pelas avarias, perdas e danos materiais, decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos bens em execução descritos neste Contrato, por qualquer causa.
- 15.6.2 Por ocasião da emissão da Ordem de Serviço para execução das Obras Cíveis da rede de drenagem, a CONTRATADA obriga-se a apresentar em até 90 (noventa) dias o seguro citado em 15.6.1., sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelos eventuais sinistros que ocorrerem antes da apresentação dos seguros.
- 15.6.3 Manter contratado, sem ônus para a COMPANHIA DO METRÔ, o seguro de Incêndio, Raio e Explosão para seus bens e aqueles de propriedade da COMPANHIA DO METRÔ instalados no Canteiro de Obra, assim como Seguro de Acidentes Pessoais, inclusive morte e/ou invalidez, para seus empregados e demais contratados que atuem no objeto do Contrato, bem como o Seguro de

Responsabilidade Civil de sua frota terrestre e de Riscos Diversos equipamentos móveis e estacionários envolvidos diretamente na execução do Contrato.

15.6.4 A COMPANHIA DO METRÔ deverá figurar como segurada, em conjunto com a(s) CONTRATADA (S), na apólice de Seguro de Riscos de Engenharia (RE) (item 15.6.1) e como Beneficiária na apólice de Seguro de Incêndio, Raio e Explosão (item 15.6.3), exclusivamente para os valores dos bens de sua propriedade colocados à disposição da CONTRATADA para execução do objeto deste contrato.

15.6.5 A CONTRATADA deverá apresentar os Laudos de Vistoria Cautelar e de Perícia Indenizatória para os imóveis lindeiros às obras sempre que a análise dos danos apontar para uma relação de causalidade entre eles e as obras de implantação do Metrô.

15.7 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À EXECUÇÃO DAS OBRAS

15.7.1 A CONTRATADA deverá designar um coordenador técnico, que mensalmente se reunirá com a área técnica da COMPANHIA DO METRÔ, responsável pelos serviços, visando acompanhamento técnico na execução dos serviços prestados.

15.7.2 A CONTRATADA deverá manter permanentemente no Canteiro de Obras pelo menos um responsável técnico (engenheiro), residente, devidamente credenciado por escrito, junto a COMPANHIA DO METRÔ, para dela receber as instruções, bem como para proporcionar à equipe de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom cumprimento e desempenho de suas tarefas.

15.7.2.1 A CONTRATADA deverá fazer-se representar, por meio do Engenheiro responsável, nas reuniões técnicas e de coordenação, quando convocada.

15.7.3 A CONTRATADA deverá apresentar os Laudos de Vistoria Cautelar e de Perícia Indenizatória para os imóveis lindeiros às obras, sempre que a análise dos danos apontar para uma relação de casualidade entre eles e as obras de implantação do Metrô.

15.7.4 O ferramental e os instrumentos a serem utilizados pela CONTRATADA deverão ser mantidos aferidos por órgão de reconhecimento público, cujos laudos ou comprovantes deverão ser apresentados à COMPANHIA DO METRÔ sempre que solicitado.

15.7.5 A CONTRATADA obriga-se a arcar com os ônus decorrentes de despesas de reparos necessários, na eventualidade de ser verificada a ocorrência de danos a bens da COMPANHIA DO METRÔ ou de terceiros provocados pela CONTRATADA.

15.7.6 A CONTRATADA obriga-se a realizar prospecção e detecção das redes de utilidades públicas e privadas por equipamentos (método indireto) de forma a confirmar a real locação das utilidades, fornecidas ou não pela COMPANHIA DO METRÔ. As utilidades posicionadas dentro das bacias de recalques, mesmo que não interfiram fisicamente com as obras, deverão ser monitoradas para evitar a ocorrência de danos.

15.7.7 A CONTRATADA é responsável pela execução dos remanejamentos de redes de utilidades públicas ou privadas, bem como eventuais interferências.

15.7.8 A CONTRATADA é responsável pela execução do Controle Tecnológico, em consonância com as Especificações Técnicas, Instruções de Projeto e demais documentos técnicos anexos a este documento, especificações de projeto e as Normas da ABNT e outras pertinentes, incluindo todas a equipe de controle

tecnológico (campo e laboratório) fornecida por laboratório terceirizado acreditado no INMETRO pela NBR 17.025.

- 15.7.8.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os relatórios e boletins de ensaios e testes, incluindo aqueles para caracterização dos materiais a serem aplicados, elaborados por empresas cujos laboratórios sejam acreditados e ensaios por área de Atividade/Produto definida pelo INMETRO.
- 15.7.8.2 A critério da Fiscalização, além da apresentação mensal, poderão ser solicitados relatórios adicionais, com periodicidades diversas, conforme a necessidade.
- 15.7.9 A CONTRATADA deverá submeter o projeto do Canteiro de Obras à apreciação da COMPANHIA DO METRÔ e construí-lo, conforme IC-9.00.00.00-3C4 – INSTALAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS. Essas instalações provisórias deverão ser construídas nas áreas disponibilizadas pela COMPANHIA DO METRÔ, considerando cronogramas, volume e complexidade do objeto a executar, dificuldades relativas ao transporte de materiais de construção e equipamentos, condições climáticas locais, aspectos de preservação ambiental, bem como tudo que possa influir sobre a capacidade de produção de sua organização.
- 15.7.9.1 Os locais de trabalho de várias frentes de serviço, montagem e recepção de material deverão ter sua localização, confinamento, leiaute, sinalização, procedimentos, equipamentos, materiais e cronograma de trabalho compatível com a vizinhança, visando manter níveis toleráveis de interferências em relação aos seguintes aspectos:
- Controle de poeiras e gases, prevendo nos seus eventuais procedimentos que a emissão de poluentes atmosféricos não exceda os padrões legais;
 - Restrição para emissão de ruído;
 - Segurança de pessoas e bens;
 - Intrusão visual ou física de lugares, materiais, equipamentos ou pessoal os quais prejudicariam o funcionamento das atividades, lazer, descanso, segurança e privacidade dos moradores, usuários, visitantes e trabalhadores;
 - Aparecimento de atividades ilegais ou socialmente inaceitáveis.
- 15.7.9.2 A Contratada será responsável pelo custeio da infraestrutura externa necessária para ligação de luz e força, água e esgoto, bem como outras eventualmente necessárias para execução das obras.
- 15.7.10 A CONTRATADA deverá manter os locais da obra sob sua responsabilidade, incluindo os canteiros, sempre limpos e em ordem, de forma a permitir o andamento das obras e as melhores condições de segurança, conforme descrito na IC 9.00.00.00-3C4-001.
- 15.7.11 A CONTRATADA é responsável pela segurança do canteiro de obras, abrangendo os trechos em obras cujo canteiro é utilizado como ponto de apoio operacional e administrativo.
- 15.7.12 A CONTRATADA obriga-se também a realizar os levantamentos topográficos planialtimétricos complementares, necessários durante a execução das obras referentes a: áreas desapropriadas, projetos de desvios de tráfego, contatos com estruturas/via permanente existentes, dentre outros. Deverá apresentar, previamente, a COMPANHIA DO METRÔ, para análise e liberação, a área a ser realizada o levantamento topográfico.

- 15.7.12.1 A CONTRATADA obriga-se a encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ os desenhos de levantamentos e respectivas tabelas de coordenadas.
- 15.7.12.2 Os custos envolvidos para levantamento topográfico das áreas desapropriadas e dos canteiros de obras foram considerados na composição dos preços dos serviços e não serão remuneradas pelo item 20 da PSP.
- 15.7.12.3 A CONTRATADA obriga-se a encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ os desenhos de levantamentos e respectivas tabelas de coordenadas.
- 15.7.12.4 A Contratada obriga-se a manter as condições de acessibilidade, habitabilidade e segurança dos imóveis durante a execução das obras em qualquer circunstância. Deverá constar do Plano de Contingenciamento ações de remoção dos lindeiros afetados no caso desses comprometimentos.
- 15.7.12.5 As obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Companhia do Metrô, sem implicar alterações do prazo contratual e sem prejuízo do disposto na Cláusula Sanções Administrativas deste instrumento. A alegação de que determinado material inadequado ou de qualidade inferior foi fornecido diretamente pela Companhia do Metrô, não exclui a responsabilidade da Contratada.
- 15.7.12.6 A CONTRATADA, com base nos dados de instrumentação, deverá analisar e interpretar o comportamento do maciço, das edificações lindeiras e das interferências.
- 15.7.13 A CONTRATADA deverá designar um coordenador de qualidade, que mensalmente se reunirá com a área de qualidade da COMPANHIA DO METRÔ, responsável pela gestão da qualidade visando acompanhamento e atendimento das não conformidades geradas, bem como o atendimento ao PGQ e PIE.
- 15.7.14 A CONTRATADA deverá designar responsáveis ou equipes responsáveis por todas as frentes de obra no que se refere ao atendimento ao PGQ e PIE.
- 15.8 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À COMUNICAÇÃO SOCIAL E INTERFERÊNCIA NA VIZINHANÇA**
- 15.8.1 A CONTRATADA deverá desenvolver e implementar um Plano de Trabalho de comunicação social com o propósito de levar aos vários segmentos de público, informações sobre as obras em todas as suas vertentes: investimentos e execução até a etapa pré-operacional. Este Plano de Trabalho deverá ser aprovado pela COMPANHIA DO METRÔ
- 15.8.2 A CONTRATADA deverá implementar, após a aprovação pela COMPANHIA DO METRÔ, um Plano de Comunicação Social consolidando o conjunto de diretrizes voltado para a gestão da comunicação social, de forma a definir o público alvo, atividades críticas e que possam impactar na população, meios de comunicação possíveis para esclarecer e ou informar a população e forma de agir perante reclamações.
- 15.8.2.1 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, para análise da COMPANHIA DO METRÔ, o Relatório de Comunicação Social, elaborado em conformidade com o Plano de Comunicação Social.
- 15.8.2.2 Os custos envolvidos na realização das atividades de Comunicação Social são de responsabilidade da CONTRATADA.

- 15.8.3 A CONTRATADA deverá atuar sempre em conjunto com a área de relacionamento com a comunidade da COMPANHIA DO METRÔ (COORDENADORIA DE GESTÃO DE PARTES INTERESSADAS), visando a sinergia das ações e preservação da reputação da empresa.
- 15.8.4 Os profissionais da CONTRATADA que atuarão no atendimento ao público serão treinados pela área de relacionamento com a comunidade da COMPANHIA DO METRÔ, serão por ela supervisionados, bem como suas ações serão desenvolvidas em consonância com suas diretrizes.
- 15.8.4.1 Os profissionais devem ser habilitados e qualificados nas áreas do conhecimento de Relações Públicas, Jornalismo, Comunicação, Serviço Social ou apresentar ampla experiência em gestão de impactos e reclamações de obras de grande porte. A ampla experiência deve ser avaliada por tempo de experiência mínimo de 5 anos em veículo de comunicação de mídia ou em empresa de mídia e grande porte e exposição de marca.
- 15.8.5 A CONTRATADA compromete-se a agir sempre de acordo com os valores da COMPANHIA DO METRÔ, de forma a contribuir com o bom relacionamento com a comunidade e zelar pela imagem da COMPANHIA DO METRÔ;
- 15.8.6 Os locais de trabalho de várias frentes de serviço, montagem e recepção de material deverão ter sua localização, confinamento, leiaute, sinalização, procedimentos, equipamentos, materiais e cronograma de trabalho compatível com a vizinhança, visando manter níveis toleráveis de interferências em relação aos seguintes aspectos:
- Controle de poeiras e gases, prevendo nos seus eventuais procedimentos que a emissão de poluentes atmosféricos não exceda os padrões legais;
 - Restrição para emissão de ruído;
 - Segurança de pessoas e bens;
 - Intrusão visual ou física de lugares, materiais, equipamentos ou pessoal os quais prejudicariam o funcionamento das atividades, lazer, descanso, segurança e privacidade dos moradores, usuários, visitantes e trabalhadores;
 - Aparecimento de atividades ilegais ou socialmente inaceitáveis.
- 15.8.7 A CONTRATADA deverá implantar Central de Atendimento ao Público para atendimento às reclamações de lindeiros, relativas às eventuais avarias em imóveis, ruídos, vibrações e demais impactos que possam ser causados pelas obras.
- 15.8.7.1 A CONTRATADA deverá providenciar, minimamente, a equipe/mês e equipamentos discriminados abaixo:
- 1 Profissional de Relações Públicas Responsável pela Central de Atendimento;
 - 2 Técnicos de Comunicação Social (diurno e noturno)
 - 1 Veículo com motorista;
 - 3 computadores;
 - Impressora;
 - Máquina de café;
 - Geladeira pequena;
 - Bebedouro de água potável;

- TV / Monitor

- 15.8.7.2 A Central de Atendimento deverá ter leiaute e se localizar no canteiro de Obras, em área contígua ou adjacente, previamente aprovada pela COORDENADORIA DE GESTÃO DE PARTES INTERESSADAS, prioritariamente com fachada aberta ao passeio público e com vaga de estacionamento. Deverá obedecer a critérios e legislação aplicável de acessibilidade.
- 15.8.7.2.1 A CONTRATADA assumirá o local da Central de Atendimento no momento da desmobilização da empresa responsável pelas obras brutas, permanecendo responsável pelo atendimento à população.
- 15.8.7.3 As demandas urgentes deverão ser prontamente atendidas pela equipe de Comunicação Social da CONTRATADA, devendo ser devidamente registradas e comunicadas de imediato à COMPANHIA DO METRÔ, conforme estabelecido no respectivo Plano de Comunicação Social.
- 15.8.7.4 No caso de reparos cuja casualidade tenha sido devidamente avaliada e atribuída às atividades da CONTRATADA, estes devem ser iniciados em até 30 (trinta) dias da autorização da COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.8.7.4.1 Prazos diferentes do estipulado acima deverão ser aprovados pela COMPANHIA DO METRÔ, mediante a apresentação de justificativa formal pela CONTRATADA.
- 15.8.7.5 A Central de Atendimento deverá atuar em conjunto com a área de relacionamento com a comunidade da COMPANHIA DO METRÔ e deverá ser igualmente aprovada por ela (leiaute, materiais a serem utilizados, forma de atendimento, etc.)
- 15.8.7.6 A CONTRATADA deverá realizar, em conjunto com a área de relacionamento com a comunidade da COMPANHIA DO METRÔ, a pesquisa de perfil e mapeamento dos moradores lindeiros as obras, visando levantar as principais características dos públicos para subsídios as estratégias de comunicação.
- 15.8.7.7 A CONTRATADA obriga-se a manter índice de desempenho de comunicação social, evidenciado pela COMPANHIA DO METRÔ ou prepostos por ela designada, apurados mensalmente, de acordo com critérios conforme anexo P.
- 15.8.7.7.1 Em caso de descumprimento por 3 períodos consecutivos apurados do respectivo índice de desempenho de comunicação, haverá retenção compulsória de percentual de medição conforme cláusula de sanções administrativas e não pagamento de respectivo item de preço.

15.9 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS PROJETOS EXECUTIVOS

- 15.9.1 A CONTRATADA obriga-se a elaborar toda a documentação técnica de acordo com o MAN-10-201 e submetê-la à verificação da COMPANHIA DO METRÔ ou pelo preposto por ela designado.
- 15.9.2 A CONTRATADA obriga-se a apresentar os currículos de todos os profissionais, integrantes da equipe de projeto, antes do início das atividades, para aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, conforme Anexo - CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS.
- 15.9.3 A CONTRATADA obriga-se a apresentar os currículos dos profissionais da equipe de ATOs para análise e aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, sendo obrigatório um Engenheiro Civil Sênior para cada uma das especialidades e um Arquiteto sênior, conforme Anexo - CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS.

- 15.9.4 Na hipótese de substituição de qualquer membro da equipe de projetos, durante o período de execução do contrato, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, para análise e aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, todos os documentos que comprovem a qualificação e competência do profissional substituto.
- 15.9.5 CONTRATADA obriga-se a apresentar a documentação do profissional substituto com antecedência de 30 dias da efetiva troca de profissionais, sendo que a substituição só poderá ocorrer após a aprovação do profissional pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.9.6 A CONTRATADA deverá fornecer, quando da emissão da Ordem de Serviço de Projeto Executivo, relação da equipe de projetos total ou parcial contendo os nomes de seus empregados e respectivos currículos, sujeito à aprovação com relação as exigências do CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS.
- 15.9.7 A CONTRATADA obriga-se a substituir, imediatamente, os profissionais alocados para a realização do objeto contratado, sempre que a COMPANHIA DO METRÔ observar ineficiência na qualidade dos serviços e/ou na capacitação técnica.
- 15.9.8 A CONTRATADA é responsável pela análise da suficiência quantitativa e qualitativa dos elementos fornecidos pela COMPANHIA DO METRÔ, notadamente aqueles referentes as Investigações Geológicas/Geotécnicas. Caso sejam necessárias maiores ou melhores informações, as mesmas deverão ser solicitadas por escrito à COMPANHIA DO METRÔ, com as devidas justificativas.
- 15.9.9 A CONTRATADA obriga-se a elaborar planilhas de quantidades de materiais/serviços comparando o projeto executivo e revisões ou ICSs propostas pela CONTRATADA. As planilhas de quantidades de materiais/serviços deverão ser atualizadas contemplando os quantitativos apresentados nas ICSs ou revisões propostas. Este comparativo deverá ser emitido quando encaminhados os documentos técnicos para análise, sendo obrigatória a emissão desta planilha na primeira versão de cada modelo e, também, em todas as revisões aprovadas, mesmo após revisão 0. Em caso de divergências de quantidades de materiais/serviços entre projeto básico e projeto executivo a CONTRATADA deverá informar e justificar à COMPANHIA DO METRÔ antes da emissão dos documentos para análise. Em hipótese alguma serão emitidos documentos técnicos com materiais e serviços não constantes em itens de contrato sem a prévia liberação pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 15.9.10 A CONTRATADA obriga-se a utilizar certificação digital padrão ICP Brasil para assinatura e aprovação digital de quaisquer documentos que exija esse tipo de tratamento, conforme MAN-10-204. A assinatura digital deve incorporar obrigatoriamente um carimbo de tempo.
- 15.9.11 A CONTRATADA obriga-se a realizar eventuais compatibilizações / adequações no Projeto Executivo recebido para devida consecução do objeto contratual.
- 15.9.11.1 A CONTRATADA obriga-se a encaminhar devidamente justificada a compatibilização proposta.
- 15.9.11.2 Anteriormente ao início da execução de cada atividade, a CONTRATADA emitirá proposta contendo a quantidade de H x h necessária para o serviço.
- 15.9.11.2.1 As atividades somente poderão ser iniciadas após o aceite formal da COMPANHIA DO METRÔ.

- 15.9.11.3 A Contratada assumirá a responsabilidade pelas alterações no Projeto elaboradas (contidas na ICS e as built).
- 15.9.11.4 A CONTRATADA se obriga a elaborar as Instrução Complementar de Serviço - ICS necessárias para compatibilizar o projeto executivo às necessidades da obra.
- 15.9.11.4.1 A CONTRATADA se obriga a submeter as ICS à aprovação do Metrô.
- 15.9.11.4.2 A CONTRATADA se obriga a emitir a revisão As Built incorporando as alterações descritas nas ICS.
- 15.9.11.4.3. As alterações / compatibilizações elaboradas deverão vir acompanhadas da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)
- 15.9.12 Ambiente Virtual para colaboração
- A CONTRATADA deve adquirir licenças da ferramenta WEB do Project Wise da Bentley ou equivalente que o METRÔ indicar, em número suficiente para o seu corpo técnico participar do processo colaborativo de emissão de documentos técnicos, na plataforma que o METRÔ utiliza para o desenvolvimento de projetos, a fim de participar em fluxos de trabalho, visualizar documentos, dashboards e iModel ou outro sistema que o ProjectWise utilizar para visualização dos modelos e seus *issues*, visualizar/aprovar *issues*, aceder/visualizar conteúdo de Integração de Design PW.
- 15.9.13 Comentários
- Os comentários serão registrados em issues no sistema CDE. Todos os envolvidos no contrato devem estar aptos para as atividades no CDE, sistema em plataforma WEB, assim a CONTRATADA é responsável por disponibilizar toda a infraestrutura e hardware necessário para o bom desempenho das suas atividades. Todos os documentos deverão utilizar o CDE e os issues para o registro das questões de análise e atendimento. Os issues terão um fluxo de trabalho definido no documento EB, este fluxo terá notificações e responsáveis que deverão participar deste fluxo com respostas e perguntas que darão resolução às questões.
- 15.10 OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**
- 15.10.1 **Tratamento de dados pessoais.** A realização de atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”), no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, deverá observar toda a legislação aplicável a tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018, doravante “LGPD”), além das normas e regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados, notadamente, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), conforme aplicáveis à presente contratação.
- 16. FISCALIZAÇÃO**
- 16.1 A COMPANHIA DO METRÔ exercerá ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, sustando qualquer atividade em execução que, comprovadamente, não esteja sendo realizada de acordo com o objeto contratado.
- 16.2 Para efeito de fiscalização a CONTRATADA ficará obrigada a:

- 16.2.1 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela COMPANHIA DO METRÔ ou pelo preposto por ela designado, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução, bem como às suas dependências;
- 16.2.2 Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas pela COMPANHIA DO METRÔ ou pelo preposto por ela designado, refazendo ou corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não obedeçam aos respectivos projetos, especificações, normas ou Ordens de Serviços;
- 16.2.3 Sustar qualquer serviço em execução que não esteja, comprovadamente, sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou de bens de terceiros, independentemente de solicitação da COMPANHIA DO METRÔ, sem que o prazo contratual seja comprometido;
- 16.2.4 A Contratada deverá responder formalmente em até 30 dias, ou período inferior acordado entre as partes, a contar a partir do apontamento das não conformidades ao longo da execução da obra.
- 16.2.5 O prazo para tratamentos das não conformidades apontadas, não deve implicar em atrasos no cronograma contratual.
- 16.2.6 A COMPANHIA DO METRÔ reserva o direito de proceder com auditorias nos procedimentos de QUALIDADE, SEGURANÇA DO TRABALHO, MEIO AMBIENTE, RISCOS, COMUNICAÇÃO e qualquer outro relacionado ao objeto e desempenho do contratado.
- 16.3 Para exercer completa fiscalização sobre a execução dos serviços, a COMPANHIA DO METRÔ terá amplos poderes, inclusive para:
- 16.3.1 Ordenar a imediata retirada, de suas instalações, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou sem equipamento de segurança individual necessário, ou ainda, que embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, ou cuja permanência na área for considerada inconveniente em razão de comportamento inadequado ou de inaptidão técnica para a execução dos serviços;
- 16.3.2 Exigir, da CONTRATADA, a estrita obediência às especificações, projetos aprovados, normas contratuais e procedimentos;
- 16.3.3 Rejeitar ou sustar a execução de serviços insatisfatórios e exigir que estes sejam refeitos na extensão que entender necessária, sem que o prazo contratual seja comprometido;
- 16.3.4 Vetar a utilização de materiais, equipamentos, métodos de trabalho ou de processos executivos que estejam, a seu juízo, em desacordo com as exigências e padrões técnicos e administrativos estipulados pelo presente Contrato;
- 16.3.5 Apontar formalmente, durante todo período contratual, qualquer não conformidade relacionada às atividades da CONTRATADA, com base no estabelecido em seu PGQ;
- 16.3.6 Impedir o início das atividades sem a documentação adequada tais como e não se restringindo a projetos e procedimentos.
- 16.3.7 A Contratada deverá considerar antecipadamente o desenvolvimento e disponibilidade de toda documentação necessária para início dos serviços. Os procedimentos deverão ser encaminhados ao Metrô com no mínimo 30 dias de antecedência do início dos serviços.



- 16.3.8 Exigir da Contratada justificativas das eventuais mudanças decorrentes de divergências entre quantidades e serviços entre o projeto básico e o projeto executivo.
- 16.4 A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ não restringe e nem exime a CONTRATADA da total responsabilidade pelos encargos e serviços que são de sua atribuição e competência, nem mesmo das obrigações assumidas neste Instrumento.
- 16.5 A critério da COMPANHIA DO METRÔ, poderá ser exigida, durante a vigência contratual, a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:
- relação dos empregados e prestadores de serviço vinculados ao contrato;
 - exames médicos admissionais dos empregados da contratada vinculados à prestação dos serviços;
 - extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;
 - comprovantes de pagamentos de salários
 - cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
 - cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que a contratada estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado, e;
 - comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
 - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 17. INSPEÇÃO**
- 17.1 Haverá realização de inspeção pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 17.2 Para realização da inspeção pela COMPANHIA DO METRÔ ou seu preposto, conforme critérios estabelecidos nas Especificações Técnicas, a CONTRATADA se obriga a dispor de local e instrumental de teste apropriado e recursos humanos especialmente designados para a atividade. Independente da inspeção da COMPANHIA DO METRÔ, a CONTRATADA se obriga a manter um permanente programa de controle de qualidade sobre todos os materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como dos projetos.

- 17.2.1 Pelo menos 60 (sessenta) dias antes do início da inspeção, a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, conforme definido no MAN-10-201, e estabelecido no PIE aprovado, o Projeto, o Plano de Inspeção e Testes em Fábrica e os Procedimentos de Inspeção, para cada item do fornecimento.
- 17.2.2 A CONTRATADA deve ter em sua equipe um inspetor formação nível técnico ou superior, com experiência comprovada em inspeção de fabricação e dos itens a serem fornecidos no escopo deste contrato, para acompanhamento da fabricação conforme necessidade, ou solicitação do Metrô.
- 17.2.3 A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, a data de início da realização de cada inspeção, independentemente de qualquer programação apresentada.
- 17.2.3.1 Para inspeções no território nacional a comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e, para inspeções em território estrangeiro a comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 17.2.3.2 A COMPANHIA DO METRÔ poderá a qualquer tempo solicitar inspeções independentemente de qualquer programação apresentada.
- 17.2.3.3 A COMPANHIA DO METRÔ poderá rejeitar qualquer material e/ou serviço em execução ou parte destes que não estejam comprovadamente de acordo com as especificações/projetos.
- 17.2.4 Após comunicação da CONTRATADA à COMPANHIA DO METRÔ, para realização de inspeção, e esta não ocorrendo na data prevista, por motivos imputáveis à CONTRATADA, esta arcará com todas as despesas decorrentes da reinspeção (tarifas, estadas e deslocamento), do(s) inspetor(es) da COMPANHIA DO METRÔ ou seus prepostos, e o valor apurado será descontado do próximo pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- 17.3 Para os serviços de inspeção a serem realizados nas instalações de eventuais subcontratadas ou fabricantes, a CONTRATADA se obriga a manter as condições estabelecidas no item 17.2 acima.
- 17.4 A aprovação do resultado das inspeções e dos Testes de Fábrica pela COMPANHIA DO METRÔ deve ser formalizada através da emissão do Termo de Liberação de Materiais (TLM) para liberação para transporte e entrega dos materiais no local de obra e início da instalação em campo, em conformidade com o Cronograma aprovado.
- 17.4.1 Quando for previsto evento de pagamento para materiais resultantes de inspeção, estes deverão ter a inspeção aprovada por meio de TLM. O TLM não poderá ser emitido caso existam pendências impeditivas.
- 17.5 A CONTRATADA deverá garantir a rastreabilidade entre os elementos inspecionados e liberados em fábrica com aqueles entregues no local de instalação.
- 17.6 Independentemente da realização das inspeções pela COMPANHIA DO METRÔ, a CONTRATADA deverá emitir relatórios de inspeção dos itens verificador pelo seu preponente indicado e incluir os mesmos nos Relatórios Mensais de Garantia da Qualidade.
- 17.7 A CONTRATADA deverá apresentar lista com relação de fornecedores e subfornecedores com os itens contratados por fornecimento antes do início da fabricação dos materiais.

- 17.7.1 Esta lista deve ser atualizada conforme forem contratados e/ou sejam substituídos os fornecedores e subfornecedores, e encaminhadas ao Metrô.
- 17.7.2 Na apresentação da lista de fornecedores, deverão ser apresentadas, mas sem se limitar, as documentações mínimas legais tais como alvará de funcionamento, cadastro CNPJ e quando aplicáveis, licenças ambientais.
- 17.7.2.1 A COMPANHIA DO METRÔ poderá rejeitar o fornecedor ou subfornecedor que não apresentar a documentação legal.
- 17.7.3 A COMPANHIA DO METRÔ poderá requerer a realização de visita de homologação aos fornecedores.
- 17.8 A CONTRATADA deverá enviar, com no mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para o início do início das respectivas atividades, cronogramas de fabricação dos materiais, que podem ser emitidos pelos fornecedores, em consonância com o Cronograma Físico de Longo Prazo e Planejamento Físico de Médio Prazo.
- 17.9 A CONTRATADA deverá emitir projetos de fabricação dos itens sob seu escopo.
- 17.10 Os itens que tenham eventos de pagamento relativos aos projetos de fabricação, deverão ter esses projetos emitidos conforme MAN-10-204 e enviados por meio dos seus respectivos Memorandos de Remessa (MR).
- 17.11 Os demais projetos de fabricação podem ser emitidos pelos próprios fabricantes, devendo ser entregues para aprovação da COMPANHIA DO METRÔ com a antecedência mínima para análise antes do início da fabricação.
- 18. SUBCONTRATAÇÃO**
- 18.1 Será permitida a subcontratação.
- 18.2 Sem descaracterizar as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, que continuará sendo a responsável perante a COMPANHIA DO METRÔ, órgãos e entidades públicas e privadas e terceiros, pelos termos deste Contrato, inclusive pela qualidade dos serviços subcontratados, será permitida a subcontratação de empresas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato
- 18.2.1 Poderão ser subcontratadas parcelas acessórias da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido no item acima, tais como as seguintes: Paisagismo e Reurbanização, Gerenciamento da obra em áreas contaminadas e serviços de arqueologia na fase de implantação.
- 18.2.2 Não obstante a CONTRATADA ser a responsável pelos termos deste ajuste, a SUBCONTRATADA responderá solidariamente pelos mesmos, perante a COMPANHIA DO METRÔ, com relação aos serviços e/ou fornecimentos por ela praticados.
- 18.3 Toda e qualquer subcontratação deverá ser previamente submetida para aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, que, mediante decisão motivada, poderá aprovar ou não a subcontratação proposta, levando-se em conta as seguintes condições:
- 18.3.1 A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, os requisitos técnicos exigidos da CONTRATADA.
- 18.3.2 Não será considerada subcontratação a contratação de profissionais por intermédio de pessoa jurídica para o quadro de profissionais da contratada.

- 18.3.3 A documentação referente a qualificação técnica da subcontratada deverá ser apresentada para aprovação da COMPANHIA DO METRÔ, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início dos serviços objeto da subcontratação, juntamente com o Termo de Adesão elaborado conforme modelo constante deste contrato.
- 18.3.4 Em nenhuma hipótese poderá ser subcontratada qualquer empresa que tenha participado do certame que deu origem a este Contrato, classificada ou não ou que tenha participado direta ou indiretamente da elaboração de projeto básico ou executivo.
- 18.3.5 A SUBCONTRATADA deverá estar cadastrada no SICAF e mantê-lo devidamente atualizado.
- 18.3.6 Não será permitido à SUBCONTRATADA emitir Nota Fiscal ou Fatura diretamente à COMPANHIA DO METRÔ.
- 18.3.7 Após aprovação da SUBCONTRATADA, a CONTRATADA deverá fornecer para a COMPANHIA DO METRÔ cópia do SUBCONTRATO, podendo ocultar os valores negociados com a SUBCONTRATADA e outros dados sigilosos.
- 18.4 Mesmo ocorrendo a subcontratação, a CONTRATADA será responsável perante a COMPANHIA DO METRÔ, órgãos e entidades públicas e privadas, bem como a terceiros, pelos termos deste Contrato, inclusive pela qualidade dos serviços subcontratados.
- 18.5 Na hipótese de não aprovação de determinada subcontratação, a CONTRATADA poderá apresentar nova(s) SUBCONTRATADA(S) nas mesmas condições propostas, não ficando, a CONTRATADA, eximida das responsabilidades sobre os prazos estabelecidos nos documentos previstos neste Contrato.
- 19. GARANTIAS**
- 19.1 GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
- Será exigida Garantia de Execução Contratual.
- 19.1.1 Para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA prestou garantia de 5 % (cinco por cento) do valor total deste Contrato, com prazo de validade que abrange todo o período de vigência do mesmo.
- 19.1.1.1 A CONTRATADA assegurará que a garantia seja válida e aplicável durante todo o prazo de vigência do contrato.
- 19.1.1.2 Em contratos que não sejam de natureza contínua, o valor de cobertura de tal garantia poderá ser reduzido, caso seja de interesse da CONTRATADA, na proporção da realização do Contrato e na mesma época do reajustamento de preços, passando a ser exigível sobre o saldo atualizado do mesmo, desde que especificamente atestado pelo Gestor designado pela COMPANHIA DO METRÔ para este Instrumento, que não reste qualquer pendência relativamente à parte já executada do Contrato.
- 19.1.1.3 Poderá haver substituição entre as modalidades de garantia previstas no Edital, quais sejam: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, durante a vigência deste Contrato, desde que mantidas as condições contratuais (prazo e valor) e previamente aprovada pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 19.1.1.4 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em Real e, se aplicável, com atualização automática de seu valor, na mesma época, forma

e periodicidade estabelecidas na Cláusula Reajuste deste Contrato, devendo ser apresentada conforme modelo anexo ao Edital vinculado.

- 19.1.1.4.1 Em caso de liquidação extrajudicial e/ou intervenção governamental na instituição garantidora, a CONTRATADA deverá providenciar e encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ a substituição da garantia em até 30 dias da data da liquidação ou intervenção.
- 19.1.1.5 Quando se tratar da modalidade caução em dinheiro, ou Seguro-Garantia, obriga-se a CONTRATADA, independentemente de qualquer comunicação prévia da COMPANHIA DO METRÔ, apresentar a complementação referente ao reajuste. Esta complementação deve ocorrer até o último dia do mês da aplicação do reajuste.
- 19.1.1.6 Em caso de aditamento ao Contrato que implique majoração ou suplementação em seu valor, a CONTRATADA deverá apresentar à Companhia do Metrô a devida complementação do valor da garantia, de forma a manter a equivalência já estabelecida do percentual indicado no item 19.1.1 sob pena de ser adotado o procedimento previsto no item 19.1.1.9, e sem prejuízo na aplicação das penalidades previstas contratualmente.
- 19.1.1.6.1 O prazo para a complementação que trata o item acima é de até 30 (trinta) dias da data de emissão do respectivo aditamento.
- 19.1.1.7 Em caso de aditamento de alteração de razão social ou prorrogação de vigência, a CONTRATADA também deverá apresentar, no mesmo prazo indicado no item 19.1.1.6.1, a devida regularização da garantia, quando prestado na modalidade de fiança bancária ou seguro-garantia quando nominal.
- 19.1.1.8 As complementações de garantia previstas nos itens acima deverão ser apresentadas para análise da Companhia do Metrô da seguinte forma:
- Documentos eletrônicos: por meio do endereço eletrônico compromissos@metrosp.com.br, e a data de envio e recebimento do e-mail será o protocolo;
 - Documentos em papel: na Gerência de Execução Financeira, na Rua Boa Vista, 175 – Bloco B – 5º andar.
- 19.1.1.8.1 Caso a complementação da garantia não esteja de acordo com as exigências contidas neste Contrato, a CONTRATADA deverá reapresentá-la devidamente adequada. A eventual necessidade de adequação não implicará em extensão dos prazos inicialmente estabelecidos.
- 19.1.1.9 A não apresentação do complemento da garantia de execução contratual, qualquer que seja a modalidade prestada como garantia, implicará na retenção dos créditos da CONTRATADA vincendos a partir de seu inadimplemento, até o limite do valor previsto para a complementação.
- 19.1.1.10 A COMPANHIA DO METRÔ devolverá à CONTRATADA o(s) valor(es) retido(s) por conta da aplicação das regras de retenção aqui estabelecidas, em até 10 (dez) dias após a data da apresentação do complemento ou da renovação da garantia, sem qualquer tipo de atualização.
- 19.1.1.11 A Garantia de Execução Contratual, responde pela exequibilidade das multas, bem como pelo pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

- 19.1.1.11.1 Não sendo suficiente a garantia prestada, a CONTRATADA será responsável pelas diferenças que vierem a ser apuradas e pela reposição e/ou complementação de garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste Instrumento.
- 19.1.1.11.1.1 Caso não ocorra a devida reposição e/ou complementação, a CONTRATADA estará sujeita ao previsto no item 19.1.1.9.
- 19.1.1.11.1.2 Na impossibilidade da execução da garantia pela COMPANHIA DO METRÔ a CONTRATADA será responsável pelo ressarcimento dos prejuízos, independentemente da aplicação das sanções previstas na Cláusula de Sanções Administrativas deste Instrumento e das medidas judiciais cabíveis.
- 19.1.1.12 Atendidos todos os termos deste Contrato que se refiram à garantia prestada, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Encerramento de Contrato (TEC), haverá a devolução do total ou de eventual saldo da mesma, conforme for o caso.
- 19.1.1.13 Na hipótese de prestação de garantia em dinheiro, seu valor ou saldo remanescente será devolvido atualizado, exceto para o procedimento previsto no item 19.1.1.10.

A atualização será feita com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado "pro rata tempore" desde a data do depósito até a data da efetiva devolução, conforme fórmula abaixo:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 1}{IPC-FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 2}{IPC-FIPE\ 1} \right) \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 3}{IPC-FIPE\ 2} \right)^{(y/z)} \text{ em que}$$

VDA = Valor atualizado da garantia em dinheiro;

VDO = Valor original da garantia em dinheiro;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do depósito da garantia;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do depósito da garantia;

IPC-FIPE 2 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês da devolução da garantia;

IPC-FIPE 3 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês da devolução da garantia;

n = número de dias contados da data do depósito da garantia, exclusive, até o último dia do mês do depósito da garantia, inclusive;

m = número de dias do mês do depósito da garantia;

y = número de dias contados do primeiro dia do mês da devolução da garantia, até o dia da devolução da garantia;

z = número de dias do mês da devolução da garantia.

- 19.1.1.13.1 No caso de a devolução da garantia ocorrer no mesmo mês do depósito, a fórmula a ser aplicada é:

$$VDA = VDO \times \left(\frac{IPC-FIPE\ 1}{IPC-FIPE\ 0} \right)^{(n/m)} \text{ em que:}$$

VDA = Valor atualizado da garantia em dinheiro;

VDO = Valor original da garantia;

IPC-FIPE 0 = IPC-FIPE correspondente ao 3º (terceiro) mês anterior ao mês do depósito da garantia/devolução da garantia;

IPC-FIPE 1 = IPC-FIPE correspondente ao 2º (segundo) mês anterior ao mês do depósito da garantia/devolução da garantia;

n = número de dias contados da data do depósito, exclusive, até a data da efetiva devolução da garantia, inclusive;

m = número de dias do mês do depósito da garantia/devolução da garantia.

- 19.1.1.14 Quando permitida a subcontratação no Contrato, a garantia responderá, também, por serviços executados por eventuais SUBCONTRATADAS.

19.2 GARANTIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO

Não está prevista Garantia de Pagamento Antecipado.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 No caso de descumprimento de obrigações contratuais pela CONTRATADA, a COMPANHIA DO METRÔ, dependendo da gravidade do fato, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá independentemente de a qualquer momento exercer, o seu direito de rescindir este Contrato, aplicar, cumulativa ou isoladamente, as penas estabelecidas nos itens a seguir, com respectiva anotação no SICAF:

- 20.1.1 Advertência por escrito, por infração leve que não cause lesão efetiva ou potencial ao interesse público e a COMPANHIA DO METRÔ.

- 20.1.2 Multa por dia que exceda o prazo estabelecido para execução dos serviços e dos prazos estabelecidos no Anexo Datas Marco, a ser calculada segundo a seguinte expressão, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação em atraso:

$$M_a = \left(0,5 \times \frac{V_o}{P_d} \right) \times n$$

Onde:

Ma = valor da multa por atraso em moeda corrente nacional.

Pd = prazo contratual em dias consecutivos e ininterruptos.

Vo = Valor da obrigação em atraso. Caso se trate de obrigação cujo valor não esteja especificamente determinado no Contrato, deverá ser utilizado o valor total do Contrato.

n = número de dias de atraso.

- 20.1.3 Multa por dia que exceda o prazo estabelecido para atendimento de quaisquer solicitações requeridas no contrato e/ou seus anexos ou, ainda, eventuais solicitações formalizadas pela COMPANHIA DO METRÔ no âmbito da gestão do contrato, a ser calculada segundo a seguinte expressão, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do Contrato, exceto para aquelas cujas sanções e procedimentos de regularização são os especificamente estabelecidos:

$$M_a = \left(0,0005 \times \frac{V_c}{P_o} \right) \times n$$

Onde:

M_a = valor da multa por atraso em moeda corrente nacional.
 P_o = prazo da obrigação em dias consecutivos e ininterruptos.
 V_c = Valor total atualizado do Contrato.
 n = número de dias de atraso.

- 20.1.4 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculado sobre o valor total atualizado deste contrato e o dobro no caso de reincidência pelo não cumprimento de quaisquer outras cláusulas ou condições deste Contrato, exceto para aquelas cujas sanções e procedimentos de regularização são os especificamente estabelecidos.
- 20.1.5 Multa de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor total atualizado deste Contrato, por descumprimento total do seu objeto.
- 20.1.6 Multa de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor do saldo atualizado deste Instrumento, na hipótese de desistência ou não conclusão do objeto do Contrato por ação ou omissão da CONTRATADA.
- 20.1.7 Se exigida a Garantia de Execução Contratual:
- 20.1.7.1 Multa de 0,1% (um décimo por cento), aplicado sobre o valor da complementação da garantia devida, por dia que exceda o prazo estabelecido para a sua apresentação, limitado a 12% (doze por cento), nos seguintes casos:
- de aditivo de suplementação/majoração de valor (item 19.1.1.6);
 - de aplicação de reajustamento contratual
- 20.1.7.2 Multa de 0,1% (um décimo por cento), aplicado sobre o valor da garantia devida, por dia que exceda o prazo estabelecido para a sua apresentação, limitado a 12% (doze por cento), no caso de aditivo de prorrogação de prazo ou de alteração de denominação social (item 19.1.1.7)
- 20.1.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMPANHIA DO METRÔ, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 20.2 Serão consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- I. não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente;
 - II. apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela COMPANHIA DO METRÔ;
 - III. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a COMPANHIA DO METRÔ em virtude de atos ilícitos praticados;
 - IV. afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - V. agir de má fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
 - VI. incorrer em inexecução contratual;
 - VII. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - VIII. ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- IX. ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - X. ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - XI. ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - XII. ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - XIII. ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
 - XIV. ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
 - XV. ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
 - XVI. ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - XVII. ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada;
 - XVIII. ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
 - XIX. deixar de manter o nível de qualidade exigido pela COMPANHIA DO METRÔ na execução do Contrato, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.
- 20.2.1 Estendem-se os efeitos das sanções também aos profissionais que tenham praticado quaisquer dos atos acima indicados.
- 20.3 Aplicadas as multas, a COMPANHIA DO METRÔ as descontará dos pagamentos devidos à CONTRATADA, logo após a sua imposição.
- 20.4 No caso de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até quarenta e oito horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, na Gerência de Execução Financeira da COMPANHIA DO METRÔ, situado na Rua Boa Vista, 175 – 5º andar, São Paulo - Capital, sujeitando-se, em não o fazendo, à execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, sem prejuízo dos procedimentos judiciais cabíveis para a cobrança da diferença do valor da multa que supere o valor da Garantia de Execução.
- 20.5 Caso a multa tenha valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença.
- 20.6 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago, com base na variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, calculado “pro rata tempore” desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, conforme fórmulas previstas na Cláusula - Pagamento deste Contrato.

- 20.7 O pagamento das multas estabelecidas nos itens acima ou o seu desconto como aqui especificado, com exceção da multa referente à desistência ou descumprimento total do objeto contratado, não exime a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste Instrumento.
- 20.8 O pagamento de quaisquer das multas estabelecidas nesta Cláusula, ou o seu desconto como aqui especificado, não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a ser causados à COMPANHIA DO METRÔ, a seus empregados, prepostos, usuários e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste Contrato.
- 20.9 A sanção de suspensão temporária é cumulável com sanções de multa em relação a um mesmo fato.
- 20.10 É possível a cumulação das sanções de multa previstas nos itens acima quando tiverem origem em fatos geradores diversos.
- 20.11 As sanções previstas nesta cláusula, quando aplicadas isolada ou cumulativamente, não poderão ultrapassar o limite de 20% do valor total do Contrato, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de outras sanções de caráter não pecuniário e rescisão contratual.
- 20.12 A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, os princípios da administração pública, o CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA COMPANHIA DO METRÔ, acessível através do site oficial <https://governancacorporativa.metrosp.com.br/Paginas/Conduta-e-Integridade.aspx>, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2.013, do Decreto Estadual nº 60.106/2.014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no Código de Conduta e Integridade da Companhia do Metrô, devendo o contratado abster-se da prática de qualquer ato de corrupção, imoral, antiético, desleal ou de má-fé.

21. RESCISÃO

- 21.1 Constitui motivo de rescisão do presente Contrato, unilateralmente pela COMPANHIA DO METRÔ, além das situações previstas em Lei, quando, por ato da CONTRATADA, se verifique qualquer das ocorrências relacionadas a seguir:
- I Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações ou projetos, observadas as disposições deste Instrumento;
 - II Atraso injustificado para início da execução do objeto deste Contrato ou no cumprimento de datas intermediárias ou datas marco que comprovadamente ensejem a impossibilidade da conclusão do objeto deste contrato nos prazos estipulados e acarretem prejuízo à COMPANHIA DO METRÔ e em outros Contratos.
 - III Paralisação da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à COMPANHIA DO METRÔ.
 - IV A subcontratação total ou parcial do serviço contratado, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato ou sem prévia autorização da COMPANHIA DO METRÔ.

- V O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
 - VI A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
 - VII A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado
 - VII No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do instrumento contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
 - IX No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do instrumento contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
 - X A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do objeto deste Contrato
 - XI Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas por ato do Diretor Presidente.
- 21.1.1 A rescisão por ato unilateral da COMPANHIA DO METRÔ acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ :
- I - assunção imediata do objeto contratado, pela COMPANHIA DO METRÔ, no estado e local em que se encontrar;
 - II - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à COMPANHIA DO METRÔ.
- 21.1.2 Rescindido o contrato nos casos acima, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na legislação licitatória e no contrato, assim como a sua responsabilização por prejuízos causados à COMPANHIA DO METRÔ, com retenção de eventuais créditos decorridos e/ou execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, até o limite dos prejuízos causados.
- 21.2 Constituem motivos para rescisão do Contrato, mediante denúncia da CONTRATADA:
- I A suspensão total de sua execução, por ordem escrita da COMPANHIA DO METRÔ, por prazo superior a 4 (quatro) meses, e prorrogáveis a seu critério, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - II O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela COMPANHIA DO METRÔ decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

- 21.2.1 A denúncia do Contrato deverá ser comunicada à COMPANHIA DO METRÔ com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 21.2.2 A CONTRATADA não poderá suspender a execução contratual com base em pleito de reequilíbrio econômico financeiro já rejeitado pela COMPANHIA DO METRÔ ou pendente de sua avaliação que, ressalvado estabelecimento de prazo superior por consenso entre os contratantes, deverá ser concluída no prazo máximo de 4 (quatro) meses prorrogáveis por igual período, contados da apresentação do pedido ou da entrega dos documentos necessários para avaliação do pedido.
- 21.2.3 O desequilíbrio econômico-financeiro não autoriza a rescisão unilateral do Contrato, devendo ser reparado pelo aditamento ao Contrato quando reconhecido pelos contratantes ou pela instância responsável pela solução de conflitos do Contrato.
- 21.3 Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato por parte da COMPANHIA DO METRÔ ou por motivos alheios à vontade das partes, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
- 21.4 Em qualquer das hipóteses de rescisão, uma vez apurada a culpa ou dolo de uma das partes, ensejará o ressarcimento, pela outra parte, dos prejuízos regularmente comprovados.
- 21.4.1 Havendo concorrência de culpa, os prejuízos experimentados poderão ser compensados.
- 21.4.2 Inexistindo culpa ou dolo da CONTRATADA, além do ressarcimento de eventuais prejuízos regularmente comprovados, terá ela o direito a:
1. devolução de garantia;
 2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
 3. pagamento do custo da desmobilização.
- 21.4.3 Ocorrendo dolo ou culpa da CONTRATADA, de forma individual ou concorrente, a COMPANHIA DO METRÔ terá o direito de:
1. executar a garantia contratual, para ressarcimento dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
 2. retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos sofridos por ela.
- 21.4.4 Incluem-se nas indenizações devidas à COMPANHIA DO METRÔ o custo arcado por ela com terceiros e em ajustes ou Contratos que tenham sofrido diretamente impactos por atuação do Contrato rescindido.
- 21.5 A rescisão por ato unilateral da COMPANHIA DO METRÔ acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos - RILC:
1. assunção imediata do objeto contratado, pela COMPANHIA DO METRÔ, no estado e local em que se encontrar;
 2. na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à COMPANHIA DO METRO.
- 21.6 Constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



21.7 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, passarão à propriedade da COMPANHIA DO METRÔ os serviços já elaborados ou em elaboração pela CONTRATADA, bem como os projetos, os equipamentos e as instalações já executadas ou em execução, até a data da decisão rescisória.

21.8 Rescindido o Contrato nos casos acima, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na legislação licitatória e neste Contrato, assim como a sua responsabilização por prejuízos causados à COMPANHIA DO METRÔ, com retenção de eventuais créditos decorridos e/ou execução da garantia contratual estabelecida na Cláusula Garantia de Execução Contratual, até o limite dos prejuízos causados.

22. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

22.1 A COMPANHIA DO METRÔ não será responsável pelo emprego indevido de conteúdo ou uso indevido de quaisquer processos protegidos por propriedade intelectual e industrial, ou ainda reprodução de documentos sem prévia autorização do autor, durante a execução dos serviços pela CONTRATADA, correndo por sua exclusiva responsabilidade quaisquer indenizações ou despesas decorrentes de infrações dessa natureza.

22.2 A CONTRATADA deverá garantir, indenizar e proteger a COMPANHIA DO METRÔ, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais, sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de propriedade intelectual e industrial, com relação ao fornecimento objeto deste Contrato.

22.3 A COMPANHIA DO METRÔ comunicará a CONTRATADA, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a CONTRATADA, conforme opção da COMPANHIA DO METRÔ a:

22.3.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos que venha a COMPANHIA DO METRÔ a ser condenada, por força das citadas medidas.

22.3.2 Substituir por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tais, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes.

22.3.3 Garantir à COMPANHIA DO METRÔ, a continuidade e qualidade dos fornecimentos previstos no Contrato.

22.4 Em qualquer das hipóteses referidas anteriormente, correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas para adoção da opção entendida como conveniente pela COMPANHIA DO METRÔ, bem como as despesas relativas à consecução das alternativas indicadas e aprovadas pela COMPANHIA DO METRÔ.

22.5 Os Sistemas/Equipamentos/Materiais a serem fornecidos deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente Patentes e "know how", que impeçam a COMPANHIA DO METRÔ obter o conhecimento dos detalhes do projeto, tanto no nível de "hardware" como de "software" básico e aplicativo.

22.6 PROPRIEDADE DO PROJETO E DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

22.6.1 Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos pelos empregados da CONTRATADA ou por profissionais

autônomos ou por empresas subcontratadas pela CONTRATADA, passam a ser propriedade da COMPANHIA DO METRÔ, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

- 22.6.1.1 A COMPANHIA DO METRÔ será proprietária exclusiva de todos os materiais preliminares, não se limitando, mas incluindo, levantamentos, medições, memórias de cálculo, croquis, vídeos, arquivos digitais, fotos, relatórios, mapas, desenhos, diagramas, planos estatísticos, memorando, enfim, quaisquer documentos elaborados pela CONTRATADA no cumprimento do Contrato, obrigando-se a mesma a entregá-los à COMPANHIA DO METRÔ sempre que solicitado.
- 22.6.1.2 No prazo de 20 (vinte) dias após a emissão da Ordem de Serviço para a elaboração dos Projetos a CONTRATADA deverá entregar as ARTs e RRTs exigidas na Cláusula – Obrigações e Responsabilidades da Contratada dos responsáveis técnicos, autores, coautores ou corresponsáveis pela elaboração do projeto
- 22.6.1.3 No prazo de 20 (vinte) dias após a emissão do último Termo de Aceitação Definitiva, a CONTRATADA deverá entregar a declaração de Cessão do Direito Patrimonial constante do modelo anexo deste Contrato, dos responsáveis técnicos, autores, coautores ou corresponsáveis pela elaboração do projeto.
- 22.6.2 Em função do Contrato, a CONTRATADA desde já cede, em caráter irrevogável e por tempo indeterminado à COMPANHIA DO METRÔ, todos os direitos patrimoniais autorais patrimoniais sobre os produtos intermediários e finais decorrentes da prestação dos serviços ajustados, nos termos da lei nº 9.610 de 19/02/1998, que deverão ser encaminhados à COMPANHIA DO METRÔ, exclusivamente, pelo representante da CONTRATADA.
- 22.6.2.1 Fica vedada à CONTRATADA, a divulgação parcial ou total, por quaisquer meios e a qualquer tempo, bem como a utilização dos produtos, documentos e materiais, objeto do Contrato, sem prévia e formal autorização da COMPANHIA DO METRÔ.
- 22.6.3 A totalidade dos projetos e da documentação técnica relacionados nas Especificações Técnicas, a serem elaborados pela CONTRATADA, será entregue à COMPANHIA DO METRÔ, tornando-se sua propriedade, à exceção dos direitos morais autorais e de propriedade industrial.
- 22.6.3.1 A documentação fornecida poderá ser utilizada pela COMPANHIA DO METRÔ para aquisições externas de sobressalentes recomendados para manutenção e para ampliações e modificações nos sistemas, não se limitando a estes usos, nos termos da Lei.

23. ENTREGA E APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

23.1 DOCUMENTOS TÉCNICOS

23.1.1 Entrega:

- 23.1.1.1. A CONTRATADA deverá encaminhar os documentos técnicos para análise, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos antes da data prevista para execução da respectiva atividade, conforme cronograma aprovado.
- 23.1.1.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que ocorrer alterações na documentação previamente apresentada, a atualização do Índice de Documentos – ID do projeto executivo.
- 23.1.1.2 A CONTRATADA é a responsável pela elaboração e entrega de toda a documentação técnica, submetidos à aprovação prévia pela COMPANHIA DO METRÔ e em conformidade às diretrizes estabelecidas nos manuais fornecidos,

bem como por respeitar os requisitos e as etapas de fornecimento e projeto definidas.

- 23.1.1.2.1 A entrega da documentação técnica deve ser de forma consistente e de acordo com as datas aprovadas no Cronograma contratual.
- 23.1.1.2.2 Análise de Consistência é o exame para avaliar se o documento técnico emitido pela CONTRATADA está apto para permitir sua análise técnica. Para isso, deve atender aos seguintes requisitos:
- a) Não deve apresentar erros de concepção de projeto e deve estar suficientemente claro e compatibilizado com o restante do projeto;
 - b) A classe do documento deve estar de acordo com o instrumento normativo MAN-10-201 da COMPANHIA DO METRÔ e compatível com o objeto;
 - c) O formato conforme especificado no instrumento normativo MAN-10-204 da COMPANHIA DO METRÔ;
 - d) A boa qualidade de impressão;
 - e) O aproveitamento adequado da folha (no caso de desenhos);
 - f) O sequenciamento ou precedência de emissão de classes, conforme orientações na tabela de relacionamento de classes Tabela 2 e Tabela 3 (ex: os documentos de classes J3 não devem ser emitidos antes da consolidação dos documentos de classe J2 referenciais) conforme instrumento normativo MAN-10-201 da COMPANHIA DO METRÔ;
 - g) A correlação entre documentos (ex: desenhos não podem ser emitidos sem sua respectiva memória de cálculo, assim como planilhas de quantidades de obra civil não podem ser emitidas sem que o respectivo memorial justificativo de quantidades tenha sido emitido);
 - h) As assinaturas nos campos obrigatórios.
- 23.1.1.2.3 Toda documentação entregue para análise deve estar completa, de forma a permitir total entendimento do seu conteúdo. Não serão aceitos desenhos sem acompanhamento da respectiva memória de cálculo, tabela de coordenadas, entre outros.
- 23.1.1.2.4 Se não houver inconformidades, o documento deve seguir para análise técnica e pode ser medido pela CONTRATADA quando for previsto em contrato, caso contrário, deve ser classificado como inconsistente, não será aceito e devolvido para revisão, não cabendo medição ou pagamento por ele.
- 23.1.1.3 Toda documentação técnica para análise deve ser encaminhada à COMPANHIA DO METRÔ ou a quem ela definir será em mídias eletrônicas editáveis e mídias assinadas digitalmente pelos autores e pela CONTRATADA no formato PDF com certificação digital válida pelo ICP-Brasil e com carimbo de tempo, conforme estabelecido no MAN-10-204.
- 23.1.1.4 Toda documentação entregue para análise deve estar completa, de forma a permitir total entendimento do seu conteúdo.
- 23.1.1.5 Os arquivos eletrônicos correspondentes à documentação técnica elaborada pela CONTRATADA devem ser entregues em formato nativo, editáveis e sem senhas ou restrições de acesso e alterações, nas versões de software indicadas pelo METRÔ.

- 23.1.1.6 A documentação técnica aprovada, com a finalidade de arquivamento permanente, deve ser enviada à COMPANHIA DO METRÔ como segue:
- a) Arquivos editáveis em formato nativo e em formato .pdf, armazenados em meio eletrônico assinados digitalmente com certificação digital, válido pelo ICP-Brasil, de acordo com o estabelecido no MAN-10-204.
- 23.1.2 Revisão e Aprovação
- 23.1.2.1. A documentação deve ser entregue contendo os arquivos editáveis em formato nativo e em formato .pdf, armazenados em meio eletrônico.
- 23.1.2.2 A COMPANHIA DO METRÔ ou quem ela definir emitirá e encaminhará os *issues* (comentários) dos documentos analisados por meio do CDE, contendo um parecer sobre a análise efetuada, o qual determinará a aprovação do documento técnico ou indicará a necessidade de correção ou ajustes.
- 23.1.2.3 A CONTRATADA deverá encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ, num prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de entrega dos *issues* o documento técnico revisado com os *issues* respondidos e atendidos. Caso a CONTRATADA entenda que não seja necessário o atendimento, deverão ser apresentadas as justificativas dentro deste prazo.
- 23.1.2.4 O fato de a COMPANHIA DO METRÔ ter aprovado determinada Documentação, não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades disciplinadas neste contrato, bem como adequações que se fizerem necessárias quando da detecção de qualquer falha e/ou incompatibilidade dos documentos, nesse caso os documentos deverão ser compatibilizados com as demais classes de projeto, sem ônus a COMPANHIA DO METRÔ.
- 23.1.2.5 A CONTRATADA deverá executar as alterações necessárias na documentação técnica em decorrência da evolução física da obra, de acordo com as orientações da COMPANHIA DO METRÔ.
- 23.1.2.6 A capa deve ser preenchida em conformidade com o padrão definido pela COMPANHIA DO METRÔ.
- 23.1.2.7 As demais folhas do documento devem conter as seguintes informações: Campo preenchido com o código do documento técnico e sua respectiva revisão e responsável técnico e campo preenchido com o número sequencial e o número total de folhas do documento. Todas as folhas do documento técnico devem ser rubricadas pela CONTRATADA.
- 23.1.2.8 Os documentos devem possuir os seguintes campos preenchidos: Código do Documento, Responsável Técnico, Número Sequencial e Total de Folhas, Documentos de Referência, Campo com as datas de emissão e aprovação e rubricas da CONTRATADA.
- 23.1.2.9 A totalidade dos projetos e da documentação técnica a ser elaborada pela CONTRATADA e entregue à COMPANHIA DO METRÔ terá sua qualidade e desempenho da produção avaliada mensalmente e, quando não atingir o índice mínimo indicado, estará sujeito à abertura de Não – Conformidade.

23.2 CRONOGRAMAS E DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO

23.2.1 CRONOGRAMA FÍSICO DE LONGO PRAZO

23.2.1.1 Após a sua aprovação pela COMPANHIA DO METRÔ, o Cronograma Físico Longo Prazo, passará a integrar o contrato e irá orientar a execução de todas as atividades objeto deste instrumento.

23.2.1.2 A elaboração, apresentação e revisão deve estar em conformidade com as Especificações Contratuais - Instrumentos de Planejamento, Acompanhamento e Controle, anexo deste contrato, respeitando os prazos e condições estabelecidas.

23.2.2 CRONOGRAMA FINANCEIRO DE LONGO PRAZO

23.2.2.1 O Cronograma Financeiro de Longo Prazo do contrato deverá estar compatibilizado com o Cronograma Físico de Longo.

23.2.2.2 A elaboração, apresentação e revisão deve estar em conformidade com as Especificações Contratuais - Instrumentos de Planejamento, Acompanhamento e Controle, anexo deste contrato, respeitando os prazos e condições estabelecidas.

23.2.3 DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO

23.2.3.1 A CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos e procedimentos constantes na Especificações Contratuais - Instrumentos de Planejamento, Acompanhamento e Controle, anexo deste contrato para elaboração do Planejamento Físico de Médio Prazo, Planejamento Financeiro de Médio Prazo, Planejamento de Curto Prazo e Relatório de Progresso Mensal.

23.2.3.2 A CONTRATADA deverá elaborar e entregar diariamente, nos dias úteis, até às 10 (dez) horas da manhã, o Diário de Obra com informações referentes ao dia anterior, inclusive aos finais de semana, feriados e dias sem atividades.

24. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

24.1 A COMPANHIA DO METRÔ poderá determinar a suspensão, total ou parcial, da execução dos serviços, mediante aviso por escrito à CONTRATADA, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

24.2 Na ocorrência do acima previsto, a COMPANHIA DO METRÔ indicará, a título orientativo, o prazo estimado e as condições da suspensão.

24.3 Em tal caso, a COMPANHIA DO METRÔ pagará à CONTRATADA somente a importância devida por força e nos termos da Cláusula Pagamentos deste Instrumento, pelos serviços realizados até a data da efetiva paralisação das atividades, conforme previsto nesta Cláusula.

24.4 Decorridos 4 (quatro) meses da data da suspensão determinada pela COMPANHIA DO METRÔ, a CONTRATADA deverá formalizar, por escrito, em até 15 (quinze) dias, eventual interesse na rescisão contratual ou em suspender as suas obrigações até que seja normalizada a situação. O seu silêncio, após este prazo, será considerado como opção pela suspensão de suas obrigações.

24.5 A comunicação para reinício dos serviços deverá ser feita por escrito pela COMPANHIA DO METRÔ, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data prevista para tal, período no qual deverá ser revisto o planejamento geral dos trabalhos e readequadas as Ordens de Serviço, sem, contudo, ferir qualquer cláusula ou condição definida neste Instrumento.

25. ACEITAÇÃO

25.1 O recebimento do objeto contratual se processará conforme cláusulas abaixo:

25.1.1 A CONTRATADA deverá encaminhar notificação de conclusão da obra, por escrito para informar a intenção de entregar as obras, podendo esta COMPANHIA exigir

sua reprogramação após avaliação das condições para vistoria identificadas, inclusive disponibilidade de documentação técnica e procedimentos aprovados e, ainda, existência de pendências impeditivas.

- 25.1.2 A CONTRATADA deverá encaminhar por carta ou meio formal, o procedimento de testes com respectivas fichas para registro, constando todos os critérios de aceitação para cada elemento previsto por área a ser vistoriada, de acordo com a orientação da COMPANHIA DO METRÔ. O procedimento deverá ser entregue em até 60 dias antes da notificação de conclusão da obra.
- 25.1.3 Após o recebimento da notificação de conclusão das obras, estando a área apresentando condições de recebimento e os procedimentos de testes necessários aprovados, deverá ser realizada a vistoria nas áreas a serem recebidas, com representante das partes, conforme data acordada na Reunião de Planejamento de Curto Prazo.
- 25.1.4 A vistoria para aceitação das obras civis deverá ser realizada com representante da COMPANHIA DO METRÔ e da CONTRATADA, conforme procedimento de testes. Deverá ser emitido pela COMPANHIA DO METRÔ o Relatório de Testes e Aceitação (RTA), apontando itens aprovados ou reprovados, classificando os itens reprovados em pendências impeditivas e não impeditivas. O RTA deverá ser assinado pela COMPANHIA DO METRÔ e pela CONTRATADA.
- 25.1.5 As obras civis definidas na Cláusula de Objeto deste instrumento, serão recebidas, em caráter provisório desde que executados com fiel observância deste Contrato, lavrando-se "Termo de Aceitação Provisória" - TAP, conforme abaixo definido:

Quantidade de TAP'S e TAD'S	LOCAL
ESTAÇÃO ORFANATO	ESTAÇÃO ORFANATO
ESTAÇÃO SANTA CLARA	ESTAÇÃO SANTA CLARA
VSE FALCHI GIANINI	VSE FALCHI GIANINI
TÚNEL DE VIA	TÚNEL DE VIA
TÚNEL DE ESTACIONAMENTO	TÚNEL DE ESTACIONAMENTO

- 25.1.5.1 O TAP só poderá ser emitido quando as pendências impeditivas forem eliminadas.
- 25.1.5.2 A CONTRATADA deverá eliminar as pendências impeditivas sem comprometer os prazos do Cronograma Físico de Longo Prazo
- 25.1.6 O Termo de Aceitação Definitiva (TAD) será emitido pela COMPANHIA DO METRÔ, após a aprovação da inspeção final e emissão do Relatório de Aceitação Final, desde que constatada a eliminação de todas as pendências técnicas acerca da execução total do objeto do Contrato.
- 25.1.7 A aceitação provisória ou definitiva, não exime a CONTRATADA das responsabilidades assumidas em função da lei ou do Contrato, tampouco afasta as garantias e seguros previstas neste Contrato.
- 25.1.8 O Termo de Encerramento de Contrato (TEC) será emitido pela COMPANHIA DO METRÔ e ratificado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, desde que não haja pendências fiscais, tributárias, financeiras e trabalhistas e após a aceitação definitiva do objeto contratual.

26. GARANTIA TÉCNICA

26.1 GARANTIAS TÉCNICAS

26.1.1 DAS OBRAS

26.1.1.1 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, às suas expensas, quaisquer defeitos, quando decorrente de falha técnica comprovada na execução das obras, objeto deste Contrato, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, pelo período de 05 (cinco) anos contados a partir da emissão do último Termo de Aceitação Definitivo.

27. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

27.1 O Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

27.1.1 quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

27.1.1.1 o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação.

27.1.2 quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DEMAIS AJUSTES DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ;

27.1.3 quando conveniente a substituição da garantia de execução contratual;

27.1.4 quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

27.1.5 quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

27.1.6 para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da COMPANHIA DO METRÔ para a justa remuneração pela execução do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

27.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

27.2.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

27.3 Se no Contrato não houverem sido contemplados preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos nesta cláusula.

27.4 No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser

pagos pela COMPANHIA DO METRÔ pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

- 27.5 A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 27.6 Em havendo alteração do Contrato que aumente os encargos do contratado, a COMPANHIA DO METRÔ deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 27.7 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.
- 27.8 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.
- 27.9 Qualquer alteração deste Contrato, bem como dos seus anexos, somente será válida quando formalizada por aditamento.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 Novação:

Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento no todo ou em parte de qualquer das cláusulas ou condições do presente Contrato ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

28.2 Vinculação ao Edital:

O presente Contrato está vinculado ao Edital da LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 10022340 e à proposta da CONTRATADA.

28.3 Comunicações:

Toda e qualquer notificação ou comunicação relativa a este Contrato deverá ser feita por escrito.

28.3.1 As comunicações recíprocas somente serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas aos gestores respectivos.

28.3.1.1 A COMPANHIA DO METRÔ indicará, por meio de correspondência anexa ao presente Contrato, o nome do responsável pela gestão deste Instrumento.

28.3.2 A CONTRATADA deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias da data deste instrumento, apresentar por escrito o nome do preposto respectivo, obedecendo ao modelo da carta de gestão entregue pela COMPANHIA DO METRÔ.

28.3.3 A entrega de qualquer correspondência deverá ser realizada, preferencialmente, por documento com assinatura digital enviado por meio de correio eletrônico com confirmação de recebimento, ou por outro meio indicado pela COMPANHIA DO METRÔ, desde que acompanhado por protocolo de recebimento.

28.3.4 Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar do documento o número do Instrumento Contratual, o assunto, data e o nome do remetente.

28.4 Publicidade:

A CONTRATADA não deverá, sem o consentimento prévio da COMPANHIA DO METRÔ, divulgar este instrumento, ou qualquer de suas disposições, previsão, especificação, desenho, projeto, modelo, exemplo ou informação fornecida por ou em nome da COMPANHIA DO METRÔ relativas ao Contrato, por qualquer pessoa não empregada pela CONTRATADA para execução do Contrato. As divulgações para quaisquer pessoas empregadas pela CONTRATADA deverão ser feitas confidencialmente e estender-se ao âmbito necessário a execução do Contrato.

28.4.1 A CONTRATADA não deverá, sem prévio consentimento, por escrito da COMPANHIA DO METRÔ, fazer uso de qualquer documento ou informação conforme exposto acima, exceto com o propósito de execução do Contrato.

28.5 Foro:

As partes signatárias deste Instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato.

29. DOCUMENTOS INTEGRANTES

29.1 No caso de divergências entre o Contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato.

29.1.1 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

29.2 Integram este Instrumento, os anexos abaixo relacionados mais todos os documentos da Licitação nº 10022340:

ANEXO Nº	NOME DO DOCUMENTO
1	PLANILHAS DE SERVIÇOS E PREÇOS (Conforme apresentado pela proponente CONTRATADA)
2	PLANILHA SERVIÇOS E PREÇOS QUE INTEGRARÃO O INSTRUMENTO CONTRATUAL NO CASO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL COM DIFERENÇA DA ALÍQUOTA (Conforme apresentado pela CONTRATADA, se cabível)
3	MODELO DE PLANO DE FATURAMENTO (conforme Anexo 6 das Condições Específicas do edital)
4	DOCUMENTO(S) TÉCNICO(S) (conforme Anexo 7 das Condições Específicas do edital)
5	MATRIZ DE RISCOS E REGULAMENTO DA MATRIZ DE RISCOS REV. 00 (conforme Anexos 10 e 11 das Condições Específicas do edital)
6	MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO DE LONGO PRAZO (conforme Anexo 17 das Condições Específicas do edital)
7	DATAS MARCO (conforme Anexo 18 das Condições Específicas do edital)
8	INSTRUÇÃO PARA MEDIÇÃO - MAN-09-200, REVISÃO 04, MEDIÇÃO DE OBRAS CIVIS (conforme Anexo 20 das Condições Específicas do edital)
9	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO AUTOREAL PATRIMONIAL (conforme Anexo 16 das Condições Específicas do edital)
10	MODELO DE TERMO DE ADESÃO DE SUBCONTRATADA (conforme Anexo 15 das Condições Específicas do edital)



11	TERMO DE REFERÊNCIA (conforme Anexo 21 das Condições Específicas do edital)
12	ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE – ASGI (conforme Anexo 22 das Condições Específicas do edital)
13	MODELO DE PLANO DE AÇÃO (conforme Anexo 23 das Condições Específicas do edital)
14	CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS (conforme Anexo 24 das Condições Específicas do edital)
15	ATAS DE ESCLARECIMENTOS (se aplicável)

E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato para que se produzam os efeitos legais.

São Paulo,

Pela COMPANHIA DO METRÔ

Pela CONTRATADA



ANEXO 10
MATRIZ DE RISCOS
(apartado)



ANEXO 11
REGULAMENTO MATRIZ DE RISCOS – REVISÃO 01
(apartado)



ANEXO 12 – INFORMAÇÕES DA PROPONENTE (EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)									
IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE									
Obs: Em caso de consórcio, deverá ser apresentada essa ficha para o consórcio e para cada empresa consorciada, com a indicação da empresa líder.)									
Nome Fantasia da proponente:									
Razão Social da proponente:									
DADOS DA PROPONENTE									
Endereço (Rua, Avenida, etc):									
Número:		Complemento:		CEP:					
Bairro:		Cidade:		UF:		País:			
CNPJ nº:		Inscrição Estadual (Fornecedores)							
Inscrição Municipal (Prestadores de Serviços)									
DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAIS									
Nome do representante Legal (1):									
CPF do representante Legal (1):									
Nome do representante Legal (2):									
CPF do representante Legal (2):									
DADOS BANCÁRIOS									
Banco (Nome):		Banco (Número)		Banco (DV):					
Agência (Número):		Agência (DV):		Conta Corrente CC (DV):					
DADOS PARA CONTATO									
Obs 1: Estes dados serão utilizados para contato com as Proponentes no transcorrer desta licitação.									
Obs 2: É de responsabilidade da Proponente inserir as informações corretas e mantê-las atualizadas.									
Obs 3: Devem ser indicados, no mínimo, dois (2) e-mails para contato.									
Nome da pessoa para contato (1º):									
Cargo:		Telefone/fax (1):							
Telefone/fax (2):		E-mail:							
Nome da pessoa para contato (2º):									
Cargo:		Telefone/fax (1):							
Telefone/fax (2):		E-mail:							
REPRESENTANTE									
Nome do representante Legal:									
Assinatura do representante legal:									



ANEXO 13 - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)			
Local:		Data:	
Razão Social da proponente:			
A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ Rua Boa Vista, 175 - 6º Andar São Paulo – SP			
Número da Licitação:			
Objeto:			
Tipo de Proponente:		Individual	
		Consórcio	
INDIVIDUAL			
A proponente indicada no Anexo 12, por seu(s) representante(s) legal(is) infra assinado(s), CREDENCIA, delegando poderes totais para representá-la perante essa empresa, em todos os atos da Licitação referenciada, inclusive para desistir ou interpor recursos administrativos, exceto para a assinatura do Contrato:			
Nome do credenciado 1:		R.G.	
Nome do credenciado 2:		R.G.	
CONSÓRCIO			
O Consórcio indicado no Anexo 1, por seu(s) representante(s) legal(is) infra assinado(s), CREDENCIA, delegando poderes totais para representá-la perante essa empresa, em todos os atos da Licitação referenciada, inclusive para desistir ou interpor recursos administrativos, exceto para a assinatura do Contrato:			
Nome do credenciado 1:		R.G.	
Nome do credenciado 2:		R.G.	
Indicação da empresa líder do Consórcio:			
REPRESENTANTE			
Nome do representante Legal:			
Assinatura do representante legal:			



ANEXO 14 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local:		Data:	
Razão Social da proponente:			
A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ Rua Boa Vista, 175 - 6º Andar São Paulo – SP			
Número da Licitação:			
Objeto:			
Valor da Proposta:	R\$:		
	Por extenso:		
Data da Apresentação da Proposta:			
<p>Prezados senhores,</p> <p>Após exame do edital e seus anexos, a proponente indicada no Anexo 12 propõe o valor total acima para prestação dos serviços.</p> <p>Os preços ofertados referem-se ao dia 01 (um) do mês e ano da apresentação da proposta.</p> <p>Declara que aceita incondicionalmente as condições estabelecidas na presente Licitação.</p> <p>Declara, sob as penalidades legais, que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, nem está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo ou com qualquer de seus órgãos descentralizados.</p> <p>Esta proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida para seu recebimento pela COMPANHIA DO METRÔ.</p> <p>Declara também, que a COMPANHIA DO METRÔ colocou à disposição todas as informações para elaboração da proposta, bem como os locais onde serão realizados os serviços.</p> <p>Declara mais, que, se esta proposta for a selecionada, comparecerá dentro de 15 (quinze) dias, contados da respectiva comunicação, para prestar a Garantia de Execução Contratual e firmar o consequente Instrumento contratual, estando ciente das penalidades aplicáveis no caso do não-comparecimento.</p> <p>Declara, sob as penas da Lei, que não possui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar do(a) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que demandou a contratação; e tampouco do(a) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que operacionalizou a contratação; 2) administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de autoridade hierarquicamente imediatamente superior: ao(à) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que demandou a contratação; e tampouco ao(à) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que operacionalizou a contratação; 3) administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar do(a) detentor(a) de função de confiança responsável pela autorização da contratação; e tampouco do(a) detentor(a) de função de confiança responsável pela assinatura do contrato. 4) profissional que prestará serviço no contrato que seja familiar do(a) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que demandou a contratação; e tampouco do(a) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que operacionalizou a contratação. 			



5) profissional que prestará serviço no contrato que seja familiar de autoridade hierarquicamente imediatamente superior ao(à) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que demandou a contratação; e tampouco ao(à) empregado(a) detentor(a) de função de confiança que operacionalizou a contratação.

6) profissional que prestará serviço no contrato que seja familiar do(a) detentor(a) de função de confiança responsável pela autorização da contratação; e tampouco do(a) detentor(a) de função de confiança responsável pela assinatura do contrato.

REPRESENTANTE**Nome do representante****Legal:****Assinatura do****representante legal:**



ANEXO 15 MODELO DE TERMO DE ADESÃO DE SUBCONTRATADA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA SUBCONTRATADA)

São Paulo, ____ de _____ de ____.

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que em cumprimento ao item 18.3.2 da Cláusula “18 – SUBCONTRATAÇÃO” do Contrato nº _____, celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e [razão social da CONTRATADA], depois de cumpridas as exigências dos itens 18.3 e 18.3.4, e em sendo aprovada a subcontratação da nossa empresa pela Companhia do Metrô, concordamos e nos submetemos por escrito ao cumprimento das normas, Cláusulas e condições deste Contrato.

Nome: _____

CNPJ: _____

—

Atividade: _____

Propósito de Execução Contratual:

—

Nome do Responsável da Subcontratada

Cargo

(Assinatura do responsável e o carimbo da Subcontratada)

Gestor do Contrato

(Assinatura e o carimbo da CONTRATADA)

ANEXO 16

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL

Eu(nome completo)..... , profissional competente da equipe técnica da empresa(nome da pessoa jurídica)..... , declaro como autor do projeto objeto desta licitação, ceder e transferir, para a construção, ampliação, adequação e reforma, nos termos do contrato de nº _____, meus direitos patrimoniais de autor dos projetos discriminados no objeto e detalhados no escopo, bem como a utilização do projeto que poderá eventualmente ser adaptado, ou revisado para implantação no mesmo terreno, ou em outros terrenos destinados para este fim, ou em virtude de replanejamento das Obras da Companhia do Metrô de São Paulo, ou determinação da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, na forma de expansão e aplicação da legislação em vigor e da que vier a vigorar no futuro.

São Paulo, de de 20...

(assinatura do profissional indicado)



ANEXO 17 - MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO DE LONGO PRAZO

(apartado)



ANEXO 18 – DATAS MARCO (apartado)



ANEXO 19
ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
(NÃO APLICÁVEL)



ANEXO 20
INSTRUÇÃO PARA MEDIÇÃO
(apartado)



ANEXO 21
TERMO DE REFERÊNCIA
(apartado)

ANEXO 22

ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE - ASGI

A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR E CUMPRIR, NO QUE APLICÁVEIS, AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES REFERENTES AOS ASPECTOS ASGI – AMBIENTAIS, SOCIAIS, DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE:

1. Quanto à prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, os princípios da administração pública, o CÓDIGO DE CONDUCTA E INTEGRIDADE DA COMPANHIA DO METRÔ, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, ato imoral, antiético, desleal ou de má-fé, seguir conforme item 20.12 da Minuta do Contrato.
2. Quanto à responsabilidade da CONTRATADA comunicar alterações em seu Código de Conduta e Integridade ou que implantou, que até o momento da assinatura do Contrato ainda não o tinha implantado, seguir conforme item 15.1.19 da Minuta do Contrato.
 - 2.1 Quanto à avaliação se as alterações no Código são compatíveis com o Código de Conduta e Integridade da COMPANHIA DO METRÔ, seguir conforme item 15.1.19.1 da Minuta do Contrato.
3. Quanto à obrigação de observar as normas aplicáveis de segurança e saúde do trabalho, sob pena de, além de incorrer nas penalidades legais e contratuais estabelecidas, bem como ensejar a rescisão do Contrato, seguir conforme item 15.4.6 da Minuta do Contrato.
4. Quanto ao dever da CONTRATADA notificar imediatamente a COMPANHIA DO METRÔ sobre qualquer ocorrência de anormalidade ambiental, seguir conforme item 15.5.3 da Minuta do Contrato.
5. Quanto à CONTRATADA assumir toda responsabilidade pelos ônus decorrentes do atendimento e cumprimento da legislação ambiental vigente, seguir conforme item 15.5.1 da Minuta do Contrato;
 - a) Quanto à exclusão da obrigação acima apenas os ônus que o Contrato tenha expressa e determinadamente atribuído à COMPANHIA DO METRÔ, seguir conforme item 15.5.1.1 da Minuta do Contrato;
6. Quanto à CONTRATADA ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais, seguir conforme item 15.1.5 da Minuta do Contrato.
7. Quanto à inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e ambientais, seguir conforme item 15.1.6 da Minuta do Contrato.
8. Quanto à responsabilidade da CONTRATADA obter as licenças ambientais específicas para fontes de poluição, seguir conforme item 15.5.14 da Minuta do Contrato.
9. Quanto à responsabilidade da CONTRATADA, sob as penas da lei, a não utilizar, na execução dos serviços, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer

tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, seguir conforme item 15.5.15 da Minuta do Contrato.

10. Quanto à obrigatoriedade dos funcionários alocados ao serviço ter vínculo profissional com a CONTRATADA, seguir conforme item 15.4.4 da Minuta do Contrato.

11. Quanto ao atendimento ao Decreto Estadual nº 66.819, de 06/06/2022, a CONTRATADA obriga-se seguir conforme itens 15.5.2 e 15.5.2.1 da Minuta do Contrato.:

12. Quanto ao dever da CONTRATADA apresentar previamente a definição dos locais de disposição final dos resíduos sólidos e do(s) aterro(s) para disposição do material excedente, seguir conforme item 15.5.5 da Minuta do Contrato:

13. Quanto ao dever da CONTRATADA apresentar em até 90 (noventa) dias da data da assinatura do Contrato, o seu Plano de Gestão de Implementação, seguir conforme item 15.5.6 da Minuta do Contrato.

14. Quanto ao dever da CONTRATADA obter a autorização para manejo arbóreo junto ao órgão ambiental competente e executar as ações necessárias, seguir conforme item 15.5.4 da Minuta do Contrato:

15. Quanto ao dever da CONTRATADA apresentar à COMPANHIA DO METRÔ os documentos comprobatórios da regularidade ambiental das áreas previstas para a destinação final dos resíduos sólidos e efluentes, seguir conforme item 15.5.5 da Minuta do Contrato.

16. Quanto ao dever da CONTRATADA executar trimestralmente o monitoramento dos níveis de ruído e vibração das suas atividades, seguir conforme item 15.5.8 da Minuta do Contrato.

17. Quanto à obrigação da CONTRATADA observar e a atender prontamente às recomendações efetuadas pelos agentes de fiscalização da COMPANHIA DO METRÔ, seguir conforme item 15.5.24 da Minuta do Contrato.

18. Quanto ao dever da CONTRATADA encaminhar à COMPANHIA DO METRÔ antes do início das atividades, a avaliação prévia dos riscos presentes no ambiente de trabalho seguir conforme item 15.5.19 da Minuta do Contrato.

19. Quanto ao dever dos locais de trabalho de várias frentes de serviço, montagem e recepção de material terem sua localização, confinamento, leiaute, sinalização, procedimentos, equipamentos, materiais e cronograma de trabalho compatível com a vizinhança, seguir conforme item 15.7.9.1 da Minuta do Contrato.

20. Quanto ao dever das demandas urgentes ser prontamente atendidas pela equipe de Comunicação Social da CONTRATADA, seguir conforme item 15.8.7.3 da Minuta do Contrato.

21. Recomenda-se que a CONTRATADA apresente:

21.1 Parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade.

21.2 Evidências de ações de equidade salarial entre mulheres e homens em todos os cargos, incluindo as áreas técnicas, de operação, manutenção, engenharia, funções de apoio e cargos de liderança.

21.3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendizes, previstas em lei e em outras normas específicas.

21.4 Quando aplicável, certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

21.5 Processos e estruturas otimizadas, inclusive de gestão de riscos e controles internos com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no Contrato, promovendo um ambiente íntegro e confiável, assegurando a eficiência, efetividade e eficácia na execução e entrega do objeto contratado.

22. Nos termos deste anexo, é desejável que a CONTRATADA respeite:

22.1 A legislação vigente durante a execução ou fornecimento do objeto contratado com relação a:

22.1.1 Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

22.1.2 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

23. Será considerada conduta reprovável ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas.

24. Quanto ao caso de a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer obrigações Ambientais, Sociais, de Governança e/ou Integridade (ASGI), seguir conforme itens 15.5.1.2 e 15.5.5 da Minuta do Contrato.



ANEXO 23
MODELO DE PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO																		
(1) CONTRATO :		(2) ASSINATU	(3) VIGÊNCIA:	(4) EXECUÇÃO :	(5) OBJETO:													
RISCOS					PLANOS DE AÇÃO									PLANO DE CONTINGÊNCIA [3]		(24) OBSERV AÇÕES		
(6) Nº RISCO	(7) DESCRIÇÃO DO	(8) FATOR / CAUSA [1]	(9) CONSEQUÊNCIA [2]	(10) NÍVEL DE CRITICIDADE	(11) ALOCACÃO	(12) RESPONSÁVEL PELO RISCO	(13) RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	(14) RESPOSTA AO RISCO	(15) DESCRIÇÃO DA AÇÃO	(16) FATORES TRATADOS	RESPOSTA DA AÇÃO		ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO					
											(17) DATA DE INÍCI O	(18) DATA DE TÉRMI NO	(19) SITUAÇ ÃO	(20) DATA DE VERIFIC AÇÃO DA AÇÃO	(21) DATA DE CONCLU SÃO	(22) EXISTE ?	(23) DATA	



OBS: A numeração dos riscos, "Nº RISCO" - coluna "A" e a "DESCRIÇÃO DO RISCO", coluna "B", devem ser idênticos aos riscos identificados na Matriz de Risco da planilha anexa ao contrato.

Demais riscos que possam ser mapeados durante a execução do contrato, se aplicável, devem ser inseridos no final da planilha.

NOTAS:

[1] Nesta coluna estão listados os principais fatores/causas inerentes ao risco, sem esgotar todas as situações

[2] Nesta coluna estão listadas as principais consequências inerentes ao risco, sem esgotar todas as situações

[3] Caso seja optado pelo Gerenciamento de Crise a CONTRATADA deverá elaborar um PLANO DE CONTINGÊNCIA para seus riscos

Instruções para preenchimento dos campos

Índice	Nome	Tipo	Preenchimento
1	Contrato	Nome Contratada e Número inteiro	Ex.: XYZ Ltda nº 12345678
2	Assinatura	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
3	Vigência	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
4	Execução	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
5	Objeto	Texto (700 posições)	Descrição do objeto do contrato respeitando o tamanho máximo
6	Nº Risco	Número inteiro	Ex.: 1
7	Descrição do risco	Texto (200 posições)	Descrição do risco respeitando o tamanho máximo



8	Fator/Causa	Texto (300 posições)	Preencher um fator por célula Formato: <Índice>-<Descrição> Exemplo: 1-Descrição do fator de risco 1 2-Descrição do fator de risco 2
9	Consequência	Texto (300 posições)	Preencher uma consequência por célula Formato: <Índice>-<Descrição> Exemplo: 1-Descrição da consequência 1 2-Descrição da consequência 2
10	Nível de criticidade	Texto	4 opções: BAIXA MÉDIA ALTA EXTREMA
11	Alocação do risco	Texto	2 opções: METRÔ CONTRATADA
12	Responsável pelo risco	Texto (100 posições)	Nome do responsável pelo risco
13	Responsável pela ação	Texto (100 posições)	Nome do responsável pela ação
14	Resposta ao risco	Texto	4 opções: EVITAR REDUZIR TRANSFERIR OU COMPARTILHAR ACEITAR / MONITORAR



15	Descrição da ação	Texto (300 posições)	Descrição da ação respeitando o tamanho máximo
16	Fatores tratados	Texto	Lista com o índice dos fatores: Ex.: 1,2,3,4...
17	Data de Início	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
18	Data de Término	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
19	Situação	Texto	4 opções: A INICIAR EM ANDAMENTO REPROGRAMADO CONCLUÍDO CANCELADO
20	Data de verificação da ação	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
21	Data de conclusão	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
22	Plano de Contingência (Existe?)	Texto	2 opções: SIM NÃO
23	Plano de Contingência (Data da verificação)	Data	DD/MM/AAAA Ex.: 19/03/2023
24	Observações	Texto (700 posições)	Observações respeitando o tamanho máximo

ANEXO 24
CRITÉRIO PARA ENQUADRAMENTO NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

CARGO	FORMAÇÃO PERTINENTE E COMPATÍVEL COM A ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	EXPERIÊNCIA COMPATÍVEL E PERTINENTE COM A ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA
Consultor	Curso superior completo em Engenharia Civil, Arquitetura ou Geologia	Experiência profissional mínima de 180 meses em atividades técnicas relacionadas diretamente ao escopo do trabalho definido na Ordem de Serviço, com comprovação de mestrado ou doutorado na área de atuação.
Coordenador	Curso superior completo em Engenharia Civil	Experiência profissional mínima de 120 meses em atividades relacionadas diretamente a coordenação de equipe em gerenciamento ou desenvolvimento de projetos de transporte urbano.
Engenheiro, Arquiteto ou Geólogo Sênior	Curso superior completo em Engenharia Civil, Arquitetura ou Geologia	Engenheiros civis com experiência profissional mínima de 96 meses em análise ou elaboração de projetos de estruturas de concreto ou metálicas. Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 96 meses em análise ou elaboração de projetos de sistemas viários. Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 96 meses em análise ou elaboração de projetos de hidráulica, drenagem ou impermeabilização. Engenheiros Civis com experiência de 96 meses em análise ou elaboração de projetos de túneis ou cut and cover. Arquitetos com experiência profissional mínima de 96 meses em análise ou elaboração de projetos de arquitetura, acabamento, comunicação visual, paisagismo e luminotécnica de estações metroviárias ou ferroviárias ou rodoviárias ou aeroportuárias. Geólogos com experiência profissional mínima de 96 meses em análise ou elaboração de projetos de escavações subterrâneas.
Engenheiro, Arquiteto ou Geólogo Pleno	Curso superior completo em Engenharia Civil, Arquitetura ou Geologia	Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 72 meses em análise ou elaboração de projetos de estruturas de concreto ou metálicas. Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 72 meses em análise ou elaboração de projetos de sistemas viários. Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 72 meses em análise ou elaboração de projetos de hidráulica, drenagem ou impermeabilização. Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 72 meses em análise ou elaboração de projetos de túneis ou cut and cover. Arquitetos com experiência profissional mínima de 72 meses em análise ou elaboração de projetos de arquitetura de estações metroviárias ou ferroviárias ou rodoviárias ou aeroportuárias. Geólogos com experiência profissional mínima de 72 meses em análise ou elaboração de projetos de escavações subterrâneas.
Engenheiro, Arquiteto ou Geólogo Júnior	Curso superior completo em Engenharia Civil, Arquitetura ou Geologia	Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 24 meses em análise ou elaboração de projetos de estruturas de concreto ou metálicas. Engenheiros Civis com experiência mínima de 24 meses em análise ou elaboração de projetos de sistemas viários.



		<p>Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 24 meses em análise ou elaboração de projetos de hidráulica, drenagem ou impermeabilização.</p> <p>Engenheiros Civis com experiência profissional mínima de 24 meses em análise ou elaboração de projetos de túneis ou cut and cover.</p> <p>Arquitetos com experiência profissional mínima de 24 meses em análise ou elaboração de projetos de arquitetura de estações metroviárias ou ferroviárias ou rodoviárias ou aeroportuárias.</p> <p>Geólogos com experiência profissional mínima de 24 meses em análise ou elaboração de projetos de escavações subterrâneas.</p>
--	--	---